

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIAS E ACERVOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM MEMÓRIAS E ACERVOS

Dijavan Mascarenhas Campos

Conservação Preventiva: propostas de melhorias para o Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária

Rio de Janeiro

2020

Dijavan Mascarenhas Campos

Conservação Preventiva: propostas de melhorias para o Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Patrimônio documental: representação, gerenciamento e preservação de espaço de memórias.

Orientador: Prof. Msc. Edmar Moraes Gonçalves

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE

FCRB

<p>Campos, Dijavan Mascarenhas C198c Conservação Preventiva: propostas de melhorias para o Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária / Dijavan Mascarenhas Campos. – 2020. 140 f.</p> <p>Orientador: Edmar Moraes Gonçalves Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2020</p> <p>1. Conservação preventiva. 2. Papel – Conservação e restauração 3. Materiais bibliográficos – Conservação e restauração. 4. Arquivos eclesiásticos - Preservação. 5. Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. I. Gonçalves, Edmar Moraes, Orient. II. Fundação Casa de Rui Barbosa. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 025.84</p>

Responsável pela catalogação:
Bibliotecária – Carolina Carvalho Sena CRB 6329

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Dijavan Mascarenhas Campos

Conservação Preventiva: propostas de melhorias para o Arquivo da Irmandade do
Santíssimo Sacramento da Candelária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Patrimônio documental: representação, gerenciamento e preservação de espaço de memórias.

Aprovado em: 20 de fevereiro de 2020

Orientador:

Prof. Ms. Edmar Gonçalves Moraes (Orientador) – FCRB

Banca examinadora:

Prof. Dr^a Maria Luisa Soares – FCRB

Prof. Dr. Antônio Herculano Lopes - FCRB – Suplente

Prof. Dr^a Adriana Cox Hollós - Arquivo Nacional

Prof. Dr^a Ana Paula Corrêa de Carvalho - UFRJ – Suplente

Rio de Janeiro

2020

*Para Ana Júlia, Rafael, Kauã e Nathan, meus
sobrinhos. O tio ama vocês.*

AGRADECIMENTOS

À Fundação Casa de Rui Barbosa, por ter me aceito como aluno do mestrado.

Aos professores do Mestrado com os quais eu tive contato por meio das disciplinas. Todo aprendizado na sala de aula contribuiu para esta pesquisa.

Às funcionárias da secretaria e da biblioteca do Mestrado, Ana e Camila, que sempre muito atenciosas atenderam às minhas solicitações e responderam as minhas dúvidas.

Ao meu orientador, Edmar Gonçalves, muito obrigado pelas orientações e sugestões de estratégia para desenvolver essa pesquisa.

À professora Adriana Hollós, que fez parte da minha banca de qualificação, muito obrigado pelas observações feitas naquele momento. Suas sugestões de leituras foram fundamentais e contribuíram de forma crucial para essa pesquisa.

À professora Maria Luisa Soares, também membra da minha banca de qualificação. Muito obrigado por ter me ajudado a “me enxergar” como parte importante do processo de preservação de documentos.

À Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Obrigado pela oportunidade em trabalhar no arquivo da Instituição e também trabalhar com a arquivista Celina Coelho de Jesus, que é uma profissional com grande experiência na área dos arquivos.

À Biblioteca Nacional, em especial ao setor de preservação. Obrigado pelos dias de aprendizado dentro do setor. Todos foram muito atenciosos comigo. Eu aprendi bastante com vocês.

Ao Arquivo Nacional, em especial aos setores responsáveis pela gestão de depósito e acondicionamento de documentos. Obrigado pelas explicações, sugestões apresentadas durante a visita técnica.

À Ingrid Beck, pelo seu entusiasmo ao ver meu interesse em aprofundar nas questões referentes à preservação de documentos.

Aos meus amigos. Muito obrigado pelo apoio e compreensão pelo afastamento do círculo de amizade.

À minha mãe e minhas irmãs. Obrigado pela compreensão do meu afastamento.

Não, eu não podia mostrar aquilo a ninguém. O que eu tinha de fazer era outra coisa: guardar os manuscritos num recipiente qualquer, como um jarro cuidadosamente selado, e depositá-lo no fundo de certa caverna situada em certa montanha. Ali os pergaminhos repousariam por muito tempo, por séculos, talvez. Até que um dia alguém – um pastorzinho, talvez, em busca de sua querida cabra extraviada – descobrisse ali a mensagem vinda do passado.

(Trecho do livro: **A mulher que escreveu a Bíblia**).

Moacyr Scliar

RESUMO

CAMPOS, Dijavan Mascarenhas. *Conservação Preventiva: propostas de melhorias para o Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária*. Rio de Janeiro. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) – Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2020

Esta pesquisa exploratória e quali-quantitativa desenvolve um produto técnico-científico com o objetivo de contribuir com a preservação dos documentos de guarda permanente da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Busca-se, por meio do diagnóstico de conservação, responder a questão formulada que visa verificar ser apropriada a aplicação de medidas preconizadas pela conservação preventiva, especificamente a metodologia do acondicionamento de documentos. A pesquisa não se limita ao diagnóstico como objetivo específico. Em paralelo realiza uma pesquisa bibliográfica sobre o tema acondicionamento de documentos e, também utiliza como metodologia, as visitas técnicas em instituições reconhecidas por seu trabalho na preservação de documentos e livros. Nos objetivos gerais, descreve o histórico de atuação da instituição e descreve as atividades do arquivo da mesma, que não se limita a atender o seu produtor. Busca-se, também, esclarecimento por meio do referencial teórico sobre o tema preservação de documentos. Dedicar um capítulo sobre a preservação dos arquivos eclesiais, categoria que inclui os arquivos das irmandades religiosas. As informações levantadas e analisadas por meio do diagnóstico realizado no arquivo da Irmandade e junto com os demais objetivos específicos permitem apresentar uma proposta de melhorias com recomendações e orientações para a preservação dos documentos.

Palavras-chave: conservação preventiva. Acondicionamento de documentos. Arquivos. Irmandades religiosas.

ABSTRACT

CAMPOS, Dijavan Mascarenhas. *Preventive Conservation: proposals for improvements to the Archive of the Brotherhood of the Santíssimo Sacramento of the Candelária*. 2020. 140 f. Produto Técnico-científico (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2020

This exploratory and qualitative quantitative research develops a technical-scientific product with the objective of contributing to the preservation of the documents of permanent custody of the Brotherhood of the Santíssimo Sacramento of the Candelária. It is sought, through the conservation diagnosis, to answer the question formulated that aims to verify the appropriateness of the measures recommended by preventive conservation, specifically in the methodology of document packaging. Research is not limited to diagnosis as a specific objective. In parallel, carries out a bibliographic research on the subject of document packaging and also uses as a methodology, technical visits to institutions recognized for their work in the preservation of documents and books. In the general objectives, it describes the institution's performance history and demonstrates the performance of the Institution's archive, which is not limited to serving its producer. Clarification is also sought regarding the concept of preservation. It dedicates a chapter on the preservation of ecclesiastical archives, category that includes the archives of religious brotherhoods. The information collected and analyzed by means of the diagnosis made in the Brotherhood's file and together with the other specific objectives allow to present a proposal for improvements with recommendations and guidelines for the preservation of documents.

Keywords: preventive conservation. Document packaging. Files. Religious brotherhoods.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fotografia “Livro de termos diversos da Mesa Administrativa da ISSSC”	33
Figuras 2 e 3	Charges recortadas do jornal O Globo.....	34
Figura 4	A partida.....	36
Figura 5	A partida (estudo).....	36
Figura 6	A Tempestade.....	37
Figura 7	A Tempestade (estudo).....	37
Figura 8	O Voto cumprido.....	37
Figura 9	O Voto cumprido (estudo).....	37
Figura 10	Fotografia atual da fachada do Hospital.....	40
Figuras 11 e 12	Fotografias, preto e branco, das enfermarias do hospital Frei Antônio.....	40
Figura 13	Fotografia da fachada do Educandário Gonçalves de Araújo.....	42
Figura 14	Fotografia com grupo de pessoas na entrada do Educandário Gonçalves de Araújo.....	43
Figura 15	Número de documentos solicitados ao Arquivo F. B. Marques Pinheiro...	46
Figura 16	Pesquisas externas realizadas no Arquivo F. B. Marques Pinheiro.....	47
Figura 17	Escala de potência de hidrogênio.....	82
Figura 18	Gráfico das espécies documentais.....	106
Figura 19	Média de encadernações por prateleiras.....	107
Figura 20	Média de encadernações por armários.....	107
Figura 21	Avaliação do estado de conservação das encadernações.....	107
Figura 22	Quantidade de álbuns fotográficos e álbuns fotográficos diagnosticados..	108
Figura 23	Avaliação do diagnóstico dos álbuns fotográficos.....	109
Figura 24	Caixa-álbum.....	113

Figura 25	Armários utilizados para armazenamento pela instituição.....	114
-----------	--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Especificações de acondicionamento de documentos em caixas.....	80
Quadro 2	Vantagens e desvantagens do uso da encapsulação.....	83
Quadro 3	Descrição e uso de materiais para acondicionamento em suporte papel.....	84
Quadro 4	Mensuração do Arquivo F.B. Marques Pinheiro.....	104
Quadro 5	Gêneros documentais identificados na mensuração do arquivo.....	105
Quadro 6	Espécies documentais identificadas.....	105
Quadro 7	Equipamentos necessários para execução do projeto científico.....	111
Quadro 8	Materiais de plástico e papel recomendados para conservação e suas aplicações.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ISSSC	Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária
ICA	Conselho Internacional de Arquivos
ICCROM	International Centre for The Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOM	International Council of Museums
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
E.C.C.O	European Confederation of Conservator-Restors
CCI	Instituto Canadense de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Metodologia.....	23
1.2 Justificativas.....	25
2 IRMANDADES RELIGIOSAS.....	28
2.1 Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária: origens.....	30
<i>2.1.1 Repartição do culto: a Igreja de Nossa Senhora da Candelária.....</i>	<i>31</i>
<i>2.1.2 Repartição do Hospital Frei Antônio.....</i>	<i>32</i>
<i>2.1.3 Repartição dos educandários.....</i>	<i>33</i>
2.2. O arquivo F. B. Marques Pinheiro.....	44
3 OS ARQUIVOS ECESIÁSTICOS: PRESERVAÇÃO.....	49
4 PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS: BREVE HISTÓRICO.....	57
4.1 Preservação de documentos e arquivos: políticas e estratégias.....	65
5 CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: O AMBIENTE.....	73
5.1 Conservação preventiva: acondicionamento de documentos.....	77
5.2 CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: O AMBIENTE.....	91
6 O DIAGNÓSTICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PRESERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS.....	98
6.1 O diagnóstico de conservação no arquivo da Instituição.....	102
6.2 Relatório do diagnóstico.....	104
7 O PRODUTO TÉCNICO CIENTTÍFICO: CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: PROPOSTA DE MELHORIAS PARA O ARQUIVO DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA.....	110
7.1 Apresentação.....	110
7.2 Recurso Humanos.....	

7.3	Higienização do acervo.....	111
7.4	Acondicionamento dos documentos.....	112
7.5	Tratamento de conservação.....	113
8	CONCLUSÃO.....	116
	REFERÊNCIAS.....	119
	APÊNDICE A.....	126
	APÊNDICE B.....	128
	APÊNDICE C.....	132
	APÊNDICE D.....	134
	APÊNDICE E.....	136
	APÊNDICE F.....	138
	APÊNDICE G.....	140
	ANEXO A.....	143

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo a elaboração de um produto técnico científico que visa contribuir com a preservação dos documentos, de guarda permanente, da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Essa instituição, que teve a sua provável fundação entre os anos de 1630 a 1634 e que está situada na Cidade do Rio de Janeiro, tem, dentre os seus objetivos, as atividades relacionadas às questões culturais, filantrópicas e religiosas.

As irmandades religiosas são instituições que atuam desde a idade média (séculos V-XV), de acordo com Caio César Boschi (1986). E seus membros são constituídos por leigos denominados como irmãos.

Os objetivos/missão das irmandades religiosas, em geral, estão estabelecidos em um documento denominado compromisso, que define internamente as atividades dos seus membros (irmãos). E também por documentos denominados como regimentos que estabelecem as regras das atividades desenvolvidas por elas que não se limitam às atividades religiosas. As irmandades também direcionam as suas atividades para o trabalho de benemerência, que se caracterizam pela ajuda aos humildes, construções e administração de hospitais, colégios e também de igrejas.

Nesse sentido, as diversas atividades desenvolvidas por essas instituições e o histórico de atuação fazem com que os seus arquivos sejam identificados por parte desta pesquisa como de grande relevância. Se considerarmos, como exemplo, o aspecto religioso essa relevância se justifica pelo fato das irmandades religiosas terem sido responsáveis pela construção de muitas igrejas católicas no Brasil. A importância desses arquivos também é verificada quando se observa a Lei 8.159, que regulamenta sobre a política nacional de arquivos. A referida Lei considera os arquivos religiosos criados antes do código civil como de interesse público e social, garantindo a justificativa para a sua preservação.

Todavia, a justificativa em preservar os documentos das irmandades religiosas deve ser complementada por meio dos esclarecimentos dos conceitos que envolvem o tema pesquisado, que no caso dos arquivos, passa pela possível categorização. Heloísa Liberalli Belloto (2006), ao falar sobre os arquivos sociais, considera que os arquivos religiosos se sobressaem nessa categoria, destacando os arquivos da Igreja Católica. Bruno Delmas (2010)

talvez seja o que mais se aproxime dessa discussão ao citar os arquivos eclesiásticos e o de confrarias¹ como exemplos de primeiros arquivos constituídos.

Portanto, identificada a sua importância e também a sua categorização, o desafio em contribuir para a preservação desses arquivos exige um trabalho embasado no conhecimento científico e, ao mesmo tempo, atento às suas características, que no caso das irmandades, instituições seculares, mesmo não sendo observado a sua fundação nos séculos XX e XXI, têm as suas atividades estabelecidas em seus documentos e regulamentos que remete ao período colonial. E que podem eventualmente sofrer modificações a fim de que fiquem preservadas suas regras e modo de atuação.

Essa tradição secular conseguiu atravessar todas as transformações sociais e culturais pelas quais o mundo e o Brasil passaram e muitas irmandades religiosas permanecem atuantes. Essa atuação tem reflexo nos seus arquivos que, de maneira geral, são identificados como permanentes ou históricos. Todavia, a característica secular das irmandades religiosas não deve configurar os seus arquivos nas identificações descritas, conforme observa Pedro Penteadó (2000, p. 168):

[...], é preciso lembrar que os documentos e os seus arquivos antes de serem históricos, são documentos administrativos, criados, entre outros, para responderem à gestão corrente dos assuntos com que lidam as instituições eclesiásticas ou para provarem direitos adquiridos, assegurando a sobrevivência destas e o desenrolar da sua missão social e religiosa. As confrarias e irmandades não são apenas instituições com passado. Se é certo que muitas delas foram extintas ou anexadas, outras continuam vigentes, com arquivos a servirem de base ao seu funcionamento. (PENTEADO, 2000).

Atento a essa realidade do uso, entendemos que a preservação dos documentos dessas instituições se torna fundamental. E, dessa forma, busca-se no conhecimento do universo da preservação embasamentos e possíveis soluções para que esses documentos continuem a ser utilizados.

Historicamente, por estar associada às realizações humanas de culturas e regiões distintas, a necessidade em preservar os documentos - e também os bens culturais - tem evoluído ao longo do tempo. A decisão ou opção por uma metodologia que seja capaz de contribuir para esse objetivo não se limita à aplicação de um procedimento. E envolve

¹ Em algumas regiões as Irmandades são denominadas como confrarias. Nesse sentido, confraria pode ser sinônimo de irmandade assim como o contrário.

questões relacionadas às tradições, compreensões e decisões, conforme explica Michele Cloonam (2016):

Os preservacionistas buscam cobrir a distância entre preservar objetos e preservar tradições. Decidir o que e como preservar pode ser um ato cultural, social e político. Portanto, as metodologias de preservação variam no tempo entre as culturas. (CLOONAM, 2016, p. 111).

Dessa forma, se o ato de preservar é um processo em constante evolução, entendemos que a decisão deva ser estabelecida pelas tentativas de compreensão dos conceitos mais usuais utilizados no tempo presente, que no contexto dessa pesquisa estamos considerando a conservação, a restauração e a conservação preventiva.

Sobre os dois primeiros conceitos, recorremos a Lena Vania Ribeiro Pinheiro e Marcus Granato (2012, p. 33) que nos explicam que ambos têm o objetivo de contribuir com a duração dos bens culturais:

As definições de conservação e restauração giram em torno de procedimentos para manter a integridade de um objeto que tem importância histórica, artística e/ou científica. Na verdade, são procedimentos que têm por finalidade combater os efeitos da Segunda Lei da Termodinâmica. Todos os objetos têm um tempo finito de existência e a conservação e a restauração têm por objetivo primordial ampliar esse tempo, de forma a permitir a passagem de documentos selecionados para as gerações futuras. A restauração inclui-se como um procedimento extremo de conservação, quando o objeto possui importância tal que mereça todo o investimento necessário a uma abordagem conscienciosa. Por esta razão determina interferência profunda no objeto, realizada após a pesquisa detalhada, tanto técnica quanto histórica, do artefato a ser restaurado. (PINHEIRO; GRANATO, 2012).

Os conceitos vinculados à preservação também se desdobram na conservação preventiva. Enquanto a restauração é identificada como um procedimento extremo, a conservação preventiva é reconhecida pelo oposto, já que nessa, as atividades de mínima intervenção são preconizadas. Na perspectiva de Ingrid Beck (2003), por exemplo, conservação preventiva apresenta vantagens quando observada a realidade em que muitos documentos e arquivos se encontram:

Fazem parte da conservação preventiva as ações de preservação não interventistas, que visam a salvaguarda a longo prazo. A Conservação Preventiva atende melhor às necessidades de preservação de nossos acervos, quando nossas instituições convivem com as adversidades do clima tropical e com a realidade de orçamentos limitados.

O desafio da Conservação Preventiva é encontrar soluções de custo possível, mas também adequadas e eficazes, que beneficiem os acervos de uma forma mais ampla.

Ela se respalda no conhecimento científico multidisciplinar que, nos últimos anos tem apresentado avanços consideráveis. (BECK, 2003, p. 47).

Nas explicações de Beck (2013) sobre a conservação preventiva, fica evidenciado o seu embasamento multidisciplinar. E, nesse sentido, a compreensão se desdobra para o aprofundamento de suas características.

E para esclarecer o conceito de multidisciplinaridade, recorremos a Olga Pombo (2008), que discute sobre os equívocos do conceito de interdisciplinaridade. Ao propor uma definição para os termos pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, Pombo (2008) inicialmente nos esclarece sobre os prefixos aplicados aos termos. A autora explica que os prefixos multi e pluri são equivalentes e que, portanto, a multidisciplinaridade remete a uma noção de coordenação “[...] supõe o pôr um conjunto, o estabelecer algum tipo de coordenação, numa perspectiva de mero paralelismo de ponto de vista” (POMBO, 2008, p. 13).

Contudo, a discussão sobre as disciplinas não se limita à conservação preventiva. A preservação na perspectiva de Pinheiro e Granato (2012) também tem relação com várias disciplinas e é identificada pelos autores como interdisciplinar. Ao explicarem sobre a evolução dos conceitos associados à preservação, os autores descrevem que antes a conservação era vista como uma disciplina de caráter empírico e hoje é baseada em método. E explicam:

No contexto dessa mudança, as relações que surgem entre dois componentes da preservação – o que é relevante para as ciências humanas e sociais e o que é relevante para as ciências exatas e a tecnologia – merecem atenção especial e já evidenciam aspectos de interdisciplinaridade. (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 35).

Ao esclarecermos o conceito de multidisciplinaridade, identificado como fundamentador para a conservação preventiva, e identificarmos que a preservação, na perspectiva de Pinheiro e Granato (2012), é interdisciplinar e que, nesse sentido, o entendimento oriundo de outras áreas do conhecimento podem contribuir para a preservação dos documentos ou dos bens culturais, a arquivologia é reconhecida, pelos autores, como uma das disciplinas que pode atuar positivamente no resguardo e manutenção desses.

A perspectiva de Yacy-Ara Froner (2015) também nos apresenta uma relação que identificamos como de proximidade com a arquivologia, em um sentido da importância da

organização dos documentos. Ao discutir sobre as práticas transdisciplinares na conservação preventiva, a autora aborda a importância da gestão documental nesse processo e explica:

Nem sempre a organização documental ou a organização física do acervo são consideradas e, equivocadamente, sistemas de controle ambiental são priorizados nesses diagnósticos. Quando a organização física é contemplada a partir da aquisição de mobiliário e suportes de acondicionamento, nem sempre é associada a ela propostas de sistematização documental (FRONER, 2015, p. 117).

A fim de buscarmos maiores entendimentos sobre a proposta da autora de incluir nos projetos de conservação preventiva a gestão documental, entendemos como apropriado uma definição do conceito de gestão de documentos nesse contexto.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define gestão de documentos como “Conjunto de procedimentos e operações técnicas referente à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 100)

Ao analisarmos o conceito de gestão de documentos descrito acima concluímos que a gestão documental proposta pela autora talvez esteja mais direcionada para uma perspectiva da conservação, já que os conjuntos de procedimentos que definem a gestão de documentos têm um objetivo de definir quais documentos deverão ser preservados permanentemente. Além disso, a gestão de documentos remete a uma noção de racionalidade.

Entretanto, consideramos ser relevante identificar que a conservação preventiva pondera a importância do arranjo documental no processo de preservação de documentos. O que entendemos, conforme já descrito anteriormente, como indício de um possível diálogo com as práticas arquivísticas.

Ainda nesse mesmo contexto, verifica-se uma crítica por parte da autora aos que não reconhecem a gestão documental como uma atividade inicial na conservação preventiva, que tende a direcionar as suas preocupações com as questões relacionadas ao ambiente em que se encontram os documentos.

Pensar a gestão documental como protocolo introdutório ou basilar da prática de conservação preventiva não significa desqualificar ou minimizar o impacto de todos os outros fatores ambientais, pois um acervo inventariado submetido a ataque biológico é tão alarmante quanto um acervo não inventariado cujos registros foram perdidos. Tampouco ultrapassa os limites de competência da área, pois o princípio da preservação é gestado pela transdisciplinaridade. (FRONER, 2015, p. 119).

Em paralelo aos esclarecimentos sobre a gestão documental defendida por Froner (2015) na conservação preventiva, a mesma nesse contexto também nos apresenta outro conceito relacionado às disciplinas, que é a transdisciplinaridade.

E nesse sentido, recorreremos mais uma vez a Pombo (2008) para esclarecimento quanto ao conceito. A transdisciplinaridade remete à fusão, na perspectiva da autora: “[...] algo que, quando se aproximasse de um ponto de fusão, de unificação, quando fizesse desaparecer a convergência, nos permitiria passar a uma perspectiva holística e, nessa altura, nos permitiria falar, enfim, de transdisciplinaridade” (POMBO, 2008, p. 13).

A convergência, para Pombo (2008), seria o que caracteriza a interdisciplinaridade e estaria entre a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade. E, dessa forma, a perspectiva de Froner (2015) de reconhecer algumas práticas de gestão documental como parte das atividades de conservação é identificada como apropriadas para os objetivos dessa pesquisa:

Em projetos de criação ou adequação de espaços para gestão de acervos – pesquisa, guarda ou exposição – a constituição de uma base informacional segura é matéria preponderante. Principalmente no campo de acervos científicos, a dissociação da informação invalida o mérito e a capacidade de interlocução do objeto. Portanto, sempre a precedência deveria ser a identificação e a gestão documental do acervo, cuja ferramenta – a base de dados – sistema viabiliza o acesso às informações. Entre os protocolos estabelecidos para a conservação de acervos, a gestão documental é uma das ferramentas primárias, inicial e indispensável para o reconhecimento do acervo [...]. (FRONER, 2015, p. 118).

Mesmo não sendo o objetivo específico dessa pesquisa, a discussão sobre o esclarecimento dos conceitos relacionados à preservação estendida aos conceitos sobre a inter, multi e transdisciplinaridade se torna fundamental para a compreensão do objetivo específico, que visa à elaboração de uma metodologia baseada nos princípios da conservação preventiva, que tende a ser incorporada às atividades arquivísticas já desenvolvidas no arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.

Se considerarmos também que as práticas de gestão documental, o que entendemos como indícios de práticas arquivísticas, já são reconhecidas como fundamentais na preservação dos documentos, não seria apropriado a arquivologia reconhecer e compreender de forma mais aprofundada a importância da interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade?

Esclarecida a relevância das práticas da gestão documental para a preservação dos documentos e com o objetivo de contribuir para a ampliação da discussão apresentada,

conforme já descrito, esta pesquisa busca na conservação preventiva soluções adequadas que podem ser somadas às atividades de gestão no arquivo da instituição.

O IBRAM (2014), ao definir conservação preventiva, explica que entre os procedimentos preconizados está o acondicionamento que o órgão define como: “ato ou efeito de embalar ou guardar documentos de forma apropriada à sua preservação e acesso” (IBRAM, 2014, p. 69). Jayme Spinelli Junior (1997), ao discutir sobre o tema, associa os conceitos de qualidade e versatilidade.

Contudo, mesmo considerando a hipótese de que o acondicionamento pode ser uma solução adequada para a preservação dos documentos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, a sua aplicabilidade direta se depara com a realidade quando observadas algumas características do arquivo da instituição, que tem aproximadamente 800 metros lineares, é descentralizado e constituído, majoritariamente, por documentos em suporte papel datados do século XVII, mas também por outras espécies documentais, como, por exemplo, as fotografias.

Ao mesmo tempo, compreende-se que seja importante que a metodologia do acondicionamento de documentos a ser desenvolvida para o arquivo da Irmandade tenha como respaldo informações seguras que justifiquem a sua aplicabilidade.

É com base nesse entendimento, que a questão formulada para essa pesquisa é: **qual ou quais subsídios podem fundamentar a elaboração de uma possível proposta de melhorias para o arquivo da Instituição, com base no acondicionamento?** Essa pesquisa compreende que a metodologia do diagnóstico de conservação possa ser um importante subsídio para responder à questão formulada. De acordo com o IBRAM (2014), o diagnóstico de conservação tem como objetivos:

identificar e quantificar os danos ocorridos às coleções; b) avaliar a conservação das coleções à luz da ocorrência de possíveis problemas do ambiente físico e organizacional; c) analisar a segurança das coleções; e d) envolver as equipes da instituição na busca de soluções coordenadas e sustentáveis[...]. (IBRAM, 2014, p. 21).

Associado a esse objetivo específico, essa pesquisa visa também:

- Pesquisar a bibliografia sobre o tema acondicionamento de documentos.
- Realizar visitas técnicas em instituições com acervos documentais para identificar as metodologias de acondicionamento (estudo de caso).
- Desenvolver um produto técnico-científico baseado nos objetivos específicos acima.

No objetivo geral:

- Realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema preservação e preservação de documentos e arquivos eclesiais.
- Descrever o histórico de atuação da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Acredita-se que essa descrição possa ser complementar sobre a importância em preservar os documentos da instituição.
- Descrever as atividades desenvolvidas pelo arquivo da instituição.

1.1 Metodologias

Delimitados os objetivos - geral e específico - da pesquisa, assim como o problema de pesquisa, e com base na leitura de Antônio Carlos Gil (2002), Maria Helena Michel (2015) e Cleber Cristiano Prodanov e Ernani César de Freitas (2013), esta pesquisa está classificada como exploratória e, do ponto de vista do problema, ela é classificada como qualitativa.

Carlos Gil (2002, p. 27) explica as características da pesquisa exploratória: “De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso”.

Do ponto de vista bibliográfico, a pesquisa baseou-se em livros, dissertações e artigos sobre os temas: preservação; preservação de documentos; conservação preventiva; acondicionamento de documentos; arquivos eclesiais; irmandades religiosas; diagnóstico de conservação.

Do ponto de vista teórico, buscou-se esclarecimentos sobre os conceitos de preservação, acondicionamento de documentos e, também, sobre diagnóstico de conservação.

Para compreendermos o conceito de preservação, recorreremos às explicações de autores como Paul Conway (2001), Robert Howes (2014) e Marcos José de Araújo Pinheiro *et al* (2014). Michele Cloonam (2016), Theodore R. Schellenberg (2006).

Sobre o tema acondicionamento de documentos, além Howes (2014) e Spinelli Junior (1997) já citados, também foram consultados Sheryly Ogden (2001) e Clara Mosciaro (2009).

Para compreendermos a importância do diagnóstico de conservação para a preservação de documentos, os autores consultados foram IBRAM (2014), Luís Antônio Souza *et al* (2008) e Jorge Cunha (1998).

A pesquisa documental também foi utilizada como um procedimento técnico. Gil (2002, p. 51) explica que “assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas é a natureza da fonte”. O acesso aos documentos do arquivo da Irmandade permitiu que a reconstituição de parte da história da instituição fosse relacionada por meio dos documentos, reafirmando a importância em preservar o arquivo da instituição. O acesso aos documentos também contribuiu para a contextualização de alguns problemas existentes no arquivo da Instituição, com alguns temas abordados nos capítulos. A utilização desse procedimento está mais visível nos capítulos 2 e 4.

Com objetivo de encontrar embasamento para o desenvolvimento do produto técnico-científico, foi utilizada a metodologia do estudo de caso. Gil (2002, p. 54) explica que esse procedimento permite, entre outros objetivos, “explorar situações da vida real”. De acordo com Cleber Cristiano Prodanov e Ernani César de Freitas (2013, p. 60):

O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os autores também apontam outra característica do estudo de caso, que é sua abrangência: “[...] o estudo de caso não se caracteriza como uma maneira específica para coleta de dados nem simplesmente uma característica do planejamento de pesquisa em si; é sim uma estratégia de pesquisa abrangente” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 62).

Considerando que o objetivo dessa pesquisa está direcionado para a preservação de documentos, o estudo de caso foi realizado por meio de visitas técnicas em duas instituições reconhecidas por preservarem seus documentos.

As instituições visitadas foram o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, sediadas na cidade do Rio de Janeiro. As visitas técnicas foram realizadas por meio de observação, verificando como e quais materiais são utilizados para a preservação dos documentos. E, nesse sentido, as visitas técnicas e a revisão da literatura sobre o tema “acondicionamento de documentos” foram consideradas como um dos objetivos específicos. Buscou-se verificar a relação existente entre a teoria e a prática.

Do ponto de vista do problema, esta pesquisa classifica-se como qualiquantitativa. Maria Helena Michel (2015) explica que esse tipo de pesquisa reúne elementos da pesquisa qualitativa, entre eles, o caráter subjetivo e os da pesquisa quantitativa, com caráter objetivo:

Ela se realiza, portanto, com a colaboração de ambos os tipos de pesquisa. Seu caráter quantitativo se expressa na medida em que seu interesse não é por um indivíduo, mas por um grupo de indivíduos, socialmente selecionados conforme as variáveis de interesse da pesquisa. Para tanto, define populações, escolhe amostras, aplica métodos quantitativos de coleta de dados e analisa os resultados obtidos numérica e estaticamente. Seu caráter qualitativo se verifica no seu interesse em medir, conhecer, permitindo que seja traçado um perfil desse grupo, um padrão de comportamento, um sujeito coletivo. (MICHEL, 2015, p. 45).

O diagnóstico no arquivo da Irmandade da Candelária foi realizado por meio de fichas que objetivaram recolher informações que foram analisadas posteriormente. Observada a característica do objeto dessa pesquisa que é extenso e descentralizado, o diagnóstico foi aplicado em parte do arquivo. Acreditamos que as informações obtidas dentro desse recorte possam servir de base para as possíveis melhorias, bem como podem servir para comparação em outros ambientes onde estão armazenados os documentos da Instituição.

1.2 Justificativas

Para Sueli Ferreira Deslandes *et al* (2002, P. 42) “A melhor forma de justificar em pesquisa que produz maior impacto é aquela que articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador”.

A atuação do autor da pesquisa como um dos arquivistas da instituição, e motivado pela sua observação profissional cotidiana, compreende que a instituição deva aperfeiçoar a gestão do seu arquivo, aprofundando o tratamento técnico referente à preservação.

Ao mesmo tempo em que é reconhecida, por parte do autor, a necessidade de aperfeiçoar o sistema de preservação de documentos da instituição, o mesmo se depara com uma problemática, que é a dificuldade de afastamento do objeto de pesquisa. Sendo membro da instituição e atuando no setor para o qual são direcionadas todas as informações produzidas por ela, se afastar do objeto se torna um desafio, principalmente quando é observada a natureza da instituição, que é voltada para as atividades culturais e de benemerência.

E, nesse sentido, a compreensão em preservar os documentos da instituição não se limita a um pré-diagnóstico do estado de conservação dos documentos. É também no sentido de perceber, por exemplo, que muitos documentos do arquivo da instituição, relacionados às

suas atividades, dizem respeito a informações de pessoas que foram auxiliadas pelas atividades exercidas pela instituição.

A questão referente às dificuldades de afastamento do objeto nos direciona para o esclarecimento, no sentido de compreendermos a importância desse exercício em um trabalho científico. Sobre a questão da dificuldade, recorremos a Felipe Lemos (2017) que discute sobre a epistemologia do pesquisador que pesquisa dentro da sua organização, o que o autor identifica como um problema epistemológico.

Mesmo argumentando que o olhar de dentro pode oferecer algumas vantagens ao pesquisador, como o acesso aos documentos da instituição, que podem servir de base para a pesquisa, Lemos explica a importância do afastamento: “Esse movimento é importante porque o pesquisador volta ao seu lugar de fala depois de se estranhar e entranhar e, conseqüentemente, pode dar um passo para mais longe do objeto” (LEMOS, 2017, p 22). Como solução para esse problema, o autor argumenta que a questão está relacionada com a forma de agir do pesquisador:

Apesar de fazer parte do objeto – ou para fazer um comparativo com uma pesquisa voltada à comunicação organizacional – estar dentro da própria organização onde efetua a pesquisa, o pesquisador inevitavelmente terá inevitavelmente [(sic)] de se preocupar com a maneira de agir para, ao mesmo tempo, obter o máximo do que o objeto com outros olhares que possibilitem o estudo adequado com os rigores científicos. (LEMOS, 2017, p. 20).

Dessa forma, entendemos que a questão do afastamento do pesquisador perpassa pelas metodologias. Essa compreensão também é reforçada pelo autor supracitado, que considera que uma solução para justificar esse tipo de pesquisa passa pela conceituação, que ele considera como possibilidade a categoria de pesquisa-ação. Ao conceituar a pesquisa-ação Gil (2002) explica que:

Tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante se caracterizam pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. Neste sentido, distanciam-se dos princípios da pesquisa científica acadêmica. A objetividade da pesquisa empírica clássica não é observada. Os teóricos da pesquisa-ação propõem sua substituição pela "relatividade observacional" (Thiollent, 1985, p. 98), segundo a qual a realidade não é fixa e o observador e seus instrumentos desempenham papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados. Seus teóricos, por outro lado, associam-na à postura dialética, que enfoca o problema da objetividade de maneira diversa do positivismo [...]. (GIL, 2002, p. 31).

Ainda que seja reconhecida, para o autor desta pesquisa, a importância em preservar os documentos da instituição, as justificativas não podem se limitar à sua percepção, ou seja, o seu olhar de dentro sobre o que esse arquivo representa.

Um dos objetivos da justificativa em um projeto de pesquisa é responder por quê? E, nesse sentido, a questão é por que preservar o arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária? Na tentativa de exercitar o afastamento do objeto de pesquisa recorremos a Delmas (2010), que apresenta algumas finalidades de um arquivo:

Seria impossível detalhá-las ao infinito, mas convém reagrupá-las em quatro utilidades fundamentais. Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social. Essas utilidades desenvolveram-se em paralelo, porém cada uma delas sofreu transformações diversas, dependendo das épocas, em razão de própria evolução da sociedade. (DELMAS, 2010, p. 13).

Se as finalidades dos arquivos são múltiplas, a sua preservação pode ser entendida como estrutural para essas finalidades.

Considerando a discussão apresentada nesta introdução, essa pesquisa está dividida em 8 seções. Sendo a primeira a introdução onde apresentados os objetivos e o problema de pesquisa.

A segunda seção está dedicada a descrever o histórico da instituição. O capítulo foi desenvolvido tentando vinculá-lo ao objeto dessa pesquisa, que é o arquivo da instituição. A terceira seção é dedicada aos arquivos eclesiásticos, onde estão incluídos os das irmandades religiosas.

Os capítulos 4 e 5 estão mais próximos do objetivo específico. No primeiro é descrito brevemente o histórico da preservação documental acompanhada da discussão sobre o conceito de preservação. O capítulo 5 é introduzido pela discussão sobre a interferência do ambiente na preservação dos documentos, seguido da revisão da literatura sobre o tema “condicionamento de documentos” e a conclusão do trabalho de campo (visitas técnicas) nas instituições.

O capítulo 6 é dedicado à explicação do processo de diagnóstico no arquivo. Já o capítulo 7 apresenta o Produto Técnico-Científico, com a proposta de conservação preventiva para o arquivo da Irmandade Santíssimo Sacramento da Candelária. A pesquisa finaliza-se então com a oitava sessão intitulada de Conclusão.

2 IRMANDADES RELIGIOSAS

Este capítulo tem como objetivo descrever o histórico da criação da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária-ISSSC e as suas atividades. O capítulo também dedica uma seção sobre o arquivo da instituição. Estruturalmente, a instituição é dividida por repartições, nas quais são desenvolvidas suas atividades religiosas e de benemerência.

No entanto, considerando as atividades realizadas pela instituição, e atentos ao fato de que a criação de irmandades religiosas esteja associada aos séculos precedentes ao século XX, entendemos que seja importante, antes, uma introdução sobre as origens e finalidades dessas instituições.

Essa compreensão fundamentou-se na leitura de Caio César Boschi (1986) e de Maria Aparecida de França Miranda Nogueira (2006). Ao delimitar a atuação das irmandades na cidade do Rio de Janeiro, sede da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, buscou-se explicações na leitura de Nireu Cavalcanti (2004).

A justificativa para destinar um capítulo sobre a instituição se fundamenta no fato das atividades realizadas pela instituição e a sua importância para a configuração geográfica/social do Rio de Janeiro.

Para tentar compreender as origens das irmandades religiosas, é importante ressaltar que, dependendo do local onde elas foram criadas, as mesmas podem ser denominadas também como confrarias. Nogueira (2006) explica que nos primórdios do cristianismo as confrarias tinham as suas atividades voltadas para os serviços funerários. E que também eram identificadas como confrarias as associações de homens e de escravos livres que cultuavam o mesmo deus. Boschi (1986) explica que a Cúria Romana, no cânon 700, que estabeleceu os decretos e regras cristãs, caracteriza essas associações como ordens terceiras, confrarias e pias uniões:

As associações de fiéis que tenham sido eretas para exercer alguma obra de piedade ou caridade se denominam pias uniões, as quais se estão constituídas em organismo, se chamam irmandades. As irmandades que também tenham sido eretas para o incremento do culto público recebem o nome particular de confraria. (BOSCHI, 1986, p. 15).

Boschi (1986), anteriormente, explica que as irmandades surgiram na baixa idade média, com os objetivos mais voltados para o poder espiritual, mas que depois foram se afastando do clero. As primeiras irmandades que se destacaram foram as santas casas de

misericórdia, que tinham suas atividades voltadas para a caridade, focando no atendimento aos doentes mais necessitados.

Uma das características das irmandades era o mutualismo, ou seja, a ajuda recíproca, mas o autor esclarece que elas não podem ser confundidas com corporações, porque as irmandades funcionam como “agente de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidade frente à realidade” (BOSCHI, 1986, p. 14).

Essas confrarias/irmandades, mesmo já atuando, não tinham uma legislação específica. Sendo que no ano de 1604 ficou estabelecido por meio da “Constituição Quaecumque”, o conjunto de orientações que definiu as regras para a criação das irmandades. Nogueira (2006) explica, também, que dentro das regras estabelecidas existia uma que determinava que as irmandades com o mesmo nome não poderiam ser instituídas na mesma região, tendo como limite geográfico a distância de três milhas. A única exceção era para as irmandades com o nome de “Santíssimo Sacramento”.

As Irmandades do Santíssimo Sacramento tinham essa exceção porque também tinham como objetivo mostrar a importância da Eucaristia. De acordo com a autora “fazia parte das reuniões dos primeiros cristãos a fração do pão e a bênção do cálice como celebração da ceia do senhor [...]” (NOGUEIRA, 2006, p. 20). Ela também explica que essa cerimônia era apresentada como “oração de agradecimento”, denominada como Eucaristia. E, por isso, o nome superlativo santíssimo nessas irmandades, que objetiva mostrar a importância da Eucaristia, contribuindo para disseminação de tradições católicas.

As Irmandades do Santíssimo Sacramento apareceram nos séculos XIII e XIV, procurando mostrar a importância da Eucaristia; para isso, usaram o superlativo Santíssimo, ou seja, o mais santo dos santos. Era uma época em que muitos não entendiam a importância desse sacramento que, desde o início da igreja, era muito respeitado. O Concílio de Trento tornou a Eucaristia o principal baluarte do catolicismo romano, através da constante celebração da Missa, da exposição do Santíssimo Sacramento, da procissão do viático [comunhão dada aqueles que estão prestes a morrer] e, principalmente, da festa de *Corpus Christi*. Com isso, as irmandades do santíssimo sacramento ganharam maior projeção e se tornaram importantes instrumentos de defesa da fé da Igreja Católica Romana. (NOGUEIRA, 2006, p. 22).

Entretanto, apesar do caráter estritamente religioso, as irmandades religiosas são instituições seculares, no sentido de que, do ponto vista administrativo e jurídico, elas são dirigidas por leigos e estão subordinadas às autoridades civis. E, nesse sentido, a relação e atuação da Igreja Católica com as irmandades se limitam, de maneira prática, às atividades religiosas dentro das igrejas construídas por essas irmandades.

Ao falar sobre a Igreja Católica e as irmandades na colonização portuguesa no Brasil, Boschi (1986) explica que o cristianismo foi introduzido aqui por meio do processo de colonização e cabia à Coroa estabelecer as diretrizes da igreja. “No Brasil-colônia, a igreja não conheceu outro regime de atuação. Foi sempre executora da vontade da coroa” (BOSCHI, 1986, p. 61) Entretanto, o autor salienta que o catolicismo no Brasil se propagou por meio de leigos e não somente pela igreja. Portanto, as irmandades tiveram um papel fundamental nessa expansão:

Nesse quadro e dentro dessa perspectiva é que compreende a função histórica das irmandades leigas no Brasil-colônia. Para a igreja elas ofereceram a dupla vantagem de serem, simultaneamente, promotoras e sedes da devoção como também eficiente instrumento de sustentação material do culto. (BOSCHI, 1986, p. 65).

Com a criação das irmandades no Brasil, logo surgiram as Santas Casas de Misericórdias, que têm as suas ações voltadas mais para o social, criando hospitais e sendo classificadas pelo autor como irmandades assistencialistas, ao contrário das irmandades religiosas, que tinham como características a agregação de pessoas. Além de ter um santo em comum como devoção. A devoção nesse santo comum ficava visível no nome da irmandade.

Ao escrever sobre o Rio de Janeiro no século XVIII e explicar a atuação das devoções, das ordens terceiras e das irmandades, Cavalcanti (2004) relata que os processos de organização dessas formas de devoção tinham que estar delimitados em um documento denominado como Compromisso. Essas devoções poderiam ser por meio de oratórios, que eram nichos construídos em fachadas externas de edifícios e também em capelas, onde os fiéis poderiam fazer suas orações e, também, celebrar missas com permissão da igreja. Já as ordens terceiras, que tinham o caráter estritamente religioso, precisavam de autorização tanto das autoridades religiosas da região, como do papa para funcionar.

O autor também explica que as irmandades religiosas foram fundamentais para a expansão da cidade do Rio de Janeiro, na medida em que recebiam, por meio de doação, terrenos do governo para construção de templos religiosos.

2.1 Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária: origens

Estabelecer uma data em que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária foi criada é uma tarefa que já foi descrita por Marques Pinheiro (1930). Já nessa época, o autor apontou para as dificuldades sobre o ano exato de fundação da instituição. Essa dificuldade pode ser respondida, levando em conta que no arquivo não é possível encontrar os

primeiros livros de atas da instituição. Pinheiro (1930), em seu livro, apresenta uma hipótese associada ao ano de 1711, quando o corsário francês Duguay Trouyu, ao chegar à cidade do Rio de Janeiro, teria invadido e saqueado muitos estabelecimentos, incluindo igrejas.

Sem essas informações, o autor aponta a data mais provável de criação, o ano de 1634, em que foi criada a paróquia de Nossa Senhora da Candelária, conhecida anteriormente como Igreja da Várzea. Essa região, de acordo com Cavalcanti (2004) era uma região da cidade que passou por diversas transformações, incluindo desmatamento, obras hidráulicas e terraplanagem.

Pinheiro (1931) associa essa data ressaltando que a Irmandade poderia já ter sido instituída de maneira não oficial. Contudo, ele considera a data mais provável para a criação oficial da Irmandade o ano de 1699, quando foi elaborado o primeiro Compromisso.

Ainda, de acordo com Pinheiro (1931), anexas à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária estão as suas repartições. A primeira repartição criada pela Irmandade foi a do coro, em 1720, que era constituído por padres cantores que realizavam suas atividades diariamente dentro da Igreja da Candelária. A segunda repartição constituída pela Irmandade foi a da Caridade. Essa foi criada em 1738, pelo Brigadeiro José da Silva Paes², com objetivo de prestar auxílio financeiro aos mais necessitados.

Contudo, o trabalho religioso e de benemerência da instituição não se limitou apenas nas repartições já descritas. Conforme já descrito anteriormente, as irmandades religiosas foram responsáveis pela construção de diversas igrejas.

2.1.1 Repartição do culto: a Igreja de Nossa Senhora da Candelária

A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária é proprietária e administradora da Igreja de Nossa da Candelária, que fica no centro da cidade do Rio de Janeiro. A história da criação da Igreja da Candelária tem relação com uma promessa feita por um casal. De acordo com Arnaldo Machado (2017) o casal Antônio Martins da Palma e sua mulher Leonor Gonçalves ao fazerem uma viagem de volta das índias com destino a sua terra natal, Espanha, teriam passado por uma tempestade no Oceano Atlântico, que fez com que o seu barco perdesse a rota. O casal, muito devoto de Nossa Senhora da Candelária, teria feito uma promessa à santa que, se fossem salvos da tempestade, construíram uma igreja com seu nome

² Posteriormente o Brigadeiro José da Silva Paes foi o primeiro governador do estado de Santa Catarina.

no local exato onde aportasse. De acordo com Machado (2017) o milagre aconteceu e o casal aportou no porto do Rio de Janeiro.

A data de criação da igreja oriunda da promessa é também imprecisa de acordo com o autor, mas com base em pesquisa bibliográfica ele aponta 1609 como o ano em que o casal se estabelece na cidade e a fundação da igreja por volta de 1630.

A construção da pequena igreja, que posteriormente foi elevada à categoria de paróquia, possibilitou a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária. Freguesia é sinônimo de povoação do ponto vista eclesiástico, equivalente ao que se designa como bairro atualmente. Machado (2017) recorre a Adolpho Morales para explicar que freguesia é uma palavra que provém de freguês: “A divisão territorial – a freguesia – era a mesma para a igreja e a municipalidade. Aquela denominação provém de freguês, porque todo aquele que pertence a uma paróquia é freguês da mesma” (MACHADO, 2017 *APUD* MORALES, 2017, p. 40). O autor também aponta para a imprecisão de data de criação da Freguesia da Candelária. Um dos autores citados por ele aponta o ano de 1633.

A pequena igreja, que com a criação da freguesia de Nossa Senhora de Candelária, foi elevada à categoria de paróquia, teria desagradado o casal que realizou a promessa de construção. E, por isso, no ano de 1639 teria doado, por meio de escritura, a igreja para a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Anos depois, a Santa Casa de Misericórdia passou a administração da igreja para a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, que decidiu construir uma nova igreja, conforme descrito no documento ilustrado abaixo (Figura 1).

Figura 1 - Fotografia do “Livro de termos diversos da Mesa Administrativa da ISSSC.³”



Fonte: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária / Arquivo F. B Marques Pinheiro. Notação: 101. A. 0003 (Ano da Figura: 2019).

Dentre os engenheiros que trabalharam na construção da Igreja da Candelária, destaca-se o engenheiro Antônio de Paula Freitas, que escreveu um memorial detalhando o processo de construção do templo. O engenheiro classifica a igreja com estilo arquitetônico barroco. Na memória histórica elaborada por ele é descrito todo o processo de construção da igreja, bem como as dificuldades do ponto de vista da engenharia e da arquitetura:

Recebi a Igreja da Candelária apenas com a obra externa prompta e isto mesmo sem os corpos acessórios: a obra interna estava inteiramente por fazer; o próprio revestimento de madeira que tinha sido começado na parte inaugurada da igreja e o material encomendado ou contractado para o seu prosseguimento, tudo foi posto de parte, porque substitui a madeira pelo mármore; a escultura de gesso apenas começava um dos tectos das capelas, e teve de tomar nova orientação, porque as abobadas, o zimbório e o côro deveriam receber também a pintura de grandes quadros symbolicos, religiosos ou histórico, bem como dourados e outros trabalhos de sorte ao conjuncto esplendor condigno e apropriado. (FREITAS, 1898, p. 73).

Inaugurada parcialmente em 1811 e suas obras finalizadas em 1898, a Igreja da Candelária, além de ser a sede da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, é também a sede de algumas irmandades filiais. Essas irmandades possuíam uma estrutura administrativa menor ao comparadas com outras irmandades. Em geral, recebiam autorização de irmandades proprietárias de grandes igrejas para a construção de altares para a devoção de seus santos. Pinheiro (1930) explica que a primeira irmandade filial instituída dentro da igreja

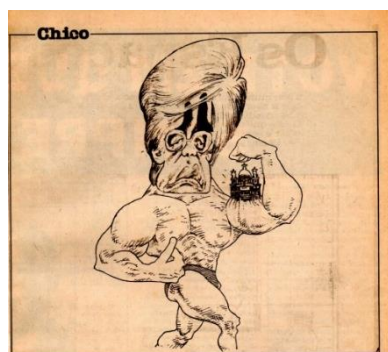
³ O livro foi o primeiro termo de resolução que tomou em Mesa de se dar princípio a nova obra da Igreja da Candelária”. (1775-1834). Nessa Ata de reunião datada do dia 3 de junho de 1775, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária decide construir uma nova igreja, sob a justificativa da antiga se encontrar em ruínas. No final do termo de resolução estão as assinaturas dos presentes na reunião.

foi a de Nossa Senhora da Candelária, fundada pelo casal que construiu a primeira igreja sem saber exatamente a data de criação. Depois, foram fundadas a Irmandade de São Miguel e Almas, em 1733; a Irmandade de Nossa Senhora das Dores, em 1780; a Irmandade de São Manuel, em 1862; a Irmandade de São Chrispin e Chrispiano, em 1866; tendo elas e seus membros (irmãos) regulamentos independentes da Irmandade da Candelária.

A atuação da Igreja da Candelária não se limita aos aspectos religiosos e de práticas de sociabilidade religiosa descritas acima. Além de a sua construção ter permitido a expansão da cidade do Rio de Janeiro, a sua localização em uma das avenidas mais movimentadas da cidade faz da igreja um local de referência. Essa mesma referência permite associá-la como espaço de memória que, dependendo das abordagens, pode vincular esse espaço com acontecimentos que demonstram parte da ineficiência da sociedade com as questões referentes à desigualdade e violência, como por exemplo, a chacina da candelária⁴.

Ao mesmo tempo, quando delimitamos alguns aspectos políticos recentes da História do Brasil, podemos reafirmar a sua apropriação como espaço de simbolismo, permitindo identificar a igreja como patrimônio de interesse social. A importância em preservar a apropriação desse espaço perpassa pela preservação de algumas ilustrações que colaboram com a discussão apresentada (Figuras 2 e 3):

Figuras 2 e 3 - charges recortadas do jornal O Globo⁵



Fonte: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Coleção Arnaldo Machado.
Notação: 046. A. 00688. 04035. (2019).

⁴ A chacina que ocorreu próxima à igreja ficou conhecida como “chacina da Candelária”. Ocorreu no dia 23 de julho de 1993, onde foram mortos oito jovens, sendo seis deles menores de idade. Fontes: Anistia internacional e Wikipedia. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/nota-publica-20-anos-da-chacina-da-candelaria-nao-vamos-esquecer/>. E também em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chacina_da_Candel%C3%A1ria. Acesso em: dez. 2019.

⁵ Essas charges fazem parte da Coleção de documentos do pesquisador Arnaldo Machado. Suas pesquisas resultaram na publicação de 10 livros sobre a Igreja da Candelária, sendo um deles utilizado nessa pesquisa como referência bibliográfica.

Dessa forma, identificada a relevância social da igreja como espaço de memória e de simbolismo, as características apresentadas podem ser extensivas ao seu arquivo. Os documentos referentes a uma igreja não se limitam aos registros de casamentos e de batismos. Conforme descrito acima, a igreja da candelária foi construída ao longo de séculos. Os documentos pertencentes à Irmandade da Candelária (ISSSC), administradora da igreja, permitem contribuir para a consolidação dessa relevância.

Numa perspectiva da engenharia, a relevância social pode ser exemplificada quando descrevemos parte de uma palestra realizada no Clube de Engenharia, na cidade do Rio de Janeiro. Os pesquisadores Fernando Danziger e Carlos Eduardo Barata, ao palestrarem sobre os problemas da fundação da igreja, numa perspectiva da engenharia, apresentam os resultados do seu trabalho de pesquisa realizado no arquivo da instituição:

Uma dúvida que norteou toda a pesquisa foi a respeito da estabilidade da estrutura da igreja. A questão aparece tanto pelos documentos, que indicam problemas, quanto pelo conhecimento da geografia da cidade em seus primeiros séculos: uma grande extensão de costa era mar, área que foi sendo aterrada ao longo do tempo. É natural, então, que o terreno onde a igreja foi instalada possa ser considerado alagadiço [...] em documento de 1804, relata-se a necessidade de tirar parte da grossura da parede para suportar o peso, pois já havia sinais de recalque. O relatório de Waehnelde [Gustavo, um dos vários engenheiros responsáveis pela construção da igreja] relatava detalhes sobre características das estacas e outros elementos. Os comprimentos, no entanto, eram expressos em palmos e polegadas, o que levou os pesquisadores a fazer conversão para unidades de medidas utilizadas atualmente. O resultado foi cerca de 11 metros de profundidade da fundação. Não era usual (e era extremamente difícil) investigar o solo em profundidades significativas há 250 anos, e sondagens de solo recentes, realizados junto à igreja, permitiram verificar-se que a igreja tem sua fundação em solo de areia fina e argila mole. 'Isso é a causa dos problemas que aconteceram por século' [...]. (CLUBE DE ENGENHARIA. Reportagem sobre palestra. "Fundação da Igreja da Candelária: Engenharia e História em 4 Séculos", em 25 de abril, de 2019).

Somado à perspectiva da engenharia, a importância da preservação dos documentos referentes às igrejas pode ser complementada quando consideramos os aspectos artísticos e arquitetônicos. Cavalcanti (2004) explica que, além da contribuição para a expansão da cidade do Rio de Janeiro, as irmandades religiosas foram responsáveis pela contratação de diversos artistas e artesões.

A importância da contratação de profissionais de renome das artes e da arquitetura pode ser mais compreendida na perspectiva de Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (2003), que discute sobre a aplicação do estilo arquitetônico nas igrejas construídas na Europa e no Brasil. Descrevendo sobre aplicação do estilo arquitetônico rococó nas igrejas brasileiras, a

autora explica sobre o papel desempenhado nas decorações internas, que não se limitam a um caráter de decoração, mas também um papel de integração de valores e de simbolismos.

A análise das modalidades formais do rococó na arquitetura religiosa brasileira revela de imediato a importância primordial das decorações internas, que transfiguram espaços arquitetônicos retilíneos e estáticos, dando a tônica estilística ao monumento [...] ultrapassando a função meramente decorativa, essas artes ornamentais assumem em consequência nas igrejas luso-brasileiras a função subsidiária de dinamizar os espaços, rompendo a estaticidade das paredes e tetos e recriando ambientes que integram, em visão unitária, valores formais e simbólicos expressos em técnicas diversas. (OLIVEIRA, 2003, p.13).

Machado (2017) descreve que para a construção da Igreja da Candelária, diversos profissionais de renome à época foram contratados, como engenheiros, mestres de obras, marceneiros, vitralistas, decoradores e trabalhadores em geral. Além de escultores, como por exemplo, Luca e Enrico Arrighini, Rodolfo Bernardelli, Manoel Ferreira Tunes, Antônio Teixeira Lopes e pintores, como João Zeferino da Costa - e seus discípulos na Academia Imperial de Belas Artes - e Augusto Rodrigues.

Considerando a importância das decorações internas das igrejas construídas ao longo dos séculos de História do Cristianismo, entendemos que a importância em preservar os estilos arquitetônicos englobam as evidências da realização. As imagens abaixo, (Figuras 4 a 9) são fotografias das pinturas decorativas do teto da Igreja da Candelária, que contam a trajetória de sua construção que, conforme descrito por Machado (2017), estaria relacionada a uma promessa de um casal viajante:

Figura 4 - A partida e Figura 5 - A partida (estudo)



Fonte: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Arquivo F. B. Marques Pinheiro. Autor das fotografias (estudos): César Barreto.

Figura 6 - A Tempestade e Figura 7 - A Tempestade (estudo)



Fonte: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Arquivo F. B. Marques Pinheiro. Autor das fotografias (estudos): César Barreto.

Figura 8 - O Voto cumprido e Figura 9 - O Voto cumprido (estudo)



Legenda: A história de criação da capela que originou a atual Igreja de Nossa Senhora da Candelária está recriada, de maneira artística, no teto da nave central da Igreja em um conjunto de 6 desenhos: A Partida; A Tempestade; A Chegada; O Voto cumprido; A Sagração; A Inauguração. As pinturas artísticas de autoria de João Zeferino da Costa, que também foi professor da Academia Imperial de Belas Artes, foram elaboradas em Roma, Itália, no século XIX. Nas fotografias estão três dos seis desenhos do teto da igreja. Nas imagens digitalizadas estão os estudos desenvolvidos pelo artista que, assim como as pinturas originais, têm aproximadamente 7 metros de comprimento. As dificuldades em preservar documentos em grandes dimensões estão visíveis com ausência de partes dos estudos.

Fonte: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Arquivo F. B. Marques Pinheiro.

2.1.2 Repartição do Hospital Frei Antônio

Assim como os documentos do arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária permitem um conhecimento aprofundado de alguns aspectos da Igreja da Candelária, no mesmo arquivo é possível encontrar informações sobre as ações de saúde desenvolvidas na cidade do Rio de Janeiro a partir do século XVIII. Especificamente sobre a doença denominada como Hanseníase, antes conhecida como Lepra.

A fundação do Hospital Frei Antônio, anteriormente denominado Hospital dos Lázaros, surgiu de uma necessidade da cidade do Rio de ter um local adequado para o tratamento da lepra. Pinheiro (1931), no capítulo dedicado à história da fundação do hospital, explica que no final do século XVI já tinham surgido os primeiros casos de lepra na cidade.

As dificuldades para a criação de um espaço de saúde apropriado para o tratamento da doença também são relatadas pelo autor, que explica que antes da criação do Hospital dos Lázaros o governo já havia tentado adquirir recursos para a construção de um hospital específico para o tratamento da doença.

Mais adiante, Pinheiro (1931) explica que, com as dificuldades de conseguir recursos públicos, o então do Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadella, teria arcado com recursos próprios a construção de um espaço que permitiu um tratamento mínimo aos doentes que, por causa da doença, que era contagiosa, eram excluídos da sociedade:

[...] A circumpecção, recto júízo e honradez com que tratava dos negócios públicos autorizam-nos a dizer que este assumpto prestara toda sua atenção e cuidados porque mandou [o conde de Bobadella] a sua custa construir umas pobres casinhas, ou antes choupanas em S. Cristovão, ao pé da colina em que hoje está o hospital dos Lázaros[...]. (PINHEIRO,1930, p. 353).

Com a morte do Conde de Bobadella, em 1763, os doentes ficaram sem um auxílio do “Estado”. E, mediante a situação de abandono, o monge beneditino Frei Antônio Desterro recorreu à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária para cuidar dos doentes.

Com essa responsabilidade atribuída às suas atividades, a Irmandade achou necessária a construção de um hospital para os doentes. Sem ainda ter um espaço adequado para o tratamento, Frei Antônio Desterro, que tinha uma relação próxima com o Vice-Rei Conde da Cunha, articulou a utilização de um espaço em São Cristóvão que era a casa de recreio dos jesuítas, antes de serem expulsos da cidade. Com o sequestro dos bens dos jesuítas pelo

Estado, foi proposta a utilização desse espaço para ser a sede do Hospital dos Lázaros. Esse prédio, de acordo com Ângela Pôrto e Benedito Tadeu de Oliveira (1996), teria sido construído entre 1748 a 1752 e passou por obras de adaptação para um hospital.

Pinheiro (1931) explica mais adiante que a chegada da família Real no Brasil fez com que o hospital fosse transferido para outro espaço. O hospital funcionou durante alguns anos na Ilha das Enxadas, na Baía de Guanabara, sendo que, em 1832, retornou para sua antiga sede no bairro de São Cristóvão.

A lepra, de acordo com Benchimol e Romero Sá (2004), é uma doença que foi estruturada pela microbiologia por um médico norueguês Gerhard Armauer Hansen. Os mesmos autores relatam que, em um congresso internacional realizado na cidade de Berlim, no ano de 1897, foi consenso de que a única maneira de evitar a proliferação da doença era por meio da vigilância e notificação e “isolamento compulsório dos leprosos”. A ideia de criação de espaços específicos, onde portadores da enfermidade deveriam viver isolados, deu espaço e possibilidades para a construção de leprosários em todo mundo:

A “construção” da lepra como doença deu alento a um movimento mundial pela criação de leprosários para segregar suas vítimas. Como existiam dificuldades para se obter uma vacina, a doença foi considerada crônica e incurável, reforçando na crença na inevitabilidade segregação dos portadores dos seus microrganismos. (BENCHIMOL; ROMERO SÁ, 2004. p. 29).

Os autores acrescentam que essa mentalidade de isolamento foi confirmada em um segundo congresso no ano de 1904, em Bergem, na Noruega.

Apesar dos estudos sobre a doença datarem da década de 1860, no Brasil, os autores citam que o Hospital dos Lázaros era um dos principais centros de tratamentos e de estudo da cura da lepra. Com base nos relatórios do médico João Pereira Lopes, os autores relatam que o Hospital serviu de base para elaborar teorias sobre a causa da doença, assim como para diversos experimentos. Ainda de acordo com os autores, em determinado momento chegou a ser divulgada uma possível cura da doença, graças às pesquisas realizadas no hospital, o que motivou a visita de muitos médicos estrangeiros interessados na cura da doença.

Os autores também explicam que um dos maiores pesquisadores e interessados pela doença no mundo era o médico brasileiro Adolpho Lutz. Benchimol e Romero Sá (2004), fazem um relato sobre a vida do médico, no qual fica explícito o interesse de Lutz em trabalhar no Hospital dos Lázaros:

Quando regressou ao Brasil, Lutz mudou-se de Limeira para São Paulo e continuou com suas investigações sobre a doença. Chegou a passar curta temporada no

Hospital dos Lázaros, no Rio de Janeiro, em 1887. Esse hospital era, naquela ocasião, um dos principais centros de tratamento de Hanseníase no Brasil. (BENCHIMOL; ROMERO SÁ, 2004, p. 12).

Figura 10 - Fotografia atual da fachada do Hospital



Fonte: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária / Arquivo F. B. Marques Pinheiro (2019).

Figuras 11 e 12 - Fotografias, preto e branco, das enfermarias do hospital Frei Antônio.



Fonte: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Arquivo F. B. Marques Pinheiro. (2019).

Com o avanço dos tratamentos médicos, a hanseníase passou a ter tratamento ambulatorial, dispensando a necessidade de internações compulsórias dos enfermos. A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, atualmente, preserva em seu arquivo os documentos provenientes das atividades médicas e administrativas do hospital, que conforme descrito, também foi um centro de pesquisa para a cura da doença.

Nesse sentido, as justificativas em preservar os documentos produzidos pelo hospital durante séculos de atividades podem adquirir relevância se considerarmos a importância

desses documentos para a história da saúde pública no Brasil que, conforme descrito, teve como um dos agentes de atuação as irmandades religiosas.

Essa perspectiva pode ser ampliada ao considerar o caráter científico e, também, a sua importância para a História da Medicina. Ao discutir sobre esse tema, Sebastião Silva Gusmão explica que:

A história da medicina mostra como o conceito de uma enfermidade, na etiologia e seu tratamento, prevalente em um dado momento, podem ser substituídos por outros melhores. Esta noção de transitoriedade da verdade científica educará o médico no espírito independente e crítico, tornando-o preparado para assimilar as mudanças, as novas verdades que na medicina e na sociedade se desenvolvem.⁶

Associado ao caráter histórico-científico, a importância em preservar tais documentos pode ser complementada quando se verifica a ampliação do seu uso, sobretudo, após a publicação da Lei Federal 11. 520⁷ que foi criada como mecanismo, por parte do Estado brasileiro, em ressarcir os pacientes que foram submetidos ao isolamento.

2.1.3 Repartição dos educandários

Além da Igreja da Candelária e do Hospital Frei Antônio, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, dentro de suas atividades de benemerência, possui dois colégios que oferecem educação gratuita para crianças. As tentativas da instituição em oferecer educação para crianças desvalidas, na forma de asilos, datam do ano de 1881 conforme evidenciou a pesquisa em documentos da instituição.

Durante esse período, a instituição iniciou a construção de um asilo para atender as crianças carentes da cidade do Rio de Janeiro, que ficava no bairro de São Cristóvão. Entretanto, a Irmandade na época passava por dificuldades financeiras e não conseguiu levar adiante o projeto, tendo vendido o prédio para o Governo Federal. Hoje esse prédio é sede do Colégio Pedro II.

Assim como na história de construção da Igreja e da criação do hospital, Pinheiro (1931) também nos fornece subsídios que ajudam compreender a criação, por parte da Irmandade, de um asilo direcionado para crianças carentes.

⁶ SILVA, Sebastião. **História da medicina: evolução e importância**. Disponível em: <https://www.sbmhistoriadamedicina.com/copia-primeira-intervencao-neurocir-8>. Acesso em out. 2019.

⁷ Lei 11.520, de 18 de setembro de 2007. Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela Hanseníase, que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios.

Figura 13 - Fotografia da fachada do Educandário Gonçalves de Araújo, que iniciou suas atividades no ano de 1900.



Fonte: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Arquivo F. B. Marques Pinheiro. (2019).

Nas décadas finais do século XIX, já vivia na cidade um comerciante português de nome Antônio Gonçalves de Araújo. Em 1889, esse comerciante faleceu e deixou escrito no seu testamento que parte da sua fortuna e de seus bens deveria ser destinado à construção de um asilo que atendesse as crianças com mais necessidades, com educação gratuita e de qualidade. No livro de Marques Pinheiro está descrito o testamento do comerciante, datado de 16 de setembro de 1887:

Como a minha intenção [do Antônio Gonçalves de Araújo] é beneficiar as crianças pobres desta capital [Rio de Janeiro], se não possível criar uma instituição nova, como deixo disposto, - ficará pertencendo todo este legado do asylo de infância desvalida projectado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, e que por falta de patrimônio não tem sido inaugurado. (PINHEIRO, 1931, p. 333).

Inaugurado em 1900, o asilo, que deveria receber crianças desvalidas e órfãs de ambos os sexos e era dividido em seções masculina e feminina, teve como seu primeiro diretor, Benjamim Franklin Ramiz Galvão, também conhecido como Barão de Ramiz.

Figura 14: Fotografia com grupo de pessoas na entrada do Educandário Gonçalves de Araújo⁸



Fonte: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Arquivo F.B. Marques Pinheiro
 Data da fotografia: [1917-1923]. (2019)

Ramiz Galvão foi médico, professor, filólogo e orador. Foi o primeiro reitor da UFRJ e diretor da Biblioteca Nacional por duas vezes. Além de ter sido preceptor dos príncipes imperiais, netos de D. Pedro II e dos filhos da Princesa Isabel. Ele atuou como diretor do colégio por 30 anos e foi responsável pela implementação do projeto pedagógico do colégio.

A partir da década de 1950, a Irmandade da Candelária inaugura outro colégio, no mesmo bairro, destinado somente aos alunos do sexo masculino. Com a necessidade de adequação às leis vigentes, a instituição, em 2009, modifica o regimento dos colégios, que deixam de oferecer educação em regime de internato, assim como elimina as divisões de sexos.

Além dos educandários, a Irmandade da Candelária inaugurou, no ano de 1975, o Lar Gonçalves de Araújo, que tinha o objetivo de fornecer moradias para mulheres jovens solteiras e ex-alunas do Educandário, que eram órfãs de família ou que por motivos estabelecidos viviam longe de suas famílias e de sua terra natal.

⁸ Na imagem é possível ver Ramiz Galvão (terceiro junto ao fardado), o Provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, Mário da Silva Nazaré (o quinto). Na fotografia também é possível ver o então Presidente da República do Brasil Epitácio Pessoa (o segundo da esquerda para a direita, com o ramo de flores).

Ao tentarmos realizar uma conexão da criação dos colégios com o objeto dessa pesquisa, percebe-se que a discussão sobre o tema arquivos tem conseguido obter um espaço significativo no debate sobre o universo educacional.

Os arquivos escolares, também denominados arquivos educacionais, possuem uma utilidade de ser fonte de história para a Educação, de acordo com Nailda Marinha da Costa Bonato (2005) e, também, para Simone Ivahista (2015). Esse entendimento também é corroborado por Maria João Mogarro (2005).

Mogarro (2005) entende que as escolas são lugares em que se estabelece poder, comunicação e também tem um caráter de produzir, aprender e transmitir cultura. E, nesse sentido, “constitui-se, assim, um universo específico, do qual nos foram deixados, ao longo do tempo, documentos e testemunhos que possibilitam o conhecimento, a apreensão da vida das instituições” (MOGARRO, 2005. p. 91). A autora, que nesse contexto discute a construção da memória educativa, fala da importância dos arquivos no entendimento da cultura escolar:

Nessa perspectiva, o exercício do arquivo integra-se no processo de conhecimento e compreensão da cultura escolar. Os fundos arquivísticos são constituídos por documentos específicos, produzidos quotidianamente no contexto das práticas administrativas e pedagógicas; são produtos da sistemática “escrituração” da escola e revelam as relações sociais que no seu interior, foram sendo desenvolvidas pelos actores educativos. (MOGARRO, 2005, p. 91).

Nesse sentido, considerando o entendimento da autora no que diz respeito à importância da cultura escolar e a função dos arquivos nesse processo, a preservação destes espaços, preconizada por Bonato (2005) e por Ivahista (2015), se tornam adequadas quando analisamos os históricos dos educandários mantidos pela Irmandade da Candelária. Seja pelo ano de fundação do primeiro colégio, em 1900; o critério de admissão das crianças, que de maneira geral eram oriundas de famílias com poucos recursos financeiros; a atuação do intelectual Ramiz Galvão como diretor da instituição; e pelo método de ensino caracterizado pelo regime de internato, religioso, com divisão dos alunos por sexo.

2.2 O arquivo F. B. Marques Pinheiro

Nas tentativas de preservar a sua memória, algumas instituições estabelecem, dentro de suas estruturas administrativas, espaços já consagrados como “lugares de memória”⁹. A pesquisa documental no arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária

⁹ Referência ao texto de Pierre Nora “Entre memória e história: a problemática dos lugares”

permitiu verificar que os ambientes escolhidos como lugares de memórias foram, por meio da institucionalização, de uma biblioteca e de um arquivo.

Francisco Batista Marques Pinheiro foi provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária durante os anos de 1886 a 1888 e autor do livro “Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária e suas repartições: coro, caridade e Hospital dos Lázaros”, publicado pela primeira vez em 1895 e utilizado como referência nessa pesquisa.

Como forma de homenagear o ex-provedor e autor do livro, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, em reunião da Mesa Administrativa de 16 de agosto de 2006, decidiu denominar o arquivo da instituição com o nome de Arquivo F. B. Marques Pinheiro.

[...] e submeteu à Mesa a sugestão que lhe fora apresentada pelo Irmão Dr. Arnaldo Machado, de que a biblioteca seja denominada Biblioteca Educador Ramiz Galvão, em homenagem ao grande sábio brasileiro, que foi o primeiro diretor do nosso Educandário, e de que o reorganizado arquivo, se denomina Arquivo F. B. Marques Pinheiro, homenageando o maior historiador da Candelária. Posta a matéria em discussão, o prof. Adolpho Polillo apoiou as duas sugestões, mas propôs que na primeira, se usasse o nome Barão de Ramiz Galvão, como era conhecido, não apenas como educador, mas como escritor, cientista, diretor da Biblioteca Nacional e ocupante de tantos outros cargos de relevo, no Império e na República, posta a matéria em votação a Mesa Administrativa, seguindo a proposta do professor Polillo, aprovou, unanimemente, as denominações “Biblioteca Ramiz Galvão” e “Arquivo F. B. Marques Pinheiro”. (IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Ata de Reunião da Mesa Administrativa. 2006, p. 156).

No Arquivo F. B. Marques Pinheiro estão os documentos produzidos e acumulados pela Irmandade e suas repartições ao longo dos séculos de existência como, por exemplo, documentos sobre admissão de irmãos e sobre eleição de diretoria. Documentos sobre os serviços das repartições da caridade e do coro e das atividades do antigo Hospital Frei Antônio, além de registros dos dois educandários mantidos pela instituição e sobre a Igreja da Candelária.

O arquivo da instituição tem aproximadamente 800 metros lineares e, entre os exemplos de espécies de documentos, estão: plantas, atas, correspondência (cartas), fotografias, ofícios, memorandos, desenhos, relatórios, balanços, entre outras que se configuram de acordo com a natureza do assunto, por exemplo, plantas de arquitetura, de situação, elétricas, hidráulicas. Atas de reunião, de eleição, correspondência expedida e

recebida. Além de uma pequena parcela do arquivo ser constituída de documentos em *DVDs* e *CDs*.

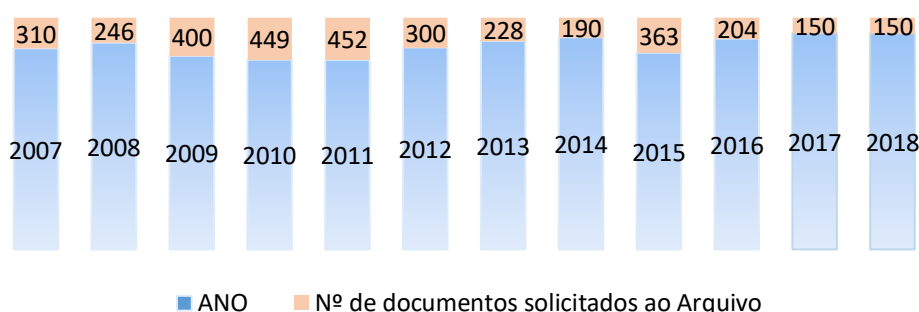
Analisando os relatórios de atividades elaborados pelos funcionários do setor, verifica-se que a organização do arquivo começou no ano de 2002, quando a Irmandade contratou a arquivista Celina Coelho de Jesus para identificar e dar o tratamento adequado aos documentos acumulados pela instituição. Essa gestão arquivística permitiu que o arquivo tivesse uma função estabelecida, que é a de receber, classificar, preservar e dar acesso à documentação, conforme descrito no manual de procedimentos do setor.

Os primeiros relatórios de atividades elaborados pelo setor nos permitem acompanhar o tratamento arquivístico, que inclui classificação, descrição realizada no arquivo, que contém documentos datados desde o século XVII e, também, as questões referentes ao armazenamento e o estado de conservação do acervo, conforme descrito no relatório:

[...] Estes códices não estavam embrulhados, o que ocasionou grande acúmulo de poeira, exigindo antes de descrição, uma limpeza com maior rigor e a colocação de novas capas (em papel cartão cartaz) e a substituição das presilhas de metal por fixotelos (em material plástico). As presilhas de metal ocasionaram manchas de ferrugem no papel [...]. (IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. ARQUIVO F.B. MARQUES PINHEIRO. Relatório de Atividades do Setor. 2002, p. 01).

Nos relatórios de atividades desenvolvidas pelo arquivo da Irmandade da Candelária também constam informações referentes ao uso dos documentos pela instituição. Nos relatórios analisados entre os anos de 2007 a 2017, é possível encontrar a quantificação de documentos que são solicitados pelos setores da instituição (Figura 15).

Figura 15 - Número de documentos solicitados ao Arquivo F. B. Marques Pinheiro

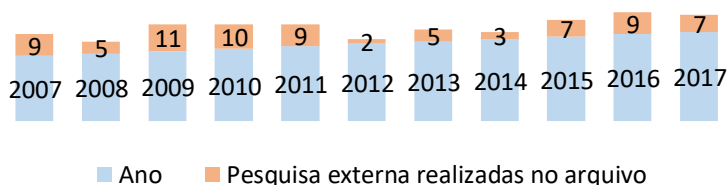


Fonte: relatórios de atividades elaborados pelo Arquivo F. B. Marques Pinheiro 2003-2017. (2019).

Analisando o gráfico, é possível identificar uma quantidade expressiva de solicitações de documentos ao arquivo da instituição. Mesmo sendo um arquivo de guarda permanente, a preservação dos documentos no Arquivo F. B. Marques Pinheiro não se resume à funções de provas e nem de memória. Se existe uma demanda de solicitação e uso dos documentos internamente, compreende-se que o arquivo permanente da Irmandade da Candelária tem uma função de auxiliar a instituição nas suas decisões administrativas.

Contudo, concluindo que o arquivo permanente tem, também, uma função administrativa na instituição, os relatórios de atividades do setor permitem concluir que a instituição mantém uma política de acesso a usuários externos, em geral pesquisadores e alunos de pós-graduação, que vão ao arquivo pesquisar sobre os temas da Igreja da Candelária, irmandades, Educandário Gonçalves de Araújo e Hospital Frei Antônio. Sendo, esse último, tema de pesquisa por parte de ex-internos e de seus descendentes, que buscam cópias de documentos para receber indenizações e pensões do governo. E também de ex-alunos do educandário, que solicitam cópias de documentos (Figura 16).

Figura 16 - Pesquisas externas realizadas no Arquivo F. B. Marques Pinheiro.



Fonte: relatórios de atividades elaborados pelo Arquivo F. B. Marques Pinheiro 2003-2017. (2019).

Além de ser o responsável pela preservação dos documentos produzidos pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, o Arquivo F. B. Marques Pinheiro também tem, como uma de suas atribuições, a custódia de documentos de coleções particulares.

O advogado e museólogo, Arnaldo Machado, atuou na direção do Arquivo Histórico e da Biblioteca do Banco do Brasil que, posteriormente, foi a base para a criação do Centro Cultural Banco do Brasil. Ele foi atuante nos conselhos regional e federal de Museologia e, também, membro do Conselho Internacional de Museus - ICOM. Foi membro da Irmandade da Candelária como irmão e, durante 40 anos, realizou pesquisas sobre a Igreja da Candelária,

que resultaram numa coleção de dez livros sobre a Igreja. Os documentos resultantes dessa pesquisa foram doados, em vida, pelo pesquisador à instituição.

Dessa forma, o desenvolvimento desse capítulo, que iniciou descrevendo as origens das irmandades religiosas e que apresentou, de maneira pormenor, o histórico e as atividades desenvolvidas pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, demonstrou que, mais do que instituições de caráter religioso, a sua atuação estabelecida no princípio da caridade abarca ações que tem relação direta com a vida e desenvolvimento de pessoas, se considerarmos, por exemplo, as atividades do Hospital Frei Antônio e dos educandários mantidos pela instituição. E são complementadas pelas atividades religiosas, se considerarmos, também, a atuação da Igreja da Candelária por meio de suas atividades religiosas.

Ao mesmo tempo, na seção dedicada a descrever o histórico de organização e as atividades desenvolvidas por ele, demonstrou já existir, por parte da própria Irmandade, indícios sobre a importância em preservar o seu acervo, se considerarmos, por exemplo, o processo de institucionalização que denominou o arquivo com o nome de F.B. Marques Pinheiro.

E, nesse sentido, o desenvolvimento de um plano de preservação, baseado em estratégias de conservação, pode ser implementado na gestão do arquivo da instituição.

3 OS ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS: PRESERVAÇÃO

“É o Cristo que opera no tempo e que escreve, Ele mesmo, a sua história, de tal modo que os nossos pedaços de papel são ecos e vestígios desta passagem do Senhor Jesus no mundo. Venerar estes papéis, os documentos, os arquivos, quer dizer, reflexivamente, ter o culto de Cristo, ter o sentido da Igreja, dar-nos a nós mesmos, e dar a quem virá a história da passagem desta fase do *transitus Domini* no mundo”. [Parte do discurso proferido pelo Papa VI, no V congresso realizado pela Associação Arquivística Eclesiástica, em Milão, Itália, em 1963] (ABREU, 2000, p. 155).

As justificativas para desenvolver um capítulo dedicado à discussão sobre os arquivos eclesiásticos surgiram em consequência da pesquisa bibliográfica sobre o tema “irmandades religiosas”. Verificou-se na bibliografia consultada, inicialmente, uma relação de proximidade com os objetivos desta pesquisa, proporcionando um aprofundamento da discussão sobre a preservação dos arquivos.

Ao pesquisarmos sobre a gênese dos arquivos, verifica-se que a necessidade em os preservar estava inicialmente vinculada à função de prova. E, nesse sentido, os documentos garantiriam direitos adquiridos, conforme explica Delmas (2010). O autor também delimita os períodos em que surgiram os primeiros arquivos:

Na alta Idade Média, foram constituídos cartórios (arquivos incipientes) eclesiásticos; no século X, cartórios senhoriais (o mais antigo conservado é o da Catalunha); depois, no século XII, os primeiros núcleos de arquivos municipais e consulares. De meados do século XII meados do século XIV, surgiram os arquivos das grandes cortes e jurisdições reais (Parlamento, Tribunal de Contas), enfim, os senhoriais, os da paróquias, universidades e colégios. (DELMAS, 2010, p. 22).

Considerando a perspectiva apresentada por Delmas (2010), conclui-se que a discussão sobre o tema “arquivos eclesiásticos”, com o objetivo de entender a importância da sua preservação, não se limita aos objetivos deste capítulo. Entendemos que essa discussão seja, também, de grande relevância para a história dos arquivos e da arquivologia.

Os arquivos eclesiásticos estão associados às atividades desenvolvidas pela Igreja Católica. José Paulo de Abreu (2000) explica que a preocupação da Igreja em preservar seus documentos é registrada desde o período do Papa Damásio (366-384), quando é criado o primeiro arquivo eclesiástico. Já o período do Papa Gregório Magno (590-604) pode ser caracterizado pelas práticas de gestão, já que, de acordo com o autor, foi estabelecida a padronização dos documentos utilizados pela Igreja, por meio de formulários oficiais. Abreu (2000) descreve o documento *Liber Diurnus* como primeiro formulário oficial padronizado utilizado pela Igreja até o período do Papa Urbano Segundo (1088-1099).

Foi, também nesse período, que Abreu (2000) identifica a expansão dos arquivos eclesiásticos. “Simultaneamente desenvolveu-se os arquivos ligados às colegiadas, cabidos [congregações religiosas], paróquias, mosteiros, irmandades, lugares pios [...]” (ABREU, 2000, p. 132).

Ainda que a preocupação com a preservação dos documentos eclesiásticos sejam identificadas desde os primeiros séculos do cristianismo, Abreu (2000) descreve que na reunião realizada pela Igreja, denominada como Concílio Trento (1546-1563), é que surgiram as primeiras iniciativas referente às normas, regulamentações e políticas, que foram sendo desenvolvidas no decorrer do tempo:

O Concílio de Trento é considerado o verdadeiro ponto de partida das normas canônicas reguladoras dos arquivos eclesiásticos. Sem ter tratado directamente dos arquivos, nem da sua regulamentação jurídica, em algumas das suas disposições disciplinares traça normas que podem ser consideradas a carta fundacional de alguns arquivos eclesiásticos, sendo ao mesmo tempo o começo de uma política eclesiástica que mais não fará senão completar-se nos séculos posteriores. (ABREU, 2000, p. 137).

Após o Concílio Trento, Abreu (2000) relata alguns desdobramentos da reunião realizada pela Igreja. Destacando o sínodo provincial realizado na Diocese de Milão, em 1565, o autor descreve que era perceptível pela Igreja Católica a dificuldade em preservar os seus documentos, principalmente nas questões referentes à segurança. Entretanto, as questões sobre a preservação dos documentos não se limitaram somente a esse problema:

Tal constituição [elaborada no Concílio do ano de 1565] conta-se entre as primeiras legislações sistemáticas sobre os arquivos eclesiásticos. Começa por lamentar que muitas coisas pertencentes às igrejas se tenham perdido por falta de devida cautela. Ordena que todos os entes eclesiásticos façam um diligente inventário dos bens e dos direitos pertencentes a cada ente; o inventário deverá ser compilado em dúplice exemplar, sendo um conservado pelo próprio ente, outro mandado ao Metropolita (se trata de bispos ou de cabidos das catedrais), ou então ao arquivo da Igreja Catedral (se se trata de outros entes). Onde este último arquivo não exista, o Bispo deverá criá-lo. A constituição prossegue depois com normas para conservação dos arquivos (falando nas duas chaves com quem devem ser fechados e guardados) e com normas para inspeções durante as visitas pastorais. (ABREU, 2000, p. 138-139).

As medidas referentes à preservação dos arquivos eclesiásticos assumem um carácter mais abrangente quando, no século XVIII, a Igreja é comandada pelo Papa Bento XVIII (1724-1729). De acordo com Abreu (2000), o chefe da Igreja Católica recebeu o título de Papa Arquivista. Em junho de 1727, o então papa publicou um documento denominado *máxima vigilantia*, no qual ficaram estabelecidos o funcionamento dos arquivos diocesanos

“mas com normas extensivas aos restantes arquivos capitulares, paróquias, de colégios, seminários, hospitais...” (ABREU, 2000, p. 140).

O século XX é também identificado por um período de continuidade do desenvolvimento das políticas para os arquivos eclesiásticos. Abreu (2000, p. 145) explica que o Código do Direito Canônico, criado em 1917, também dedica uma parte de suas legislações aos arquivos. Entretanto, o autor identifica que a legislação no código sobre os arquivos é ainda “genérica”, “abstrata” e “cheia de lacunas”.

A partir da década de 1950, são criadas algumas iniciativas em alguns países da Europa como, por exemplo, na França e na Itália. Sendo nesse último, criado em 1956, a Associação Arquivística Eclesiásticas, que dentre diversas atividades realiza congressos sobre o tema.

No quinto congresso realizado pela associação, na cidade de Milão, em 1963, Abreu (2000) relata a presença do então Papa Paulo VI. Na ocasião do congresso, o então Papa convida os presentes a pesquisarem nos arquivos eclesiásticos. “Lança então convite a que descubram nos documentos dos arquivos eclesiásticos as pegadas da passagem de Cristo e da ação da Igreja na História do Mundo.” (ABREU, 2000, p. 155).

Dentro desse contexto, o autor cita parte das palavras proferidas pelo pontífice no congresso e que já foram descritas como citação no início deste capítulo, demonstrando uma estreita relação com os objetivos da Igreja Católica, que justifica a importância em preservá-los.

O final do século XX é marcado por um período que entendemos ser de reavaliação das políticas para os arquivos da Igreja Católica, com a publicação do documento “Carta Circular: a função pastoral dos arquivos eclesiásticos”. O acesso na íntegra ao documento permite tentar investigar, de maneira mais aprofundada, a importância dos arquivos para a Igreja Católica. Constituído por várias seções e subseções, o documento explicita a importância e a função dos arquivos para a Igreja.

Adaptando-se às diversas culturas existentes no mundo, a Igreja Católica, além de cumprir a sua missão de evangelizar, também construiu e adquiriu muitos bens culturais. E, preocupada em preservar a sua missão, a Carta Circular cita a importância da conservação dos arquivos eclesiásticos como recordação da ação pastoral.

O documento publicado pela Igreja no ano de 1997 eleva os arquivos à categoria de bens culturais de “primeira importância” e sua contribuição nos objetivos “no *mens* [na mente] da Igreja, com efeito, os arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e

factores de cultura para a nova evangelização.” (CARTA CIRCULAR, 1997, p. 281). E essa memória cristã se concretiza nos documentos encontrados nos arquivos eclesiásticos, que em sua grande maioria estão relacionados às atividades litúrgicas, educativas, assistenciais, clérigos, leigos, etc.

Apesar de a Carta Circular ser do ano de 1997, a mesma faz menção ao fato de que a preocupação com a conservação dos arquivos foi objeto da Igreja em suas reuniões mais importantes, como os Concílios e Sínodos Diocesanos, assim como ficou promulgado nas leis da igreja como, por exemplo, no código de Direito Canônico que estabeleceu e instituiu regras para o uso, segurança e conservação dos arquivos religiosos, conforme já discutido neste capítulo anteriormente.

Ao falar da importância da transmissão do patrimônio documental, a Carta Circular explica que a acumulação de documentos nos arquivos da Igreja Católica ocorre por meio da atuação dos bispos em muitas cidades.

Ao mencionar os tipos de arquivos eclesiásticos mais antigos, o documento cita os arquivos episcopais e os paroquiais. O mesmo documento também classifica os arquivos dos mosteiros como sendo um dos mais antigos. Acrescentando a esses um valor especial, no sentido de que nesses espaços, além da prática da vida religiosa, educacional e transmissão de culturas, também contribuem com a preservação de documentos acumulados nos seus arquivos:

Por antiguidade e importância do material recolhido, são significativos os arquivos dos mosteiros de tradição variada. A vida cenobítica desempenhou, de facto, um papel primário na evangelização das populações circunstantes aos grupamentos religiosos; ele deu início a importantes instituições caritativas e educativas; transmitiu a cultura antiga e, mais recentemente, proveu à restauração dos documentos arquivísticos, instituindo laboratórios especializados. (CARTA CIRCULAR, 2000, p. 284).

A Carta Circular reafirma e faz referência às instituições que, mesmo não estando subordinadas administrativamente ao Vaticano, constituem a diversidade dos arquivos eclesiásticos, “[...] os dos grupos e das associações de fiéis, antigas e contemporâneas, entre as quais as confrarias [Irmandades] ocupam um lugar de relevo por antiguidade e benemerências” (CARTA CIRCULAR, 2000, p. 284).

Mesmo numerando alguns exemplos de arquivos eclesiásticos, a Carta aponta para a dificuldade e a complexidade da descrição desses arquivos.

É deveras impossível descrever inteiramente a geografia dos arquivos eclesiásticos, os quais, embora na observância das disposições canônica, são autônomos na sua regulamentação, diversos na organização, próprios para cada uma das instituições que se formaram na história bimilenária da igreja. (CARTA CIRCULAR, 2000, p. 284).

Em um determinado item, o documento aborda a relação dos arquivos com a memória. Para a Igreja Católica, os arquivos eclesiásticos são também lugares de memória que, por isso, precisam ser conservados, transmitidos e valorizados. A transmissão para a Carta Circular (2000, p. 285) tem uma dupla função. A de “transmissão como memória da evangelização” e “transmissão como instrumento pastoral”, no sentido de que as informações contidas nos arquivos eclesiásticos podem ser utilizadas como referencial para ações religiosas:

Uma instituição que esquece o próprio passado dificilmente consegue configurar a sua função entre os homens dum determinado contexto social, cultural e religioso. Nesse sentido, os arquivos, conservando os testemunhos das tradições religiosas e da práxis pastoral, têm sua intrínseca vitalidade e validade. (CARTA CIRCULAR, 2000, p. 286).

A Carta Circular faz menção ao fato de que muitos países tiveram uma presença muito forte da religião católica e que, por isso, seus templos e festividades acabam recebendo atenção desses países, principalmente em programas de preservação. E a Igreja compreende que os arquivos são representações dessa ligação, tanto da comunidade eclesial e também da sociedade civil.

Mesmo considerando que o documento elaborado pelo Vaticano concede aos arquivos um status de valor cultural e que a preservação dos mesmos é fundamental para história e para a memória da Igreja Católica, e que, com isso, podem ser utilizados, por exemplo, como estratégias para disseminação da fé cristã, bem como para adequação da Igreja às diversas culturas locais onde ela atua, o mesmo documento, elaborado pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, compreende que a forma mais adequada para alcançar esse objetivo é por meio dos princípios e práticas arquivísticas e também pela estratégia de conservação.

Ao falar sobre esse tema, a Carta Circular explica sobre a importância do caráter orgânico dos arquivos eclesiásticos. Existem tipos de arquivos eclesiásticos. A Carta cita como exemplo os arquivos diocesanos, paroquiais e de outras entidades que não estão vinculadas legalmente às dioceses, como os das irmandades. É nesse sentido que cada

instituição deve manter íntegros os seus arquivos e, sendo responsáveis pelos mesmos, atentos às demandas de cada tipo de instituição e, conseqüentemente, de acervo, tendo como metodologia de tratamento a teoria arquivística.

O documento fala da importância dos arquivos correntes e sua adequada organização, pois são neles que estão os arquivos históricos. “Do funcionamento dos arquivos correntes podem depender, no presente, a informação e coordenação das múltiplas iniciativas e, no futuro, a imagem de diocese, de paróquia [...]” (CARTA CIRCULAR, 2000, p. 289).

Na seção dedicada à conservação dos documentos, a Carta Circular enfatiza que a conservação deve ser a primeira preocupação com os arquivos da Igreja, porque, ao contrário das bibliotecas, os arquivos são constituídos de documentos únicos e que se referem a eventos e atos. A ausência da conservação pode levar à deterioração ou perda física, o que impossibilita a pesquisa sobre ações do passado, impede a aquisição de experiências e compromete a transmissão de valores culturais e religiosos.

Nesse sentido, as práticas e procedimentos de conservação devem ser voltadas para o uso adequado, para a segurança e para a restauração. Mas, além disso, a Carta alerta para o fato de que os arquivos têm a missão de transmitir valores. A preocupação para que essas informações sejam utilizadas e disseminadas no futuro passa por ações de conservação nos documentos já produzidos e também na produção futura, atenta aos fatores internos e externos causadores da deterioração dos documentos. Com isso, a Carta chama atenção para o planejamento na produção de novos documentos:

A própria escolha do material em papel ou de outro tipo deve ser atentamente avaliada, a fim de garantir a duração em determinadas condições climáticas e ambientais. Tais operações são pressupostos indispensáveis para uma correta gestão de arquivos. (CARTA CIRCULAR, 2000, p. 293).

Mesmo concluindo que a discussão sobre os arquivos eclesiásticos tenha a relação estreita com a disseminação da fé cristã e as atividades da Igreja Católica, o debate sobre o tema se torna fundamental se considerarmos a perspectiva de Cristian José dos Santos (2005), que na sua dissertação de mestrado analisou a situação dos primeiros arquivos das primeiras prelazias e dioceses no Brasil.

A relação da Igreja Católica com o Brasil é estreita, na medida em que junto com a colonização portuguesa veio a religião cristã, que tinha laços com Portugal. Essa relação próxima também era visível nos arquivos da época:

Antes da promulgação do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890 [...], a produção documental no Brasil esteve intimamente atrelada às injunções do regime do padroado. Por ele, os monarcas dispunham do direito de administrar assuntos religiosos, subordinando as necessidades da Igreja aos interesses da Coroa. Em troca, o catolicismo ocupava o posto de religião oficial da nação e os clérigos, como pertencentes à máquina do poder político, recebiam a cônica, uma remuneração pelo cargo que ocupavam. Assim, diversos aspectos do governo civil mesclavam-se com os eclesiásticos no que se referia, por exemplo, ao pagamento dos dízimos e de outros subsídios às paróquias. Isto fez com que os fundos documentais depositados nas dioceses criadas antes da extinção do padroado se tornassem complemento importante às fontes de informação arquivísticas de origem civil à medida que estas não eram apenas expressões da missão evangelizadora no Brasil, mas também das profundas relações de favores entre os poderes civil e religioso. (SANTOS, 2005, p. 17).

Para desenvolver a sua pesquisa, o autor utilizou como subsídios informações do ano 2000, levantadas pela Fundação Histórica Tavera que, de acordo com ele, com o apoio do Banco Mundial, realizou um trabalho de identificação dos arquivos na América Latina, que incluiu os arquivos eclesiásticos.

Dentre muitos problemas que o autor cita, no que compreende o estado de conservação dos arquivos, estão alguns apontados como históricos: “Dentre todos os tipos de arquivos pesquisados, os fundos documentais religiosos foram os piores em quatro questões. Controle de pragas; adoção de medidas contra umidade e temperatura; prevenção contra incêndio e quanto às condições de segurança” (SANTOS, 2005, p. 117).

Ainda com base nas informações da Fundação Tavera, Santos demonstra o pouco uso dos arquivos eclesiásticos, dentro das possibilidades que eles podem oferecer “[...] foi detectado que os arquivos religiosos brasileiros têm baixíssimo nível de aproveitamento científico, já que, nos últimos cinco anos, só 20% se prestaram a alguma publicação” (SANTOS, 2005, p. 119).

Na conclusão da pesquisa, o autor apresenta algumas considerações que demonstram que os arquivos eclesiásticos existentes nas regiões sul e sudeste do Brasil tendem a estar em melhor estado de conservação quando comparados com os do norte e do nordeste. Ele também concluiu que nem as instituições religiosas de prestígio no Brasil estão preocupadas com a preservação dos arquivos eclesiásticos.

[...] a respeito da realidade em que se encontram os arquivos eclesiásticos, é praticamente inexistente por parte da CNBB [Confederação Nacional dos Bispos do Brasil], por exemplo, qualquer tomada efetiva no sentido de defender este patrimônio cultural criando mecanismos que possam, efetivamente, otimizar o processo de tratamento, conservação e disseminação dos registros arquivísticos [...]. (SANTOS, 2005, p. 180).

Apesar do resultado da pesquisa realizada por Santos (2005) apontar para questões que remetem à falta de preocupação por parte das autoridades religiosas nacionais na conservação dos arquivos eclesiásticos, seu estudo também aponta para a questão científica sobre os arquivos. E que podem ser comprovadas quando verificamos utilidade científica na perspectiva arquivística, no que diz respeito aos estudos dos arquivos eclesiásticos, conforme verificou Tognoli e Ferreira (2017).

Ao realizar um levantamento bibliográfico de periódicos voltados para a publicação de pesquisa na área da arquivologia, as mesmas concluíram que “[...] foi possível perceber, que esse tipo de arquivo e seus documentos recebem pouca atenção da comunidade científica arquivística do país” (TOGNOLI; FERREIRA, 2017, p. 24).

A constatação, descrita por Santos (2005), sobre a realidade dos arquivos eclesiásticos brasileiros que carecem de medidas estratégicas de preservação e também de uma efetiva aplicação de uma política de preservação para esses arquivos, a serem estabelecidas pelas principais autoridades mais interessadas no assunto, associado aos estudos desenvolvidos por Tognoli e Ferreira (2017) sobre o pouco interesse no tema dentro da arquivologia brasileira, nos leva a concluir a urgência em aprofundar esse debate, quando se é verificado o status que os arquivos ligados a entidades religiosas recebem da legislação vigente no Brasil.

A Lei 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu capítulo III, que define os arquivos privados, identifica os arquivos religiosos como de interesse público e social. “Art. 16. Os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do código civil ficam identificados como de interesse público e social.” (BRASIL, Lei 8.159, de 08, de janeiro, de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, Brasília, Distrito Federal).

Para a Lei, o reconhecimento de documentos como de interesse público e social está associado ao fato de serem fontes para história e para o desenvolvimento científico nacional.

Mediante toda bibliografia pesquisada, conclui-se que a discussão apresentada se configura como um elemento fundamental para os objetivos específicos dessa pesquisa. A preservação do arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento não atende somente aos interesses do autor da pesquisa e sua percepção sobre a necessidade em elaborar melhorias com bases em estratégias de preservação. O tema proposto interessa, também, à própria Arquivologia, no sentido da gênese dos arquivos. Da mesma forma, acredita-se que este trabalho esteja alinhado as políticas desenvolvidas pela Igreja Católica ao longo da sua existência.

4 PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS: BREVE HISTÓRICO

A necessidade do homem de preservar os bens culturais e os registros documentais produzidos ao longo do tempo, acumuladas em arquivos e coletadas para museus e bibliotecas, tem levado ao desenvolvimento de conceitos, bem como de técnicas que objetivam o cuidado e proteção, possibilitando o acesso aos registros que, dependendo do contexto ou da sua natureza, podem ser identificados ou classificados como produções científicas, culturais, informacionais e também podem ter o valor de memória social.

Arquivos, bibliotecas e museus têm como característica em comum o fato de que a natureza de parte de seus materiais é constituída sobre o suporte papel. Essa característica fica mais notória nos arquivos, identificados como o lugar onde se acumulam documentos. E nas bibliotecas, lugares onde são coletados e classificados os livros.

Independente da natureza do suporte e outras características que podem definir o seu lugar de guarda, o desafio e as dificuldades em preservar os documentos pertencentes a esses lugares são registradas desde o século XVII de acordo com Cloonam (2016).

Já o século XVIII é identificado como um período em que o pensamento científico e cultural contribuiu para estabelecer as práticas de conservação e restauração. A autora explica que esse período foi caracterizado pela publicação de dicionários e enciclopédias universais, citando como exemplos, a Enciclopédia Britânica e a *Encyclopédie*. Destacando a importância dessa última, a autora explica que essa “[...] ilustrava copiosamente os procedimentos do exercício de muitas profissões, inclusive os comércios de livreiros por meio de análise de fabricação de papel, da impressão, da marmorização do papel e da encadernação” (CLOONAM, 2016, p. 116).

O século XVIII é também identificado como um período em que começou a existir, em parte da sociedade, uma mentalidade sobre a importância da proteção do patrimônio cultural.

No final do século 18, foram estabelecidos museus, bibliotecas nacionais, Arquivos Nacionais na Europa. A criação dessas instituições garantiu a preservação do patrimônio cultural que jamais havia existido antes. (CLOONAM, 2016, p. 116).

Cloonam (2016) também explica que, anteriormente, a partir do século XV, com a invenção da imprensa, na Europa houve um aumento na fabricação de livros, cadernos, jornais e também revistas. Contudo, essa demanda, a partir do século XVII, resultou na produção de um papel de qualidade não adequada para a conservação. De acordo com a

autora, dois processos teriam contribuído para a produção do papel de menor qualidade. O primeiro foi a criação da máquina bateadeira *Hollander* para a produção de papel e o segundo, o uso do componente químico alúmen: “Essas inovações, que ajudaram os fabricantes de papel com mais eficiência e rapidez, contribuíram, a longo prazo, para a deterioração do papel” (CLOONAM, 2016, 117).

Somado ao diagnóstico sobre a qualidade do papel no século XVII, a autora, ao analisar as dificuldades na conservação de documentos no século XIX, acrescenta um obstáculo na época, relativo às limitações dos profissionais envolvidos com a preservação de documentos. “Os restauradores do século XIX não conheciam todas as causas de deterioração, além de não estudarem química, ao contrário dos conservadores dos dias atuais” (CLOONAM, 2016, p. 121-122). Contudo, mesmo com o conhecimento limitado dos profissionais na época, a autora também explica que algumas técnicas utilizadas atualmente no processo de conservação já eram desenvolvidas no passado, como, por exemplo, “a limpeza a seco”, “a planificação” e o “reparo”. Nesse mesmo período, a partir de 1837, é que as práticas de restauração em documentos arquivísticos foram sendo realizadas e registradas (CLOONAM, 2016, p. 121-122).

O final do século XIX e início do século XX é identificado pela autora como o período de transição, no qual as técnicas começaram a ser menos utilizadas, dando preferência pelas práticas de conservação. Mesmo considerando que essa transição tenha direcionado os esforços dos conservadores para as práticas de conservação, que a autora explica mais adiante estarem associadas aos procedimentos mais superficiais, ou seja, de mínima intervenção, as técnicas de restauração desenvolvidas demonstraram características, já discutidas anteriormente na introdução dessa pesquisa, que tratam do caráter inter e multidisciplinar da ciência da conservação.

Citando o procedimento da laminação, como exemplo da transição da técnica de restauração para as práticas de conservação, Cloonam (2016) inclui na sua explicação a descrição desse processo e também o papel do trabalho multidisciplinar do restaurador, que possibilitou o aprimoramento da técnica:

A laminação é um bom exemplo da transição entre as técnicas de restauração e as práticas de conservação. William Barrow, que mais tarde se tornou conhecido principalmente por sua pesquisa sobre as causas da acidez do papel, começou sua carreira restaurando documentos. Como restaurador, ele havia usado *silking* e também acetato de celulose, este último tendo sido desenvolvido na França. Na década de 1930, procurou uma técnica mais rápida e menos dispendiosa para usar acetato de celulose. O método que se praticava até então exigia uma prensa

hidráulica aquecida a vapor. Barrow trabalhou com engenheiros para criar uma máquina rolante que pudesse ser usada em oficinas de restauração. Ele acrescentava folhas de papel japonês ao sanduiche da laminação. O tecido fortalecia o documento e reduzia a intensidade da superfície plástica brilhante do acetato de celulose. Embora esse novo método tenha sido tecnicamente um sucesso, a laminação não resolveu o problema da acidez. Se o papel ácido era laminado sem um procedimento anterior, ele continuava a deteriorar. Quando Barrow percebeu isso, ele procurou desenvolver métodos de desacidificação e, em seguida, passou a defender que esse tratamento fosse aplicado aos documentos antes da laminação. O processo de Barrow foi usado amplamente ao menos até início da década de 1980. (CLOONAM, 2016, p. 123).

A experiência de William Barrow, descrita pela autora, demonstrou também a importância sobre o conhecimento da natureza do papel. Contudo, mesmo concluindo que a aplicação da técnica de laminação deva ser preconizada pelo processo de desacidificação, Cloonam (2016), mais adiante, explica que o problema encontrado nessa técnica é que ela não é reversível. E que, mediante essa constatação, a partir de 1970, “os conservadores começaram a dar preferência à encapsulação” (CLOONAM, 2006, p. 123). Nesse sentido, entende-se que a fase de transição, em que a técnica passou a ser substituída pelas práticas de menor intervenção, possibilitou a aplicação de procedimentos voltados para o acondicionamento de documentos.

Contudo, a autora identifica que o século XIX não foi caracterizado somente por um período de transição das técnicas de restauração para as práticas de conservação. Esse período é descrito como o início de uma mudança de mentalidade dos profissionais envolvidos com a preservação: “Desde o século 19, vem sendo feita a opção por procedimentos menos invasivos a objetos do patrimônio cultural, pela adoção de parâmetros, pela formação dos conservadores e do público, por uma minuciosa documentação dos procedimentos e por pesquisa.” (CLOONAM, 2016, p. 124).

Nesse mesmo contexto, a autora cita a atuação e contribuição de algumas associações, como o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e a Sociedade de Arquivistas Norte Americanos (SAA) para a preservação de documentos arquivísticos no século XX.

Considerando a perspectiva apresentada, que demonstrou o aperfeiçoamento dos procedimentos e, também, dos profissionais envolvidos com a preservação, no século XIX, no século seguinte, os primeiros indícios dão conta de ser o século caracterizado pela consolidação desse processo, no qual uma nova mentalidade, no âmbito da preservação, passou a ser difundida por meio da expressão “conservação preventiva”. Gael de Guichen, identificado como o precursor da expressão explica que:

A conservação preventiva nasceu com o objetivo de recordar que um museu sem coleções não é um museu, partindo da sua natureza essencial, ou seja, evitar a deterioração e manter a vida das coleções num estado otimizado. (GUICHEN, 2001, p. 20).

O conservador explica ainda que as décadas de 1950 e 1960 foram identificadas como um período em que surgiram muitos museus e que as reservas técnicas dos mesmos, que também guardam objetos e documentos em suporte papel, não eram preparadas para as questões referentes ao acondicionamento e controle de temperatura, não garantindo um mínimo de proteção aos acervos.

Em outro contexto, Guichen (1995), discute o caráter teórico da conservação preventiva, compreendendo que ela exige uma mudança de mentalidade dos agentes envolvidos com a conservação. Para o autor “o foco deve ser transferido do objeto para as coleções, dos dias para os anos, das despesas de curto prazo para investimento de longo prazo. Conservação preventiva significa fazer um seguro de vida para as coleções de museus” (GUICHEN, 1995, p. 04).

Nesse sentido, entendemos que a mudança de mentalidade proposta pelo conservador também pode ser incorporada nas questões referentes ao tratamento dos arquivos, que são constituídos por conjuntos documentais.

Da mesma forma que os princípios de mínima intervenção preconizados pela conservação preventiva também podem ser apropriados para os arquivos, que em determinadas circunstâncias são constituídos por grandes volumes de documentos, seu tratamento utilizando algumas técnicas de restauração podem encontrar, por exemplo, dificuldades de aplicação.

Essas dificuldades podem passar pelas limitações orçamentárias e pelo fato de que nem todas as instituições disponibilizam de laboratório apropriado para restaurar documentos e nem de profissionais habilitados para exercer tais atividades.

Todavia, mesmo concluindo que a conservação preventiva seja adequada para a conservação de grandes conjuntos documentais, a busca por soluções que contribuam para a preservação tem encontrado, nas últimas décadas, na metodologia do gerenciamento de risco, embasamentos científicos que assegurem aos agentes envolvidos com a preservação quais decisões deverão ser tomadas.

A pesquisa bibliográfica identificou que essa nova abordagem na preservação de acervos tem sido consideravelmente debatida e preconizada no Brasil. Trabalhos

desenvolvidos por Jayme Spinelli e José Luiz Perdersoli Júnior (2010); Alcivan Candido da Silva e Genoveva Batista do Nascimento (2015); e Adriana Cox Hollós e José Luís Perdesoli Junior (2009) são alguns dos exemplos pesquisados que descrevem a aplicação à eficiência dessa metodologia nas instituições. Esses autores citam como metodologia para a aplicação a norma australiana e neozelandesa AS/NZS 4360:2004. Hollós e Perdersoli Júnior (2009, p. 76) explicam qual a finalidade de gerenciamento de riscos:

A sua aplicação possibilita estabelecer prioridades e instruir tomadas de decisão baseando-se em estimativas científicas e estaticamente fundamentadas da probabilidade de ocorrência da natureza e da magnitude de impactos futuros sobre os objetos da organização. (HOLLÓS; PERDERSOLI JUNIOR, 2009).

Contudo, os mesmos autores explicam que “o gerenciamento de riscos pressupõe a implementação de um processo de gestão contínuo na organização e o apoio e o envolvimento de todos os seus segmentos” (HOLLÓS; PERDESÓLI, 2009, p. 76).

Portanto, o êxito do gerenciamento de riscos estaria na sua aplicabilidade. Além de um trabalho que exige a participação de todos os integrantes da instituição onde essa metodologia esteja sendo aplicada.

Dessa forma, podemos concluir que a metodologia do gerenciamento de risco apresenta evoluções adicionais, mediante a mudança de mentalidade proposta na conservação preventiva, já que ela compreende uma participação abrangente, que entendemos ser a inclusão de todos os perfis profissionais de uma instituição.

Em adição ao desenvolvimento da mudança de mentalidade e do uso de novas metodologias para a preservação de documentos e bens culturais, é fundamental mencionar a participação de órgãos e instituições internacionais, como *The American Institute for conservation*; *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property – ICCROM*; *International Institute for Conservation of Historic and Artistic Work*; *European Confederation of Conservator-Restors’ – E.C.C.O*; Conselho Internacional de Arquivos – ICA; Instituto Canadense de Conservação (CCI). Todos esses órgãos têm trabalhado no desenvolvimento e disseminação de conhecimento, permitindo o aperfeiçoamento dos profissionais que trabalham com preservação de bens culturais durante os séculos XX e XXI.

No Brasil, no tocante à preservação de documentos em suporte papel, as primeiras questões identificadas como problemas de conservação de documentos surgiram em decorrência da infestação por insetos, de acordo com Aloiso Arnaldo Nunes de Castro (2012). Em sua pesquisa, o autor encontrou documentos do ano de 1817, que já relatavam a

problemática de infestação em livros no Brasil. O século XX é identificado por ele como o período em que surgiram as primeiras publicações sobre a conservação de documentos em papel.

No cenário brasileiro, podemos constatar, na primeira década do século XX, o surgimento de publicações que refletem a problemática de conservação de acervos em papel. A cidade do Rio de Janeiro, então capital da república, abrigava a maioria das instituições públicas detentoras de acervos bibliográficos e documentais. O clima quente e úmido, problema de conservação típico de uma cidade situada à beira-mar, colaborou para o surgimento da ação de insetos, posto que esses agentes biológicos se desenvolvem de maneira acentuada em tais condições climáticas. A respeito do comportamento biológico dos insetos, Liotta explica que eles não regulam sua temperatura. Dessa forma, as temperaturas acima de 25° C desenvolvem-se rapidamente; entre 15 e 20° C apresentam desenvolvimento lento; abaixo de 10° C não se desenvolvem nem procriam. (CASTRO, 2012, p.106).

Castro (2012) explica que a problemática referente à infestação de insetos nos acervos está relacionada a características ambientais da cidade do Rio de Janeiro. A opção pela infestação em livros ou em encadernações por parte dos insetos pode ser complementada quando buscamos compreender a finalidade desses materiais no processo de proliferação das brocas:

Os coleópteros ou brocas são predadores comuns em livros. Têm preferência por encadernações, porque as fêmeas adultas depositam os ovos em fendas ou rachaduras das lombadas e capas. Ali as larvas obtêm material proteico como a cola, o couro e o próprio papel para se desenvolverem. (IBRAM, 2014, p. 47).

E também os cupins:

É justamente a celulose o principal componente da maior parte dos suportes físicos de documentos, representados por papéis e papelões variados, além de livros que há nas bibliotecas auxiliares de arquivo. Os danos causados por cupins a livros e documentos podem ser severos. (PAIVA, 2003, p. 68).

Dessa forma, compreendido que o clima da cidade do Rio de Janeiro proporciona a proliferação dos insetos e que os mesmos têm preferência em se acomodar nos materiais de arquivo e de biblioteca, já que esses são fonte de alimentos, o desafio em minimizar as consequências da infestação dos insetos passa por uma metodologia de trabalho que inclui a documentação do problema no acervo; o monitoramento dos acervos; e, ao mesmo tempo, requer uma consciência por parte dos gestores de arquivos e bibliotecas de que o trabalho de eliminação nos acervos deve ser realizado em conjunto com profissionais capacitados para apresentar propostas de soluções que podem, por exemplo, passar por métodos de desinfestação.

Essa conclusão se fundamentou na análise da pesquisa documental realizada na Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, na qual foram encontrados relatórios que demonstram que o arquivo da instituição tem sido constantemente afetado pela problemática da infestação de insetos:

O arquivo recebeu a visita do engenheiro encarregado de examinar o grau de infestação do acervo. Deve ser ressaltada a importância, neste momento, de se fazer esse tratamento, pois com a eliminação da madeira, a tendência é a atuação mais voraz dos insetos sobre o papel. A fim de agilizar o processo de tratamento, que certamente será feito fora da igreja, está em andamento a primeira etapa do mesmo, que é impedir a perda da identificação das unidades de arquivamento por ocasião da transferência para o local da desinfestação. Com auxílio de um funcionário da igreja, [...] e sob a supervisão do arquivo, estão sendo repassadas para o interior dos pacotes/ livros as notações de cada volume, e amarrados com cadarço, aqueles que apresentem estragos nas capas ou lombadas. (IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. F.B. MARQUES PINHEIRO. Relatório de Atividades do Setor. 2003, p. 02).

Diagnosticada desde 2002 a necessidade de ser debelada infestação de insetos no acervo, foi iniciado tratamento em dezembro de 2006 e concluído em março de 2007 pela empresa Papel e Natureza Assessoria em Conservação Ltda, com o compromisso de inspecionar, durante 18 meses, o referido acervo, a fim de prevenir uma possível reinfestação. A primeira inspeção ocorreu em agosto do corrente ano, constatando-se em alguns volumes tratados a presença de insetos. No dia 24 de outubro foi essa parcela submetida à nova atmosfera de reduzido teor de oxigênio (anóxia). (IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. ARQUIVO F.B. MARQUES PINHEIRO. Relatório de Atividades do Setor. 2007, p. 05).

Foram encaminhados à Conservação/Preservação[...], sete volumes pertencentes à Repartição do Coro, que estavam, erroneamente, no arquivo da Paróquia e que não tinham sido tratados em 2006-2007. Hoje esses sete volumes estão sendo submetidos à atmosfera anóxia (duração 20 dias), por meio de absorvedores de oxigênio para, em seguida, serem minuciosamente limpos, folha a folha, para remoção dos resíduos dos insetos. (IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. ARQUIVO F.B. MARQUES PINHEIRO. Relatório de Atividades do Setor. 2013, p. 01).

Ao redirecionarmos a pesquisa para o histórico da preservação de documentos em papel no Brasil, Castro (2012) aponta que foi na década de 1920 o surgimento das primeiras políticas federais referentes à preservação. Já em 1937, é criado o SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ao analisar o Decreto que cria o órgão, Castro (2012, p. 120) observou que, ao encontrar na definição de patrimônio os termos “bibliográficos ou artísticos”, houve a inclusão de uma parte do patrimônio em suporte papel na Lei que cria o IPHAN. Mas o autor pondera que essa inclusão de bens culturais que podem representar “noção de excepcionalidade, autenticidade e a representatividade dos bens culturais [...]” não contemplou outros acervos em suporte em papel:

Dessa forma, compreende-se que a ideologia estadonovista acabou por relegar ao esquecimento os demais acervos em papel não inseridos nos princípios conceituais estabelecidos no Decreto-lei nº 25. A não adoção das ideias e propostas estabelecidas no projeto marioandradino – que evidenciam uma concepção de patrimônio mais abrangente e distinta da noção da monumentabilidade – contribuiu, sobremaneira, para o fato da exclusão de outras categorias tipológicas de acervos em papel. Todavia, conforme observou Sérgio Conde Albite Silva, a respeito da criação do SPHAN, em 1937: “foi nessa estrutura, que os acervos arquivísticos, biblioteconômicos, museológicos, artísticos, arquitetônicos e seus congêneres encontraram, em maior ou menor grau, proteção legal”. (CASTRO, 2012, p. 121).

A perspectiva descrita por Castro considera que, do ponto de vista de uma política de legislação, a preservação de documentos em papel no Brasil teve início na década de 1920, não contemplando outras categorias de acervos documentais. Entretanto, a pesquisa de Adriana Cox Hóllos (2010) demonstra que as políticas de preservação de documentos no Brasil teriam sido iniciadas no século anterior, especificamente, em 1838, quando foi criado o Arquivo Público do Império, atual Arquivo Nacional do Brasil.

A autora, no seu artigo em que relata sobre os fundamentos da preservação documental no Brasil, demonstrou por meio de pesquisas em relatórios do próprio Arquivo Nacional que, na criação do órgão, já estavam preconizadas preocupações acerca da preservação de documentos públicos no Brasil

[...]o regulamento nos dava existência de fato ao Arquivo Público do Império. Nesse documento, o regente interino Pedro de Araújo Lima, em nome do imperador dom Pedro II, decreta que “será o Arquivo arranjado em uma parte das Casas da dita Secretaria que mais proporção e comodidade tiver para esse fim e nela se colocarão os armários e gavetas que forem necessários para a boa guarda e acondicionamento dos papéis que nele se deverem guardar”. (HOLLÓS, 2010, p. 15).

Castro (2012), em outro contexto, observa que a partir de 1970 o tema preservação passou a ser discutido dentro da arquivologia, através dos congressos brasileiros realizados naquela década. Além disso, o autor cita a atuação da Fundação Casa de Rui de Barbosa na preservação de documentos em suporte papel, criando o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos (LACRE). E, por fim, explica que a partir de 1990 há a atuação da conservação preventiva na preservação de acervos documentais:

Com a apropriação dos conceitos estabelecidos pela conservação preventiva, nota-se o paulatino desligamento da aplicação de técnicas curativas do bem cultural e, por conseguinte, verificamos as iniciativas com tônica no desenvolvimento de programas de preservação dos estoques informacionais, planejados sob a ótica interdisciplinar, os quais compreendem aspectos políticos, culturais, técnicos e administrativos. (CASTRO, 2012, p. 43).

Dessa forma, a perspectiva de Castro (2012) também demonstra que a implementação da conservação preventiva no Brasil possibilitou a inserção de outros aspectos que são considerados como fundamentais na aplicação de programas de preservação, como por exemplo, os aspectos políticos.

4.1 Preservação de documentos e arquivos: políticas e estratégias

Acredita-se que a evolução das técnicas e a mudança de mentalidade, no que tange à preservação de documentos, venham acompanhadas pela compreensão da importância dos registros informacionais contidos em arquivos, bibliotecas e museus para humanidade.

Essa compreensão tem despertado, em organismos internacionais voltados para a preservação de patrimônios culturais, estratégias direcionadas que agregam aos arquivos e bibliotecas valores universais, no sentido de que ambos são considerados também como patrimônios da humanidade. Nesse sentido, o programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), tem alcançado expressiva adesão e reconhecimento por acreditar na importância da preservação dos acervos documentais.

De acordo com Campos (2019), o programa criado em 1992 tem como objetivo certificar acervos documentais importantes para a memória dos povos. A certificação de arquivos e bibliotecas, que podem ser de natureza pública e privada, é realizada por meio de comitês nacionais, compostos por diversos representantes da sociedade. Além disso, de acordo com o autor, o programa tem uma parte das suas ações voltadas para o acesso, já que as instituições, ao terem os seus acervos arquivísticos e bibliotecas certificados, devem permitir a consulta de maneira irrestrita aos documentos.

O objetivo do estudo de Campos (2019, p. 04) foi identificar as relações do programa com a cultura. E, analisando o edital de seleção do programa, verificou-se que o Memória do Mundo utiliza, como base para elaboração de seus editais, uma diretriz publicada pela Unesco, intitulada “Diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental”, do ano de 2002. A diretriz define que preservação é “a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente – para sempre – dos patrimônios documentais [...]” (CAMPOS, 2019).

Ao analisar a definição de preservação adotada pela Unesco, conclui-se que, para o órgão, a preservação visa ao acesso “permanente” e “para sempre”. O que entendemos é que a

preservação está mais associada a uma noção que assegure a sobrevivência dos bens culturais. Cloonam (2016) reforça esse entendimento ao escrever que:

[...] “preservação”, “conservação” e “restauração” são termos que se aplicam ao cuidado de todo tipo de patrimônio – móvel, imóvel, tangível, visual, oral, natural, artificial e socialmente construído. São noções que se referem às tentativas de assegurar a longevidade de monumentos, habitats, artefatos, ideias, crenças e comunicação oral, pictórica e escrita. (CLOONAM, 2016, p. 108).

Nesse sentido, entende-se que o conceito de preservação definido pelo órgão se torna inapropriado para o programa, na medida em que arquivos e bibliotecas são constituídos de materiais majoritariamente de papel, que é um material orgânico e que as medidas de conservação aplicadas visam contribuir para desacelerar o processo de deterioração.

Todavia, se para a Unesco a preservação tem como objetivo o acesso permanente, o entendimento de alguns teóricos sobre o conceito de preservação abrange diversas possibilidades. Por exemplo, Paul Conway (2001), que discute sobre os elementos estruturais para o conceito de preservação, relata que, nas décadas de 1980 e 1990, os profissionais envolvidos nesse universo chegaram a um consenso sobre o conceito. Para o autor, a preservação tem objetivos políticos e formas de ações. Ele também acrescenta que muitos profissionais, erroneamente, usam os termos conservação e preservação como sendo iguais, esquecendo suas distinções:

[...] Hoje, preservação é uma palavra que envolve inúmeras políticas e opções de ação, incluindo tratamento de conservação. Preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletivo grupo de materiais. (CONWAY, 2001, p. 15).

O autor compreende que, estruturalmente, a preservação é “gerenciamento” que deve incluir pessoas, recursos e materiais. Além disso, o gerenciamento de preservação inclui “planejamento” e “implementação de atividade de preservação”, “mantendo, por exemplo, um ambiente estável, seguro e livre de perigos, assegurando ação imediata em casos de desastre e elaborando um programa básico de manutenção das coleções [...]” (CONWAY, 2001, p. 14).

Do ponto de vista de Robert Howes (2014), a preservação também é um conceito abrangente que compreende um caráter administrativo, financeiro e ações de conservação. Na definição, o autor inclui a importância do conhecimento científico e exemplifica a ação da conservação:

A “preservação” propõe cuidar de todos os assuntos relacionados ao combate à deterioração dos documentos. Compreende uma política global, desde os aspectos

administrativos e financeiros, até as investigações científicas sobre a constituição dos materiais e as mais simples medidas de higienização. (HOWES, 2014, p. 14).

Os conceitos definidos por Conway (2001) e por Howes (2014) deixam explícito que as atividades de preservação ultrapassam as questões do acesso, envolvendo também questões políticas, administrativas e financeiras.

Ao analisarmos o conceito de preservação definido por Cloonam (2016), verifica-se que a definição do termo para a autora também inclui os aspectos relacionados ao gerenciamento. Entretanto, o conceito descrito pela autora também acrescenta que, essencialmente, a preservação de documentos tem uma conexão com o ambiente. É nesse sentido que fica esclarecido que, dentro das medidas compreendidas como preservação, esteja a adequação a determinadas circunstâncias sociais:

[...] a preservação é a relação entre os documentos e seu ambiente. Essencialmente, a preservação é o gerenciamento do patrimônio por meio dos hábitos locais, dos parâmetros e das práticas profissionais, da formação técnica, bem como da aplicação da lei e das cartas e convenções internacionais. (CLOONAM, 2016, p. 131).

Na medida em que se compreende que o termo preservação engloba questões políticas, administrativas e, também, ações de tratamentos, a pesquisa bibliográfica foi direcionada para um sentido de busca por uma compreensão mais clara sobre o significado de políticas e ações de preservação.

Nesse sentido, a pesquisa encontrou no artigo elaborado por Marcos José de Araújo Pinheiro *et al* (2014), sobre a implementação do programa de preservação na Casa de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, esclarecimentos apropriados sobre os significados.

Os autores explicam que, ao implementar a política de preservação na instituição, a mesma deveria contemplar os diversos acervos da instituição, que são os arquivísticos, bibliográficos, museológicos e o edifício histórico. Os autores também explicam que a elaboração da política de preservação da instituição contou com representantes dos diversos setores existentes na instituição. Ao pesquisarem sobre as políticas de preservação de outras instituições, o grupo conclui que “algumas políticas eram extremamente sucintas e pouco esclarecedoras; outras eram extensas, muito detalhadas, se aproximavam mais de manuais de procedimentos de preservação patrimonial [...]” (PINHEIRO *et al*, 2014, p. 28).

Na pesquisa sobre a definição de uma política de preservação, os autores recorreram à literatura internacional, na qual encontraram definições mais claras sobre os temas. Aos pesquisarem nas publicações da *Bristish Library* (Biblioteca Britânica), eles explicam que:

Uma referência fundamental para o desenvolvimento do trabalho foi o documento *Building Blocks for a preservation policy*, de Mirjan Foot (2001). Nesta publicação da *British Library*, a autora conceitua de modo claro a diferença central entre políticas e estratégias: de acordo com Foot (2001), uma política de preservação é um plano de ação que deve considerar: o que deve ser preservado; por que deve ser preservado; para que deve ser preservado; e por quanto tempo. Já uma estratégia de preservação deve considerar: como fazer; em que ordem; prioridade; ou melhor, quando [...]. (PINHEIRO et al, 2014, p. 28).

Nesse sentido, a perspectiva da Fiocruz ao criar a sua política de preservação encontrou na referência citada compreensões e esclarecimentos que partem dos questionamentos. A conceituação apresentada pelos autores também nos esclarece a respeito do objetivo específico desta pesquisa, que se compreende estar mais próxima de uma estratégia de preservação.

Contudo, se a pesquisa bibliográfica contribuiu para um possível esclarecimento sobre o significado do conceito preservação, a leitura de autores que discutem a função da preservação nos documentos arquivísticos nos direciona para a discussão sobre as especificidades em preservar esses documentos.

A perspectiva de Cloonam (2016), por exemplo, considera que a preservação de documentos e arquivos deva ser realizada, considerando alguns aspectos que passam pela compreensão da natureza dos documentos arquivísticos, assim como deve ter como orientação os preceitos e suas funções específicas:

A preservação de documentos e de arquivos é similar – embora não se confunda com – à preservação de outras formas de patrimônio cultural. As bibliotecas e museus geralmente são apenas instituições coletoras, enquanto os arquivos são instituições receptoras[...].

Preservar arquivos difere de preservar outros tipos de objetos de informação: embora documentos possam existir individualmente (uma carta, um memorando), eles também fazem parte de um grupo que foi criado ou recebido por um indivíduo, uma família ou uma instituição. O princípio da proveniência determina que “documentos com a mesma proveniência não devem ser misturados com outros da proveniência diferente, e o arquivista deve manter a ordem original em que os documentos foram criados e arquivados” [...].

[...] por fim, a preservação de arquivos é específica, porque, nas palavras de Hugh Taylor, “o arquivista está primeiramente interessado na comunicação entre o documento e o usuário por meio da preservação e de todos os processos subsequentes com que este último se encontra familiarizado”. Ele dá a isso o nome de “ecologia da informação”, porque o arquivista deve manter ativamente e com cuidado os documentos e as informações que eles contêm. A boa prática arquivística é a preservação. (CLOONAM, 2016, p. 107-108).

A autora escreve em um contexto arquivístico e parte de uma compreensão de que a preservação de documentos e arquivos se difere dos museus e das bibliotecas. Essa característica que autora identifica nas instituições de guarda de documentos remete ao

pensamento de um teórico clássico da arquivologia que, assim como a autora, também é norte americano.

Theodore R. Schellenberg (2006), ao tratar da discussão do paralelo das bibliotecas com os arquivos, também classifica as primeiras como instituições coletoras e as segundas como receptoras. O próprio autor explica que com essa diferenciação ele visa ilustrar as particularidades de tratamento entre arquivos e bibliotecas. Para ele, a diferença se deve ao fato de que, no caso dos arquivos, “[...] grande parte do seu valor depende da relação orgânica que mantêm, quer entre si, quer com o próprio órgão. Os valores culturais são acidentais. O material de uma biblioteca, por outro lado, visa, em primeiro lugar, a fins culturais” (SCHELLENBERG, 2006, p. 43).

Schellenberg (2006), que escreve numa perspectiva de arquivos governamentais, não associa um caráter cultural aos arquivos, denotando uma visão restrita, de cunho administrativo, ignorando que muitos arquivos governamentais também são produzidos por instituições culturais. Contudo, dentro dessa perspectiva, ele explica que os arquivos são resultado de uma “atividade funcional” e de uma “atividade organizada” e, nesse sentido, devem ser o reflexo das atividades executadas pela instituição:

Os arquivos são órgãos receptores, ao passo que as bibliotecas são colecionadores. Um arquivo, seja instituição oficial ou privada, é criado com objetivo de preservar os expedientes da organização a que serve. Via de regra, o arquivo não conta com grande capacidade de aquisição de material por compra ou doação. (SCHELLENBERG, 2006, p. 45).

É nesse sentido que, talvez, seja compreendida a perspectiva de Michele Cloonam (2016) sobre a preservação de documentos e arquivos, que para ela não deve ser “confundida” com a preservação de outros bens culturais. A autora, assim como Schellenberg, identifica nas bibliotecas um caráter mais cultural. Ambos entendem que um arquivo deva refletir “os expedientes” de uma instituição e que, por isso, sua preservação deva compreender e respeitar essa característica, por exemplo, por meio dos preceitos próprios da arquivologia, ou seja, princípio da proveniência.

Contudo, o que se compreende é que a discussão da autora a respeito da preservação de documentos e arquivos esteja mais próxima das estratégias, não abordando o caráter político ou administrativo da preservação. Entendemos, nesse sentido, que quando a autora observa que a preservação de arquivos não deva ser confundida com as de bibliotecas é que as estratégias, que também são utilizadas para a preservação de bibliotecas, devam respeitar

algumas características inerentes às estratégias dos arquivos. Ela deixa essa diferença mais explícita quando explica que:

Um arquivo é, primordialmente, uma “coleção” de fundos, em vez de uma coleção de itens individualizados. As estratégias de preservação incluem as mesmas que são usadas para se estabilizar os acervos de bibliotecas, como, por exemplo, controles ambientais. Os arquivistas recorrem a uma série de estratégias para cuidarem de algumas partes do acervo, como transferir certos itens para recipientes isentos de acidez, fazer cópias de objetos em decomposição etc. Contudo, essas medidas sempre devem ser realizadas de forma a preservar o respeito à proveniência e à ordem, quando possível e viável. (CLOONAM, 2016, p. 113).

Além do respeito a alguns princípios que caracterizam os documentos de arquivos, a autora também identifica que algumas práticas e funções arquivísticas podem contribuir para a preservação, como a descrição:

O processo de elaboração de um instrumento de pesquisa ou outras ferramentas de acesso que permitem o indivíduo analisar uma cópia do documento desejado, o que facilita o acesso e aumenta a segurança ao produzir essa cópia e minimizar a quantidade de manipulação dos objetos originais (CLOONAM, 2016, p. 112).¹⁰

E a avaliação de documentos:

[...] Por exemplo, a avaliação fornece o mecanismo para eliminação de itens que não merecem a atenção da preservação. Por meio de aplicação eficaz de práticas padronizadas de avaliação, um arquivista pode ajudar a restringir o campo de itens que potencialmente requerem (...) tratamento. (CLOONAM, 2016, p. 113).¹¹

Ao discutir sobre a preservação de documentos modernos, Schellenberg (2006), os classifica como sendo efêmeros e volumosos. E mediante essa constatação, compete aos arquivistas direcionarem as ações de preservação para os fatores que colaboram para a deterioração dos acervos:

O arquivista da atualidade deve levar em consideração dois fatores que afetam a preservação do material sob sua custódia, fatores esses apontados pela repartição de Normas Técnicas (Bureau of Standards) como agentes “externos e “internos” de deterioração. Os agentes externos decorrem das condições de armazenagem e de uso; os internos são inerentes à própria natureza do material dos documentos. Cabe ao arquivista precaver-se contra esses agentes destrutivos, provendo-se de instalações que anulem ou reduzam os efeitos maléficos dos agentes externos e empregando métodos que preservem os materiais perecíveis, seja na forma original, seja em qualquer outra forma. (SCHELLENBERG, 2006, p. 231).

¹⁰A autora faz uma citação direta referenciando como: “PEARCE-MOSES,R, *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: Society of American Archivist, 2005.”

¹¹ A autora faz uma citação direta referenciando como: “BNJS, B,S.; Kaplan H.A, *Archival Preservation: The Teaming of the crew, American Archivist*, n. 53, 1990.”

A perspectiva do autor sobre a preservação de documentos também compreende a importância do diagnóstico sobre as condições de armazenamento. Em relatório publicado em 1937, o Bureau [Repartição de Normas Técnicas] afirmou que “a luz, a temperatura, a umidade, a poluição do ar e as impurezas no papel foram indicadas como os principais agentes de deterioração” (SCHELLENBERG, 2006, p. 231).

Schellenberg (2006), ao contrário de Cloonam (2016), deixa mais explícito que a preservação de documentos e arquivos por arquivistas inclui o caráter administrativo e gerencial, além da identificação de alguns agentes que não contribuem para a preservação dos documentos. O autor descreve a importância de construções de espaços adequados para os documentos. Para fundamentar o seu pensamento, o autor recorre aos boletins elaborados pelo Arquivo Nacional dos Estados Unidos (*National Archives*), publicados em 1944.

O autor explica que esse boletim, dividido em três artigos, apresenta medidas necessárias para a construção de edifícios. Citando o primeiro artigo, ele descreve que os projetos destinados à construção de arquivos devam ter como parâmetros os edifícios industriais, justificando a importância desse modelo para a preservação dos documentos:

Não há maneira mais segura de evitar erros no projeto de edifícios de arquivos do que seguir métodos adotados no planejamento de edifícios industriais [...]. Tal diagrama enfoca, desde o momento em que os documentos deixam o seu lugar de origem, até a chegada ao lugar definitivo, nas galerias dos depósitos de arquivos, abrangendo também a vida subsequente desses documentos como parte do corpo geral dos arquivos. (SCHELLENBERG, 2006, p. 232).

Ao descrever as informações do segundo artigo, Schellenberg (2006) expõe - e também defende - a participação dos arquivistas no planejamento de construções apropriadas para arquivos. Portanto, ao incluir os arquivistas no processo de planejamento para a guarda dos documentos, o autor conclui que as atividades inerentes aos arquivistas não se limitam às funções de tratamento técnico, como a classificação, a avaliação e a descrição de documentos. No tocante à preservação de documentos, entendemos que a função desempenhada pelos arquivistas seria a de um co-planejador conforme ele descreve:

No segundo artigo, intitulado de ‘*collaboration between archivist and architects in planning archives buildings*’ Gondos [Victor] sugere que o arquivista deve conhecer a quantidade de documentos que terá sob seus cuidados e ter uma previsão do índice de acumulações futuras. Munido desses dados poderá calcular inteligentemente a área necessária e discutir com o arquiteto. Gondos entende que o arquivista deve considerar três pontos fundamentais: distribuição racional do espaço, atendimento do público e prevenção de danos. No exame desses fatores o arquivista levará em consideração o espaço necessário às funções administrativas e às operações executivas. (SCHELLENBERG, 2006, p. 23).

A discussão a respeito da preservação de documentos exposta pelo autor, inicialmente, inclui as questões referentes aos agentes que contribuem para a deterioração de documentos e a importância do planejamento para a construção de espaço onde os documentos devam ser armazenados. Entretanto, Schellenberg (2006) também adiciona à sua discussão a aplicação de alguns procedimentos próprios da restauração de documentos. Sobretudo, nos documentos designados pelo autor como modernos, que tem como características no seu processo de fabricação a polpa de madeira que, conforme demonstra a literatura sobre a conservação de documentos em suporte papel, é componente utilizado como matéria prima e que tende a deteriorar-se naturalmente.

O autor cita como exemplo de tratamento a ser aplicado nos documentos modernos o uso da técnica da laminação. Contudo, é importante observar que o contexto em que Schellenberg recomenda o uso dessa técnica para restauração de documentos está inserido na década de 1950. Ou seja, um período em que a laminação ainda não tinha sido identificada como desvantajosa para a preservação de documentos, conforme relatado por Cloonan (2016) e descrita neste capítulo.

Ainda que observado que as reflexões do autor sejam originárias dos anos 1950¹², verifica-se que, tanto o caráter gerencial preconizado pela preservação, como a atenção aos agentes que contribuem para a deterioração dos documentos - difundidas principalmente pela conservação preventiva -, já eram disseminados no pensamento arquivístico dos Estados Unidos e do Brasil, a partir de década de 1970, ano da primeira publicação do livro do autor no país.

¹² O ano de publicação da primeira edição do livro é datada de 1956 nos Estados Unidos.

5 CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: O AMBIENTE

A elaboração de um programa de manutenção de um acervo visando à sua preservação fundamentada na metodologia do acondicionamento exige, preliminarmente, a compreensão do objeto a ser preservado que, no contexto desta pesquisa, refere-se ao arquivo de uma instituição, composto majoritariamente por documentos no suporte em papel. E também a relação desses documentos com o ambiente no qual estão inseridos.

A ciência da conservação já demonstra compreender que a relação entre os documentos em suporte papel, bem como um ambiente com elevadas temperaturas, associado a um acondicionamento inadequado pode contribuir para diminuir a durabilidade dos documentos e livros:

É cientificamente provado que o papel se degrada rapidamente se fabricado e/ ou acondicionado sob critérios indevidos. Por mais de um século tem-se fabricado papel destinado à impressão de livro com alto teor de acidez. Sabemos perfeitamente que a acidez é uma das maiores causas da degradação dos papéis. Na mesma medida, o acondicionamento de obras em ambientes quentes e úmidos gera efeitos danosos, tais como: reações que se processam a nível químico e que geralmente enfraquecem as cadeias moleculares de celulose, fragilizando o papel. (SPINELLI JUNIOR, 1997, p. 18).

As constatações apresentadas por Spinelli Junior (1997) sobre os fatores que contribuem para a degradação do papel estão relacionadas em um contexto dos papéis que foram produzidos aos longos dos séculos para ser suporte para as informações (conhecimento) produzidas pelas sociedades.

É importante ressaltarmos que as descobertas dos fatores que ocasionam a sua degradação possibilitaram que os fabricantes produzissem um papel de melhor qualidade, também identificados como alcalinos. As questões que ocasionaram a produção desse tipo de papel estão descritas de forma mais ampliada no capítulo 6 dessa pesquisa.

Ao explicarem o histórico do processo de fabricação de papel no mundo, Edson Mota e Maria Luiza Guimaraes Salgado (1971) explicam que, preexistentes ao papel, existiram outras formas de se registrar as informações produzidas pelo homem, como as placas de argila, ossos, metais e pedras, o papiro e o pergaminho.

Descrevendo o processo de criação do papiro, Motta e Guimarães (1971) citam os egípcios como os inventores dessa tecnologia, que tinha como base uma planta com o mesmo nome. Esse tipo suporte era utilizado desde o ano 3.700 A. C e foi amplamente usado até os primeiros anos da era cristã, quando uma nova tecnologia de suporte passou a ser difundida: o

pergamimho, que era produzido a partir do couro de animais , sendo utilizado até a idade média.

De acordo com os autores, o papel é originário da China. Eles não definem uma data para a criação desse suporte, mas citam que no ano de 611 essa tecnologia já era desenvolvida em outros países, como na Coréia e, a partir do ano de 1150, na Europa.

O processo de fabricação incluía o uso de tecidos novos e usados, algodão, fibras de cânhamo e a casca de amoreira. A utilização da água é também identificada como essencial neste processo, que possibilitou a produção de um papel de alta qualidade, conforme explica Beck (2007):

Além da celulose de alta pureza, das fibras de algodão e linho, o processo artesanal utilizava uma água que vinha das montanhas, carregada de carbonatos, portanto, alcalina. Resumindo, o processamento dos papéis em água alcalina, com celulose de alta pureza e acabamento com carbonato de cálcio, resultava em um papel de alta qualidade. (BECK, 2007, p. 54).

Contudo, Spinelli Junior (1997) identifica que durante a Revolução Industrial houve uma mudança no processo de fabricação do papel. O trapo e o algodão utilizados até então foram substituídos pelas fibras de celulose da madeira. Os efeitos dessa mudança passaram a ser percebidos rapidamente:

No ano de 1800 surgem os primeiros papéis confeccionados a partir de fibras de celulose de madeira. Este fato trouxe novo alento aos produtores, porém em curto prazo descobriu-se que as fibras de polpa de madeira são extremamente curtas e retêm grande quantidade de substância resinosa (lignina), difícil de ser eliminada e que, com a passar do tempo, torna-se um agente agressor, conferindo ao papel características de acidez e um tom amarelado. Este novo material gera, inclusive, riscos de transmissão de acidez a outros tantos que porventura entrem em contato direto com ele. (SPINELLI JUNIOR, 1997, p. 17).

Associados ao uso da celulose de madeira, existem outros componentes que contribuem para o processo de acidez no papel: “os materiais de acabamento, como cargas e colas, passaram a ser ácidos e a durabilidade desses papéis ficou comprometida” (BECK, 2009, p. 54).

Mesmo identificado que o processo de acidez na celulose esteja relacionado às dificuldades de conservação, quando utilizados para a produção de papel, é preciso compreender a sua relação no ambiente de origem. Da mesma forma que essa compreensão permite aos conservadores encontrar meios de estabilizar esse processo: “na natureza, a celulose é produzida para morrer, as plantas crescem e quando deixam de ter utilidade

tornam-se adubo. Esta degradação se dá em condições de acidez para que a celulose permaneça inalterável, na condição de papel, é preciso controlar a tendência de se degradar” (BECK, 2009, p. 55).

Dessa forma, o controle da degradação dos documentos em suporte papel está relacionado a analisar a sua relação com ambiente. May Cassar *apud* Gonçalves (2015, p. 116) explica que a conservação preventiva “abarca procedimentos relacionados à adequação das condições ambientais [...] parte de relações que envolvem o macroambiente, o ambiente médio e o microambiente do entorno do bem cultural [...]”. Claudia Carvalho (2007) explica que o ambiente é o responsável pelas principais causas de deterioração dos bens culturais. A temperatura, a umidade, a luz, a poluição, associadas às características do edifício onde se encontram os bens culturais, quando não controladas e compreendidas, podem acelerar o processo de degradação dos documentos:

O ambiente é o campo de ação privilegiado da conservação preventiva, sendo o controle ambiental uma das suas principais estratégias. O correto controle ambiental implica na manutenção dos níveis de temperatura; umidade relativa, iluminação, dentro de determinados limites, com a redução dos níveis de poluentes atmosféricos incluindo os gases, os elementos particulados e os esporos de fungos, bem como a exclusão das condições favoráveis à biodeterioração. A eficácia do controle ambiental se baseia no conhecimento da estrutura do edifício e do comportamento higrométrico dos materiais que os constituem; no estado de conservação do acervo; na correta avaliação do clima local e na identificação dos diferentes tipos de contaminantes e suas fontes. (CARVALHO, 2007, p. 36).

A atenção dos conservadores nas questões referentes ao controle ambiental pode ser exemplificada quando consideramos a importância da temperatura e da umidade para a conservação dos documentos em suporte papel, sob a perspectiva de Sheryly Ogden (2001).

Verifica-se que, tanto as altas temperaturas, como as suas variações de aumento podem contribuir na aceleração do processo de deterioração. As consequências são mais visíveis nas reações químicas, conforme explica a autora: “o calor acelera a deterioração: a velocidade da maioria das reações químicas, inclusive a deterioração, é aproximadamente dobrada a cada aumento de temperatura de 10°C” (OGDEN, 2001, p. 7). Contudo, os efeitos negativos do clima nos documentos são observados também nas oscilações de temperaturas: “Eles [materiais de arquivos e de bibliotecas] reagem às mudanças sazonais de temperatura e umidade relativa do ar expandindo-se e contraindo-se” (OGDEN, 2001, p 7).

Uma das soluções recomendadas pela conservação preventiva para evitar a ação das altas temperaturas e umidades e suas oscilações nos documentos é por meio do monitoramento das mesmas. Saulo Guths (2009) explica que o controle pode evitar o

surgimento de alguns processos danosos nos documentos, como por exemplo, o processo de hidrólise:

[...] Por que a medição da temperatura e da umidade? Pelo fato delas estarem muito relacionadas à degradação dos objetos. Temos a degradação química, que é a oxidação e hidrólise que faz, por exemplo, no papel, a quebra das cadeias de celulose e, assim, as vai deixando mais curtas e com isso mais quebradiças. A temperatura atua na velocidade da reação dessas quebras e a água atua como reagente catalizador dessas reações. (GUTHS, 2007, p. 27).

Portanto, explicadas as consequências das altas temperaturas e da umidade nos documentos e a importância do monitoramento para evitar possíveis danos, o trabalho preventivo do controle do clima se torna fundamental quando é analisado o clima da cidade do Rio de Janeiro, identificado como muito quente. Autores como Antônio Gonçalves da Silva (2013); Milagros Vaillant Callol (2010) e Franciza Lima Toledo (2010) citam em seus trabalhos que o Rio de Janeiro não tem um clima adequado para conservação de documentos.

A recomendação para amenizar os efeitos das altas temperaturas inclui a instalação de equipamentos de ar condicionado nos espaços em que se encontram armazenados os documentos. Todavia, mesmo sendo o seu uso benéfico para o controle da temperatura nos acervos, a sua utilização se detém na realidade de muitas instituições, que por limitações financeiras, não podem ser capazes de manter sistemas de ar condicionado ativos permanentemente.

Em muitos casos - e cientes dos efeitos benéficos do controle da temperatura nos acervos -, as instituições preocupadas em conservar os seus documentos acabam instalando sistema de ar-condicionado, que são desligados após horas em funcionamento, não se atentando que esse processo também contribui para a oscilação da temperatura, conforme explica Robert Howes (2014):

O mais importante é evitar as oscilações frequentes das condições ambientais. Muitas vezes, é preferível manter um acervo numa temperatura acima do ideal a, por exemplo, instalar ar-condicionado, que é desligado durante noite, nos fins de semana e em dias de feriado. (HOWES, 2014, p. 18).

Além do efeito adverso que um sistema de ar condicionado pode proporcionar, quando seus sistemas de funcionamento são interrompidos, em determinadas circunstâncias, a sua instalação requer pré-requisitos que passam pela identificação do ambiente físico onde se encontram os acervos, conforme observa Beck (2007):

Até pouco tempo atrás, os especialistas recomendavam parâmetros climáticos muito rígidos, baseados em 20°C de temperatura e 50% de umidade relativa do ar, como condições de preservação. Estas condições exigiriam, em nosso clima, recorrer obrigatoriamente à refrigeração mecânica. Nas condições do clima tropical, refrigerar um ambiente para alcançar esses parâmetros exige um edifício praticamente hermético, construído especialmente para funcionar como barreira contra o clima externo. O problema é que nossos acervos quase sempre estão em prédios antigos, com aberturas e paredes permeáveis ao clima externo e à umidade. Reduzir apenas a temperatura, neste caso, é um procedimento equivocado, porque tenderia a causar oscilações bruscas da umidade relativa do ar. Sempre que o ambiente interno se resfria, forma-se condensação, tanto pelo resfriamento do ar úmido interno e vindo do exterior, como das próprias paredes, impregnadas de umidade, fazendo com que os materiais que constituem os acervos absorvam água. (BECK, 2007, p. 56).

Todavia, apesar das dificuldades referentes ao controle da temperatura se deterem nas dificuldades apresentadas, o controle da temperatura e umidade nos ambientes de arquivos e bibliotecas não pode ser descartado nas estratégias de conservação.”

A conservação preventiva e seu caráter multidisciplinar permite a elaboração de soluções intermediárias que podem amenizar as consequências das altas temperaturas nos acervos e que não incluem necessariamente a instalação de ar condicionados que precisam estar ligados continuamente nos ambientes.

Carvalho (2007), ao explicar sobre o estabelecimento do sistema de controle climático para o Museu Casa de Rui Barbosa, que tem uma coleção de 35.000 livros, descreve a importância do planejamento e do trabalho multidisciplinar da conservação preventiva:

O desenvolvimento do projeto durou dois anos e envolveu uma equipe técnica multidisciplinar, formada por profissionais das áreas de preservação arquitetônica, conservação de acervos, biblioteconomia, museologia e gerenciamento do quadro de funcionários da Fundação; engenharia mecânica e ciência da conservação do Instituto Getty de conservação; consultoria ambiental e projeto e instalação de sistemas de ar condicionado e ventilação [...]. (CARVALHO, 2007, p. 40).

Esse projeto de ventilação mecânica contribui para a conservação dos acervos existentes no museu e também possibilitou conforto aos frequentadores do museu além de contribuir para a preservação do próprio edifício.

5.1 Conservação preventiva: acondicionamento de documentos

Paralelo à estratégia do controle da temperatura no ambiente onde se encontram armazenados os documentos, outra medida que deve ser utilizada como um mecanismo de conservação preventiva é o acondicionamento de forma adequada dos documentos.

Esse procedimento de conservação, que inclui a guarda dos documentos em envelopes, caixas e mobiliários, deve ser preconizado pelo uso de materiais adequados e também observando as suas características: “Os documentos devem ser acondicionados em mobiliários e invólucros apropriados, que assegurem sua preservação. A escolha deverá ser feita observando-se as características físicas e químicas e a natureza de cada suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.14).

O acondicionamento pode ter um sentido de proteção e, dessa forma, contribuir, por exemplo, para evitar a exposição dos documentos aos poluentes existentes nos ambientes. Alguns poluentes, ao entrarem em contato com os documentos, aceleram a sua deterioração, como por exemplo, as partículas de poeira que contêm detritos e metais pesados. Além da poeira, outras formas de poluição externas podem dificultar a conservação dos documentos. Entretanto, os poluentes danosos aos documentos não se limitam ao ambiente externo:

[...] Entre os poluentes gasosos que advêm do exterior dos edifícios estão o dióxido de enxofre, o sulfeto de hidrogênio, os óxidos de nitrogênio e o ozônio, todos resultantes das indústrias, do tráfego de veículos e das emissões lacustres [lagos]. Os poluentes que interagem com os materiais constituintes das coleções podem ser também originados do interior do edifício. Móveis novos, vitrines e divisórias que usam laminados de madeira e plástico, carpetes e adesivos de contato liberam grande quantidade de gases [...] copiadoras eletrostáticas liberam ozônio; laboratórios de microfilmagem liberam amônia; e produtos de limpeza contêm diferentes tipos de solventes voláteis que igualmente são prejudiciais aos documentos. (IBRAM, 2014, p. 11).

De acordo com Robert Howes (2014), um programa de acondicionamento de documentos envolve uso de materiais, como envelopes, caixas, pastas que devem possuir formatos e modelos distintos e que devem ser adequados aos diversos tipos de documentos. Alguns devem ser adaptáveis ao acondicionamento de documentos individuais, que podem proporcionar a preservação, a proteção e o clima adequado:

O acondicionamento é uma das etapas do planejamento de conservação preventiva da instituição. Objetiva a preservação do acervo, protegendo os documentos contra danos físicos, condições ambientais adversas e proporcionando-lhes um microambiente adequado. (HOWES, 2014, p. 69).

Howes (2014) também explica o benefício do acondicionamento mediante situações de manuseios, que podem contribuir para a deterioração dos documentos. Entretanto, conforme descrito na citação do autor, o acondicionamento é uma das etapas em um programa de conservação preventiva, necessitando ser preconizado por outras atividades. “A limpeza é um dos principais fatores em qualquer programa de preservação, seguido do

acondicionamento adequado dos documentos. Os documentos devem estar higienizados antes de acondicionados” (HOWES, 2014, p. 70).

Mesmo sendo identificada como uma atividade de natureza rotineira, a higienização se torna fundamental no processo de conservação de documentos. Da mesma forma que essa atividade pode contribuir para a localização de elementos que aceleram a degradação dos documentos. “O pó e outros materiais estranhos aos documentos costumam prender-se aos seus constituintes por meio de ligações químicas, causando a degradação” (IBRAM, 2014, p. 16). O Instituto Brasileiro de Museus também elenca a relação de alguns elementos que colaboram com a deterioração. São eles:

- Adesivos
- Clipes
- Marcadores de papel ácidos
- Sílica
- Areia e sal em regiões costeiras
- Pós decorrentes do lixamento de pisos e paredes
- Mofo
- Bolor
- Infestação de insetos

Desta maneira, se o acondicionamento deve ser preconizado pela atividade de higienização, que visa identificar e eliminar alguns agentes prejudiciais para a conservação dos documentos, o mesmo pode ser entendido como um objetivo dentro de um programa ou política de preservação, quando observamos as vantagens que esse sistema pode oferecer para os documentos. “O acondicionamento protege os documentos desses danos [da luz], da migração de acidez de um documento para outro e dos desastres, como pequenos incêndios e inundações” (HOWES, 2014, p. 70).

Contudo, mesmo apresentando os benefícios do sistema, Howes atenta para a importância do planejamento na sua implementação. “[...]A instituição deve ter uma ideia muito clara dos motivos para conservar seu acervo e das circunstâncias dessa conservação” (HOWES, 2014, p. 70).

O autor justifica, mais adiante, os motivos pelos quais um programa de acondicionamento deve ser bem planejado, observando que esse sistema não é apropriado

para as instituições que utilizam frequentemente os seus documentos. Contudo, ainda nesse contexto, Howes explica que o acondicionamento pode oferecer benefícios para instituição contribuindo para o objetivo de preservar. Outro benefício apontado pelo autor está relacionado aos custos.

A justificativa do autor para a importância do planejamento para o acondicionamento de documentos é explicitada quando são observadas por ele algumas das características dos documentos de arquivos:

[...] há casos em que o acondicionamento de um documento, quimicamente estável, pode ter consequências adversas. Deve-se empregar material apropriado para cada caso. Os documentos fotográficos exigem medidas protetoras adicionais para o seu armazenamento, diferentes daquelas exigidas pelos documentos convencionais de suporte papel. (HOWES, 2014, p. 71).

Por fim, ao falar da especificação dos materiais utilizados para o acondicionamento, Howes (2014, p. 71) explica que os materiais utilizados para a fabricação das caixas devem obedecer a padrões técnicos. Esses padrões devem considerar: “armazenamento a longo ou curto prazo; [...]; observância financeiras disponíveis”. O autor também apresenta algumas especificações que devem ser observadas ao adquirir caixas (de papel) para o acondicionamento de documentos de guarda permanente e guarda temporária, conforme descrito a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 - Especificações de acondicionamento de documentos em caixas

PADRÃO DE CAIXAS PARA DOCUMENTO DE MAIOR VALOR: ESPECIFICAÇÕES	PADRÕES MÍNIMOS RECOMENDADOS PARA CAIXAS DE GUARDA PARA DOCUMENTOS DE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: ESPECIFICAÇÕES
Fibra: 100% algodão	Fibra: polpa química altamente refinada, com colagem neutra
PH [nível de acidez]: 7.0 a 8.5;	PH [nível de acidez]: 7.0 a 8.5
Resistência à luz: Grau 5 na escala azul	Resistência à luz: Grau 5 na escala azul
Colagem: Cola de revestimento de amido	Colagem: colagem neutra
Tampão: Carbonato de cálcio	Tampão: Carbonato de cálcio a 3%
Agente de brilho óptico: Isento de agentes de brilho óptico	Agentes de brilho óptico: Isentos de agentes de brilho óptico
Enxofre redutível: Um máximo de 0,8 parte por milhão	Enxofre redutível: Um máximo de 0,8 parte por milhão

Adesivo: Adesivo de polímero de PH 7	Adesivo: Adesivo neutro para arquivo
---	---

Fonte: O autor (2019 adaptado de HOWES, 2014, p. 71). O autor referenciado não apresenta as especificações no seu texto em formato de tabela (2019).

Ao estabelecer os critérios técnicos para os invólucros utilizados para acondicionar documentos, Howes (2014) estabelece diretrizes para o uso de materiais apropriados para conservação.

Esses materiais podem também ser identificados pela expressão “qualidade arquivística”, conforme explica Ogden (2001). A autora, assim como Howes (2014), também associa o uso de materiais adequados, com o objetivo de contribuir para evitar ações do ambiente no qual os documentos estão inseridos, incluindo o manuseio, evitando danos e também fornecendo proteção.

A autora também explica que essa expressão é usada de maneira inadequada, salientando que é necessário entender a natureza dos documentos e dos materiais utilizados para acondicionamento:

Infelizmente, a expressão “qualidade arquivística” é geralmente utilizada de maneira incorreta. Para obter invólucros que efetivamente protegem os objetos de valor permanente, o interessado em adquirir suprimentos de preservação precisa entender os conceitos inerentes aos materiais e ao modelo dos invólucros. (OGDEN, 2001, p. 17).

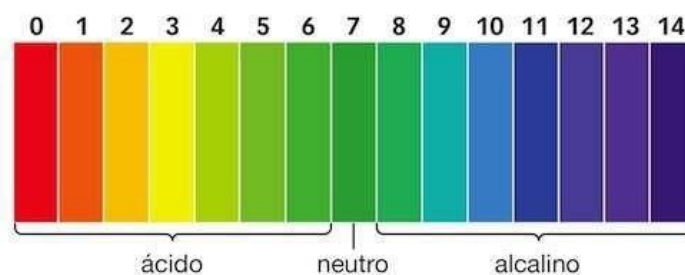
Para a autora, é importante compreender quais fatores contribuem para a o processo de deterioração dos documentos. Escrevendo em um contexto sobre os documentos em suporte papel, Ogden (2001) explica que os fatores que podem contribuir para a conservação dos documentos são o ambiente adequado, bem como práticas apropriadas de uso.

A ausência desses fatores contribui para processos químicos, como por exemplo, a hidrólise ácida, que se caracteriza pela reação de componentes ácidos que reagem com alguns componentes químicos da água. A autora explica que uma substância alcalina consegue desenvolver a ação de neutralizar a reação dos ácidos. Por isso, o acondicionamento inadequado pode contribuir para esse processo quando não são observadas as características dos materiais utilizados para embalar os documentos:

Os invólucros de armazenagem instáveis podem reagir com seus conteúdos e eles mesmos podem deteriorar-se, produzindo ácidos capazes de danificar os materiais que abrigam. Os materiais altamente estáveis ou inertes ficam na sua forma original pois não emitem subprodutos químicos capazes de danificar os objetos de bibliotecas e museus e não reagem com os componentes químicos do papel ou de outros materiais, causando a deterioração. (OGDEN, 2001, p. 17).

Os invólucros de qualidade arquivística para o armazenamento de documentos precisam ser de papel neutro, que na escala de potência de hidrogênio (Ph) é representado pelo número 7. Contudo, Ogden (2001) explica que outros fatores devem estar associados aos papéis utilizados para acondicionamento de documentos, “a expectativa de vida do papel depende de vários fatores além do Ph” (OGDEN, 2001, p. 15). Outra característica que a autora associa aos invólucros de qualidade é que eles devem possuir um Ph de aproximadamente 8.5, que na escala de acidez é considerado como alcalino, conforme demonstra a escala abaixo (Figura 17):

Figura 17 – Escala de potência de hidrogênio - Ph



Fonte: Google Imagens (2019)

No entanto, a autora esclarece que esse parâmetro não deve ser utilizado para acondicionar todos os documentos e que é importante observar as características de cada material que vai ser acondicionado:

Alguns objetos à base de papel podem ser danificados pelas substâncias químicas alcalinas. Quando se opta pelo uso do papel, as obras de arte sobre os mesmos (que às vezes contêm pigmentos reagentes), as plantas heliográficas e alguns tipos de fotografias devem ser guardados em invólucros neutros de baixo teor de lignina. (OGDEN, 2001, p. 18).

Além dos invólucros à base de papel, OGDEN (2001) explica que alguns materiais plásticos podem ser utilizados para acondicionar documentos. A autora cita como exemplo de materiais plásticos apropriados para acondicionamento o polietileno e o polipropileno, que fornecem estabilidade. Howes (2014) também escreve sobre o uso de materiais à base de plásticos para o acondicionamento. Designando a técnica que usa os materiais à base de plástico como encapsulação, o autor descreve vantagens e desvantagens do seu uso (Quadro 2).

Quadro 2 – Vantagens e desvantagens do uso da encapsulação

Vantagens do uso da encapsulação	Desvantagens do uso da encapsulação
Oferece excelente suporte e proteção ao documento com um mínimo de interferência no original	Os documentos do acervo crescem e passam a exigir mais espaço
Não há nenhuma interferência visual no estudo do texto impresso ou manuscrito	O poliéster é um material pesado e, em alguns sistemas de armazenamento, por exemplo, quando se usam gavetas, ele pode deixá-las demasiadamente pesadas, dificultando seu manuseio
Os documentos frágeis e muito consultados podem ser manuseados sem risco	O estudo de certas características bibliográficas fica impedido temporariamente
É completa e instantaneamente reversível	A superfície de poliéster é facilmente riscada. Assim, alguns documentos consultados frequentemente ou maltratados poderão precisar de encapsulação periódica.
A integridade dos documentos fica preservada	-
Protege os documentos contra desastres, principalmente aqueles que são provocados pela água	-

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Howes (2014, p 78). O autor referenciado não apresenta as especificações no seu texto em formato de tabela (2019).

A perspectiva de Fernanda Brito (2010) também se aproxima da discussão levantada sobre o acondicionamento de documentos e sua preconização pelo uso de materiais apropriados para cada tipo de documento. Contudo, para a autora, o acondicionamento de

documentos deve ser preconizado por um diagnóstico de conservação: “[...] devemos sempre pesquisar e investigar sobre a tipologia das obras e documentos que estamos tratando, com reconhecimento dos materiais e técnicas que o constituem, um diagnóstico profundo do seu estado de conservação” (BRITO, 2010, p. 3).

A justificativa da autora para o diagnóstico detalhado sobre as características dos documentos a serem acondicionados são aprofundadas quando ela descreve o uso de materiais para acondicionamento em suporte papel (Quadro 3).

Quadro 3 – Descrição e uso de materiais para acondicionamento em suporte papel

TIPO DE PAPEL	CARACTERÍSTICAS	APLICAÇÃO	GRAMATURA
Papel neutro	Papel com colagem interna realizada em meio neutro, ou seja, com Ph igual a 7.0. O papel mais conhecido é o papel filiset neutro, fabricado pela Filiperson do Brasil, livre de resíduos ácidos, possui alta durabilidade e, segundo informações do fabricante, é resistente ao ataque de fungos e proliferação de bactéria, desde que armazenado em local apropriado e com controle de temperatura e umidade relativa.	Envelopes; entrefolhamentos; revestimento internos; pastas; guardas.	-
Papel alcalino	Papel com colagem interna efetuada em meio alcalino, na faixa de pH 7,5 a 8,5. Os papéis de colagem alcalina utilizam como carga o mineral carbonato de cálcio, tanto o natural quanto o precipitado. Tem como características principais: maior brancura, menor higroexpansividade, melhor acabamento superficial e resistência mecânica.	Envelopes, entrefolhamentos, revestimento interno, pastas, caixas.	-
Papel filifold documenta	Papel alcalino, fabricado pela Filiperson do Brasil, considerado de qualidade arquivísticas e que possui como principal característica resistência a dobras e vincos.	Caixas, pastas, envelopes e guardas.	85 g/m ² , 120 g/m ² e 300 g/m ²
Papel cristal ou glacine	Papel translúcido, resistente que, para fins de conservação, deverá ter o pH neutro. Esse papel proporciona um melhor acondicionamento de materiais higroscópicos, como por exemplo, o pergaminho.	Envelopes	-

Papel siliconado	Papel branco com uma face siliconada. Poucas instituições o utilizam, pois este é importado há pouco tempo para o mercado nacional e não há muitos distribuidores do mesmo. Papel ideal para proteção, adesivagens e colagens, utilizado também para reparos com espátulas térmicas.		110g/m ²
Papel Barrier	Papel feito com fibras de algodão, muito utilizado em museus como uma proteção a mais no emolduramento de obras.	Pastas, envelopes, caixas.	-
Papel micro ondulado	Papelão com diversas camadas de papel, sendo que uma ou duas camadas centrais onduladas. No mercado internacional encontramos este material livre de ácidos e de lignina.	-	-
Papel cartão corrugado e laminado	Possui várias camadas de papel ondulado intercaladas com camadas de papel liso. Para conservação o ideal é um papel livre de ácidos e de lignina 100% alpha celulose e com reserva alcalina.	-	-
Percalux	Papel emborrachado e feito de PVC, sua aparência se assemelha, esteticamente, ao coro sintético. Não é muito recomendado para conservação, pois, por se tratar de material feito de PVC plastificado, poderá sofrer alterações e liberar gases vapores que irão danificar os livros e documentos que estejam em contato direto com este. Muitas instituições, porém, o utilizam por ser um material de baixo custo.	Caixas, pastas e encadernações.	-
Poliétileno (PE)	O polietileno apresenta boa resistência mecânica e transparência. As principais características são: excelente barreira à umidade, boa resistência química, baixo custo, boa selagem a quente e alta permeabilidade a gases e vapores.	Invólucros para armazenagem de livros, documentos e fotografias.	-
Plástico bolha	Plástico produzido em filme de polietileno de baixa densidade, com bolhas de ar prensadas. Não se aconselha o contato direto com objetos, devendo antes protegê-lo com papel ou TNT.	Utilizado armazenagem para transporte de objetos.	-

Polipropileno	As principais características do polipropileno são: excelente barreira à umidade, inerte, excelentes propriedades óticas (transparência e brilho), boa resistência mecânica, boa estabilidade dimensional, média barreiras a gases, boa barreira ao vapor de água e permissão de selagem quente.	Utilizado em invólucros para armazenagem de livros, documentos e fotografias, plásticos alveolares.	-
Polipropileno Biorientado (BOPP)	O polipropileno Biorientado possui alta resistência à tração e início de rasgo, excelente transparência e brilho, alta rigidez, boa estabilidade dimensional e lisura, boa barreira a aromas, boa resistência a gorduras, excelente resistência à perfuração, etc.	Álbuns fotográficos.	-
Poliéster	O poliéster [politereftalato de etileno (PET)] é obtido por meio da reação de polimerização do ácido tereftálico e etileno glicol. As principais características são: boa resistência à tração, excelente estabilidade dimensional, excelente barreira a gases, boa resistência química a óleos e gorduras, excelentes propriedades óticas, alta transparência e brilho, resistência térmica, excelente maquinabilidade e ausência de odor. O poliéster possui algumas desvantagens, como dificuldades de selagem a quente, alto custo e também alta eletricidade estática (atrai sujeiras e partículas).	Invólucros para armazenagem de livros, documentos e fotografias; encapsulamento; jaquetas transparentes para livros; forração de gavetas; filmes fotográficos; base de microfilme e rolo.	-
Foam Board	Placa de espuma sintética tipo poliestireno com revestimento de papel de um ou dois lados. É um material que possui alta rigidez, leveza e facilidade de corte. Normalmente é empregado em fundos de caixas e de quadros. Para a conservação o ideal é um material livre de ácidos.	-	-
Ethafoam	Ethafoam é uma espuma de polietileno (PE) e suas principais características são impermeabilidade a grande parte de produtos químicos, resistência a água, amortecimento de vibrações, aceitação a variações de temperatura e umidade, facilidade de cortar e moldar, não abrasivo e excelente isolante térmico.	-	-

Tyvek	Um não tecido fabricado pela Dupont, composto por filamentos contínuos de polietileno de alta densidade, sendo suas fibras não direcionadas consolidadas por meio de pressão e calor, com ausência de elementos ligantes, emendas ou aditivos recebendo, ainda, um tratamento de corona para a ancoragem de tintas e adesivos e tratamento antiestético para facilitar a alimentação por folhas das máquinas impressoras. Suas principais características são baixo desprendimento de fibras e laminação. Pode ainda ser soldado, costurado, perfurado, picotado, cortado e vincado, além de ser atóxico. Possui pH neutro e reciclável. Possui resistência a rasgo, tração, perfurações, água, mofo, apodrecimento, manchas e sujidades. Não é afetado pela maioria dos ácidos, bases e sais, apresenta resistência, ainda, a baixas temperaturas (até 73 °C), porém não é muito resistente a altas temperaturas, começando a empolar a partir de 79° C.	Revestimento interno e externo de caixas, fabricação de envelopes, pastas e entrefolhamentos como isolante.	
TNT	TNT é um tecido não tecido de filamentos contínuos de polipropileno termosoldados, que oferece resistência a rasgo e à tração	Proteção de rolos/tubos e no uso de transporte de objetos tridimensionais.	-
Frankonia	Tecido à base de rayon com acabamento superficial acetinado	Encadernações, revestimento externo de embalagens, caixas, pastas, álbuns e estojos de luxo.	-
Saphir	Tecido procedente da Holanda, acoplado a uma base de papel, com uma textura linho. A principal diferença do Saphir para o Frankônia é a trama do tecido que se apresenta um pouco mais larga e a variedade de cores.	Encadernações, revestimentos externos de embalagens, caixas, pastas, álbuns e estojos.	-
Linho (100%)	Tecido forte, durável e flexível; possui baixa elasticidade; resistência a tração, desgaste e abrasão; termo-regulável, antibacteriano e antifúngica. Possui proteção contra radiação UV, altamente absorvente, suporta pintura quando molhado, seca	Revestimento e embalagens.	-

	rapidamente, 100% biodegradável e não deixa resíduos.		
Cânhamo	Tecido resistente à radiação ultravioleta (UV), excelente isolante e possui maior durabilidade. O tecido do cânhamo é muito produzido na Itália e na China, sendo os dois os maiores produtores no mundo todo.	Revestimento	-
Algodão (100%)	Tecido resistente, isolante térmico, de fácil manuseio e hidrofílico, ou seja, possui excelente capacidade de absorção. Pode ser tingido facilmente e possui secagem rápida.	Revestimento e cadarços.	-

Fonte: elaborado pelo autor, adaptado de Brito (2010, p. 4-10). Obs: a autora descreve os materiais recomendados para o acondicionamento em forma de texto corrido e não em tabela.(2019).

Contudo, a metodologia do acondicionamento de documentos não se limita ao uso de materiais apropriados para a conservação, com base nas especificações descritas acima. Sua utilização pode ser pensada dentro de um programa de manutenção de acervos. Garlick (2001), ao discutir sobre a aplicação do programa, apresenta, inicialmente, argumentos que consideramos apropriados para os objetivos desta pesquisa, na medida em que a proposta apresentada pela autora se caracteriza pela noção de abrangência:

[...] Devemos abandonar a abordagem convencional voltada para as necessidades dos registros em uma base individual ou aleatória – uma abordagem que coloca a maioria de nossos acervos em risco. Ao invés disso devemos planejar e desenvolver programas sistemáticos que reduzam a vulnerabilidade dos registros e melhorem as condições dos acervos de acordo com a política institucional. (GARLICK, 2001, p. 21).

Na sua proposta sobre manutenção de acervos, Garlick (2001, p. 21) explica que um programa de manutenção de acervos “[...] é um desdobramento da diretriz de preservação que visa fazer o melhor para o maior número de registros [...]”. Dentro desse programa de manutenção, a autora inclui o acondicionamento dos documentos: “em um programa de manutenção, um conjunto de procedimentos simples e básicos é executado em grupos selecionados de registro para assegurar que estão adequadamente acondicionados” (GARLICK, 2001, p. 21). Possibilitando atenção a todo o acervo e contribuindo para sua durabilidade.

Ao mencionar que a manutenção de acervos seria um desdobramento de uma diretriz, Garlick (2001) suscita uma discussão que compreendemos ser oportuna neste capítulo. A palavra diretriz tem um significado de orientar um projeto. Já a palavra manutenção pode significar o ato de conservar ou fazer durar algo em bom estado de conservação, conforme

pesquisa no dicionário¹³. Esse esclarecimento se torna útil quando procuramos compreender as finalidades de uma diretriz ou de um programa de manutenção, cujo objetivo é a preservação de um acervo arquivístico.

Uma diretriz tem como objetivo oferecer normas, instruções, direcionamento e também indicar procedimentos que podem ser utilizados para criação de um programa, conforme explica Karina Praxedes Veras (2015), na sua dissertação de mestrado, que resultou na produção de uma diretriz para um programa de preservação e de gestão de documentos arquivísticos nas organizações militares do comando da aeronáutica: “[...] o instrumento ora apresentado não deve ser encarado como a conclusão de um Programa, mas sim, de indicações específicas sobre preservação e gestão de documentos que poderão servir de orientação para consubstanciar o programa propriamente dito.” (VERAS, 2015, p. 75).

Já a manutenção de acervos seria caracterizada por um conjunto de atividades básicas e primordiais, que contribuem para a preservação. Na perspectiva de Garlick (2001), a manutenção de acervos oferece vantagens, quando comparadas com a realidade de algumas instituições:

Um programa de manutenção de acervos pode ser criado e implementado para qualquer tamanho ou tipo de arquivos, independente da presença de profissionais em preservação na equipe. Os procedimentos (que incluem a renovação de caixas e pastas, removendo, assegurando que os documentos estejam alinhados e acondicionados apropriadamente) podem ser executados por arquivistas, tornando possível a uma instituição sem equipe de preservação ter um programa eficaz e permitindo que a organizações com o pessoal treinado utilizem a competência dos profissionais disponíveis no trabalho especializado. (GARLICK, 2001, p. 22).

Mesmo identificando que um programa de manutenção esteja fundamentado nas atividades operacionais, Garlick (2001) explica que sua implementação em uma instituição exige um planejamento, que é dividido em três fases. Na primeira fase, devem ser reunidas informações sobre a instituição e devem estar relacionadas a soluções adequadas de acondicionamento que atendam a instituição de maneira prática:

[...] as informações devem ser buscadas através de abordagens ideais e pragmáticas de acondicionamento de registros arquivísticos, de modo que exista uma base sólida sobre a qual possa ser construído um programa que seja prático, adaptado aos limites da instituição e que expresse uma perspectiva de preservação [...]. (GARLICK, 2001, p. 23).

¹³ Dicionário Michaelis

A segunda fase do planejamento proposto por Garlick (2001) envolve a formulação de políticas e procedimentos. O estabelecimento de uma política que, além de definir os aspectos administrativos, permite estabelecer se o plano de manutenção será direcionado apenas para as questões referentes ao acondicionamento.

Já a fase de selecionar e organizar projetos é descrita pela autora como a mais extensa e está subdividida em quatro etapas: 1. Identificação dos grupos de registros que requerem prioridades; 2. Definição das necessidades de manutenção para estes grupos de documentos, começando pelo grupo com maior prioridade; 3. Seleção dos procedimentos de manutenção a serem executados para cada grupo de registros; 4. Estimativas de custos e previsão de tempo de execução para cada projeto de manutenção. (GARLICK, 2001, p. 24).

O grande volume de documentos nos arquivos também oferece dificuldades para o programa de manutenção de acervos. A autora apresenta uma perspectiva de que o acondicionamento estaria inserido dentro de um programa de manutenção. Não fazendo parte, por exemplo, de um programa de conservação preventiva e nem considerando como atividade que possa ser estabelecida como prioritária dentro de um projeto de preservação de um acervo.

Um programa de manutenção de acervos utiliza uma série de procedimentos de preservação básicos e simples, a fim de aperfeiçoar o acondicionamento e o ambiente de armazenagem de registros arquivísticos em um [a] ampla base institucional, visando ainda, durante o processo, deferir ou eliminar a necessidade de uma atenção específica de conservação (GARLICK, 2001, p. 21).

As justificativas para considerar o acondicionamento como parte de um programa de manutenção de acervos são detalhadas por Garlick (2001). A autora explica que, devido ao grande volume e, também, às diversas espécies, de natureza distinta, de documentos existentes nos arquivos, esses tendem a se deteriorar com o tempo. E isso faz com que a “preservação seja imperativa.

Da mesma forma, conforme já explicado em outro parágrafo, a palavra manutenção remete a uma noção de preservação. Com isso, podemos concluir que, por ser um texto traduzido, não podemos afirmar se o termo foi empregado de forma indevida ao ser traduzido, ou se a autora o utilizou como sinônimo de conservação¹⁴.

A autora recomenda que a primeira etapa da terceira fase do planejamento seja concentrada em partes do acervo em que os problemas relacionados ao acondicionamento

¹⁴ A pesquisa não teve acesso à versão original, em inglês, do texto.

estão mais visíveis. E, dentro desse recorte, devem ser retiradas as informações que vão fundamentar a manutenção do acervo:

A principal dificuldade em se tomar esta decisão está no fato de que o tamanho dos acervos arquivísticos geralmente impede uma avaliação abrangente e global, por parte da instituição, para determinar onde existem problemas relacionados a acondicionamento e, também, onde eles são muito urgentes. Por esta razão, os planejadores devem concentrar sua atenção em uma parte do acervo e examiná-la usando um método que proporcione informações necessárias, de maneira rápida e confiável. (GARLICK, 2001, p. 25).

5.2 Conservação preventiva: acondicionamento de fotografias

Presente em muitos acervos, as fotografias, enquanto documento arquivístico, têm a mesma função que é identificada em documentos de suporte mais tradicionais, como o papel: ser a representação de ação; fonte de prova e de memória e, também, de pesquisa.

Os documentos fotográficos em arquivos podem ser organizados em formato de álbuns, representando um assunto específico, como por exemplo, fotografias referentes a uma festividade. Podem ser arquivados de maneira avulsa. E também podem estar inseridas em processos de trabalho executados pela instituição, como, por exemplo, um relatório de obra desenvolvido por um setor de engenharia, que pode incluir fotografias que ilustram possíveis danos ou modificações em uma construção.

Devido à característica física da fotografia, muitas instituições, quando implementam políticas ou diretrizes de preservação para documentos, acabam estabelecendo critérios de conservação, que incluem armazená-las em lugares mais apropriados, com controle da temperatura. Nessa perspectiva, a preocupação das instituições em conservar os documentos fotográficos utilizando determinadas estratégias pode levantar questões que ultrapassam a discussão sobre o método mais adequado para a conservação e implicar em questões relacionadas com a preservação.

Em uma perspectiva arquivística, as estratégias de conservação de documentos fotográficos devem ser realizadas, atentando para alguns princípios que, se não observados, podem gerar discordância, conforme demonstrou a pesquisa de Luane de Almeida Nascimento (2012):

Conforme citado na introdução desta dissertação, as primeiras reflexões tiveram origem quando observado o tipo de tratamento dispensado aos documentos fotográficos no interior dos arquivos. Observamos que, embora estes fossem produzidos e acumulados no decorrer das atividades de um determinado organismo, recebiam tratamentos relacionados à organização diferenciado dos demais

documentos; eram desmembrados de seu local de origem e dos demais documentos relacionados a ele e compunham álbuns, ou seja, eram reunidos artificialmente sem que as características orgânicas fossem consideradas. (NASCIMENTO, 2012, p. 73).

A percepção de Nascimento (2012) sobre o tratamento diferenciado dado às fotografias resultou na sua pesquisa, que investigou a preservação da organicidade na arquivologia. A organicidade, de acordo com Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivísticas (2005, p. 127), é a “relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade produtora”.

Esse princípio, considerado fundamental na arquivologia, é determinante para caracterizar as diferenças entre arquivos e bibliotecas, conforme demonstrado no capítulo 4, que teve como base teórica Schellenberg (2006), que explica a finalidade desse princípio, considerando-o fundamental para que os arquivos tenham valor de prova. E também pode ser determinante para a preservação de documentos arquivísticos, se considerarmos a perspectiva de Cloonam (2016), também já discutida no mesmo capítulo, sobre as peculiaridades na preservação de documentos, comparadas com os museus e as bibliotecas.

Com base nessa perspectiva é que talvez seja possível compreender a inquietação de Nascimento (2012), que resultou na sua pesquisa. As estratégias de conservação de documentos, dentro de uma perspectiva arquivística, deve ser realizada, preferencialmente, respeitando alguns princípios, que podem evitar a criação de subprodutos ou sub-arquivos, conforme explica a própria pesquisadora, citando como exemplo as suas experiências e observação profissionais em uma instituição, ao preservar os documentos fotográficos:

Consideramos também que as características de fragilidade quanto ao acondicionamento e manuseio do suporte demandavam ações preservacionistas específicas para sua proteção, que, segundo inferência nossa, ocasionou a organização “segundo o suporte” e a formação de coleções artificiais no interior do arquivo. (NASCIMENTO, 2012, p. 73).

Ao mesmo tempo em que a preocupação em preservar as fotografias ocasionou na criação de uma espécie de subarquivo, a mesma observou uma dificuldade, por parte da Arquivologia, no gerenciamento de documentos produzidos em outros tipos de suportes: “Diante de tal cenário, ficou claro que (1) (sic) é facilmente perceptível a dificuldade com que a teoria arquivística lida com os suportes considerados especiais”. (NASCIMENTO, 2012, p. 73).

Ainda que as tentativas de preservação das fotografias em arquivos possam ocasionar desdobramentos que descaracterizam a relação das mesmas em um conjunto documental, as

questões relacionadas à sua conservação também estão associadas à natureza desse tipo de documento, quando analisada a perspectiva de Mosciaro (2000) sobre a importância dos diagnósticos de conservação em coleções fotográficas.

Para a autora, a conservação das fotografias ultrapassa as questões referentes à guarda em ambientes apropriados. A preocupação em preservar pode esconder, também, questões fundamentais que ultrapassam a importância histórica, impossibilitando o uso e, também, as formas inadequadas de tratamentos.

Mesmo estando as fotografias segregadas em benefício de sua integridade material, observa-se que o entendimento do conteúdo das imagens e de sua importância histórica, documental e estética é, em geral, muito maior que a compreensão do objeto físico em si. Essa lacuna em termos de conhecimento tem reflexos diretos sobre a coleção. Pode levar à má gestão seja por inércia e abandono ou pela adoção de ações custosas e inúteis ou prejudiciais aos objetos fotográficos, perdem-se também oportunidades para a inclusão das coleções fotográficas em projetos de captação de verbas externas ou aproveitamento dos recursos da própria instituição. Não são aceitáveis atualmente propostas de tratamento fundamentadas em observações vagas, que indicam boa intenção, mas domínio limitado do objeto a ser tratado. (MOSCIARO, 2009, p. 9).

A atenção de Mosciaro (2009) quanto ao tratamento adequado às fotografias se sustenta na medida em que existem diversos tipos de fotografias ou processos fotográficos que foram e são desenvolvidos durante décadas. “Diferentes tipos de processos fotográficos foram introduzidos, floresceram e desapareceram no curto período de 150 anos da história desta tecnologia de produção de Imagens” (MUSTARDO; KENNEDY, 2001, p. 7). Existem diversos processos fotográficos, como a albumina, as fotografias à base de gelatina, os negativos, os negativos em vidros e atualmente a fotografia digital. Considerando as diversas formas de fabricação de fotografias, Mosciaro questiona: “serão as necessidades desses materiais as mesmas em termos de conservação?” (MOSCIARO, 2009, p. 10).

Assim como os documentos em suporte papel, alguns fatores podem contribuir para o processo de deterioração das fotografias que incluem: “áreas de armazenamento inadequadas; materiais de acondicionamento de baixa qualidade; práticas de manuseio inapropriadas; ataques biológicos; falhas de processamento; características intrínsecas [...]” (MUSTARDO; KENNEDY, 2001, p. 8).

A atenção quanto aos fatores que contribuem para a deterioração das fotografias ficam mais claras quando se analisa a importância do armazenamento. Assim como nos documentos em suporte papel, o controle das oscilações de temperatura pode evitar a reação de alguns processos químicos nas fotografias. As atenções quanto às oscilações se tornam importantes,

principalmente, pela ação da umidade relativa, que quando não controlada pode ocasionar danos irreparáveis:

Os níveis da umidade relativa dentro dos ambientes de armazenamento são importantes, pois a presença de água é necessária para que ocorra a maioria das reações químicas que causam a deterioração dos materiais fotográficos. Altos níveis de UR geralmente estimulam reações químicas prejudiciais, especialmente quando se trata de materiais fotográficos. Acima de 60%, aumenta a probabilidade da germinação de esporos e de fungos. (MUSTARDO; KENNEDY, 2001, p. 08).

A mesma atenção deve ser dada para o acondicionamento das fotografias que exigem materiais adequados. Entretanto, o processo de acondicionamento deve ser aplicado considerando a característica da fotografia. Os materiais à base de papel, para acondicionamento, devem ser neutros ou com reserva alcalina, a depender do processo fotográfico. Outra opção que os autores apresentam é o uso de plástico de qualidade, como o poliéster, polipropileno e polietileno, que apresentam vantagens, permitindo a visualização e o uso sem contato direto. “Alguns conservadores ou responsáveis por coleções usam indistintamente papéis com reserva de alcalina, enquanto outros, sensatamente, preferem uma combinação de papéis de invólucros dependendo do processo a ser protegido”. (MUSTARDO; KENNEDY, 2001, p. 14).

Portanto, identificado que o processo de acondicionamento de fotografias exige um diagnóstico que identifique a natureza do processo de fabricação, a perspectiva de Jayme Spinelli Junior (1997) sobre a política de conservação e acondicionamento de fotografias da Biblioteca Nacional oferece subsídios, que entendemos serem complementares à bibliografia já pesquisada.

O projeto de preservação de fotografias da Biblioteca Nacional – PROFOTO - foi criado na década de 1980 e abrangia diversas atividades de conservação, incluindo o acondicionamento.

Ao explicar as etapas do processo de tratamento das fotografias na instituição, o autor descreve que a metodologia de conservação das imagens foi constituída pelo diagnóstico do estado de conservação: “a necessidade do preenchimento dessa ficha diagnóstico deve-se, ainda, ao fato da mesma possibilitar a união dos dados técnicos vitais a uma futura intervenção em maior profundidade” (SPINELLI JUNIOR, 1997, p. 62).

Spinelli Junior (1997), ao explicar sobre o sistema de acondicionamento das fotografias, descreve que o sistema deve unificar “qualidade e versatilidade”, compreendendo

os espaços disponíveis, que incluem o mobiliário e, também, o uso de materiais adequados para o condicionamento.

Ao detalhar o sistema de condicionamento para fotografias, o autor explica que esse procedimento tem o objetivo de proteção, subdividido em vários níveis, que são o mínimo de dois e o máximo de quatro. Em seguida, ele explica a importância desses níveis de proteção:

Os níveis de proteção funcionam como barreiras não só para a luz e o ar poluído (poeira, enxofre, etc), mas também para as oscilações da temperatura e umidade relativa do ar, que acontecem diariamente na área de guarda – que lamentavelmente é o mesmo espaço utilizado para as atividades de tratamento técnico e de atendimento aos pesquisadores – essas características climáticas não são decorrentes, apenas, das oscilações externas mas principalmente do “liga-desliga” dos aparelhos de ar condicionado e da permanência de pessoas na área de armazenamento. Assim, é o condicionamento que assegura estabilização – fator primordial na preservação do acervo. Ademais, o condicionamento individual protege os documentos do contato manual direto, da abrasão e da contaminação oriunda dos cartões suportes, entre outros aspectos. (SPINELLI JUNIOR, 1997, p. 67).

Somado aos benefícios que o condicionamento pode proporcionar para a conservação dos acervos, Spinelli Junior (1997) acrescenta que essa sistemática deva ser realizada entre o conservador e o responsável pela guarda, na medida em que ambos, dentro das suas habilidades e conhecimentos, podem possuir informações que contribuam para a implementação do sistema: “enquanto o primeiro [conservador] pode determinar as ações de condicionamento, inclusive a necessidade de intervenção futura em maior profundidade, o segundo deve saber mais acerca do valor intrínseco e extrínseco da peça, além de prever as necessidades futuras do mesmo” (SPINELLI JUNIOR, 1997, p. 72).

A revisão da bibliografia sobre o tema condicionamento de documentos demonstrou diversas questões referentes ao uso dessa metodologia, como, por exemplo, a importância da escolha de materiais apropriados para cada tipo de documento, sobretudo nas fotografias que, dependendo do processo fotográfico, podem exigir a utilização de materiais que não contribuam para aceleração do processo de deterioração. Além disso, o trabalho de revisão demonstrou a importância da eliminação de agentes que contribuam para esse processo. E que, portanto, o condicionamento adequado exige trabalhos precedentes de identificação e higienização. Além dos exemplos citados, o condicionamento de documentos também é preconizado por uma sistemática de níveis de proteção, na qual se recomendam um mínimo de dois níveis, com objetivo de proteger os documentos contra a ação de alguns agentes presentes no ambiente, como a poeira, oscilações de temperatura e umidade.

Nesse sentido, como o objetivo desse produto técnico é a elaboração de plano de preservação para o arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, a pesquisa sobre o tema acondicionamento não se limitou à revisão da bibliografia. Como parte da metodologia adotada, optou-se pelo trabalho de campo, que resultou na visita técnica em instituições responsáveis por administrar e preservar acervos documentais e bibliográficos. As instituições visitadas foram a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional. Ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Ao explicar sobre o uso da metodologia de estudo de campo, Gil (2008, P. 57) descreve que “o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que interrogação”. Um dos objetivos das visitas técnicas foi identificar como as instituições desenvolvem as suas metodologias para o acondicionamento dos documentos.

A visita técnica na Biblioteca Nacional, que é responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do país¹⁵, possibilitou compreender, de maneira prática, as questões observadas na bibliografia - e discutidas nesse capítulo - sobre a importância da identificação dos processos fotográficos existentes em um arquivo. E que, dessa forma, possibilite o acondicionamento apropriado para esses documentos.

Da mesma forma, também foi possível verificar a finalidade dos níveis de acondicionamento explicado por Spinelli Junior (1997) e, também, as dificuldades operacionais que esse sistema pode ocasionar, por exemplo, em uma instituição que usa e disponibiliza seus documentos frequentemente, conforme observou Howes (2014). De acordo com o autor “o acondicionamento não é apropriado para uma instituição de grande movimento, em que os documentos são emprestados, nem para estantes de livre acesso.” (HOWES, 2014, p. 70).

Em paralelo, as constatações e observações obtidas durante a visita à Biblioteca Nacional, o mesmo pode ser verificado quanto às atividades de higienização, que devem ser precedidas pelo acondicionamento, conforme observado na visita ao Arquivo Nacional, que é a instituição responsável pela guarda e preservação e, também, disponibilização aos cidadãos dos documentos produzidos pela administração pública federal¹⁶.

A visita realizada ao setor responsável pela gestão do depósito da instituição esclareceu, não somente a importância da atividade de higienização, mas também do controle

¹⁵ Disponível em: : <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/apresentacao>. Acesso em: fev. 2020.

¹⁶ Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/perguntas-frequentes>. Acesso em: fev. 2020.

do clima, conforme já discutido nesse capítulo, além do trabalho rotineiro de vistoria, que visa verificar possíveis infestações e danos no acervo.

As visitas técnicas, assim como os treinamentos e as explicações gerenciais e operacionais dos respectivos profissionais das instituições sobre o acondicionamento de documentos, demonstraram um alinhamento da teoria com a prática. O que possibilitou a confirmação de uma possível relevância que essa pesquisa pode obter ao desenvolver o produto técnico científico.

6 O DIAGNÓSTICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PRESERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Uma das características dos materiais constituintes de arquivos, bibliotecas e museus é a vulnerabilidade em se deteriorar. Em materiais cujo suporte da informação é o papel, a tendência em se deteriorar está na própria natureza do suporte e, também, no ambiente onde estão armazenados esses materiais, conforme discussão apresentada no capítulo 5.

Associada às dificuldades supracitadas, contribuem, também, a realidade de muitas instituições, que nem sempre dispõem de equipes técnicas habilitadas, nem de espaços adequados e laboratórios equipados com os instrumentos e materiais necessários para a aplicação das estratégias de conservação.

Essa dificuldade pode ser acrescida de mais complexidade, quando analisamos a perspectiva dos arquivos que têm como característica a acumulação de muitos documentos, que podem ser mensurados em vários metros lineares e podem obstar a implementação de estratégia de conservação que abarque todo o acervo.

Mesmo diante das dificuldades expostas, a preocupação em preservar os documentos pode ser compreendida quando é considerada a sua importância para a memória dos povos, utilizando, mais uma vez, como exemplo de síntese dessa preocupação, o programa Memória do Mundo, da Unesco.

Porém, entendemos que essa importância não deve ser limitada nos campos das ideais e que, mediante isso, se deve procurar, dentro das possibilidades possíveis, identificar quais soluções práticas podem ser aplicadas e que, conseqüentemente, permitam a preservação, possibilitando o acesso. Entretanto, as possíveis soluções devem ser precedidas por informações que possam subsidiar e justificar a escolha de determinada solução. E, nesse sentido, a própria Unesco, na década de 1980, deixou registrado quais caminhos podem ser utilizados para que de fato o objetivo em preservar seja alcançado:

Para iniciar un programa de conservación en una biblioteca o archivo hace falta en primer término poseer información fidedigna sobre el estado de los libros y documentos presentes. También es esencial cuando se detectan perjuicios el identificar por qué ocurrieron. Tal como se ha mencionado en el primer capítulo pueden existir varios factores simultáneos que contribuyen al deterioro de los documentos; lo que se precisa entonces es un método sistemático para observar y registrar el estado de las colecciones y el medio ambiente en el que se hallan. Únicamente de esta manera puede obtenerse en un establecimiento determinado un volumen de información concreta suficiente como para sacar conclusiones y entablar una acción para rectificar fallas futuras. Otros métodos para estudios de conservación fueron empleados con éxito. (CUNHA, 1988, p. 10).

Para iniciar um programa de conservação em uma biblioteca ou arquivo, é necessário, primeiro, obter informações confiáveis sobre o estado dos livros e documentos presentes. Também é essencial, quando se detectam prejuízos, identificar por que eles ocorreram. Como mencionado no primeiro capítulo, podem haver vários fatores simultâneos que contribuem para a deterioração dos documentos, sendo necessário um método sistemático para observar e registrar o estado das coleções e o ambiente em que elas estão. Somente dessa maneira é possível obter um volume suficiente de informações em um determinado estabelecimento para tirar conclusões e tomar medidas para corrigir falhas futuras. (CUNHA, 1988, p. 10, tradução nossa).

Considerando os critérios apresentados por Cunha (1988), um programa de conservação de documentos deve incluir, preliminarmente, informações sobre o estado de conservação dos documentos e, também, uma investigação sobre as causas dos danos encontrados no documento. Uma ferramenta que pode contribuir para identificar o estado de conservação dos documentos é o diagnóstico, que pode fornecer algumas vantagens como descreve o IBRAM (2014).

O diagnóstico de coleções pode fornecer dados quantitativos sobre características do acervo, além de indicar problemas e necessidades de preservação. Por meio dessas informações, é possível, por exemplo, conhecer e avaliar a extensão e a gravidade de determinados danos e ainda detectar os fatores que os causaram, conduzindo ao mapeamento de importantes riscos. São dez os riscos que interferem nas condições de conservação e segurança: temperatura e umidade relativa incorretas, radiações luminosas, poluentes, pragas, fogo, água, forças físicas, atos criminosos e dissociação. (IBRAM, 2014, p. 22).

Historicamente, o IBRAM (2014) também explica que, a partir de 1970, os pesquisadores das universidades chegaram à conclusão de que os documentos e livros acumulados em arquivos, bibliotecas e museus estavam se deteriorando, devido às características do papel utilizado para a fabricação e fixação das informações dos mesmos.

Ainda de acordo com IBRAM (2014), um diagnóstico realizado pelas universidades americanas em algumas instituições de memória do país possibilitou reunir informações sobre o estado de conservação das coleções. O diagnóstico realizado possibilitou identificar que estava ocorrendo uma grande perda de informações nas instituições. E, a partir dessa constatação, foi possível apresentar caminhos, que resultaram na preservação de parte das coleções avaliadas: “Tais argumentos culminaram em projetos, que conseguiram angariar somas de recursos para a reformatação das coleções” (IBRAM, 2014, p. 15).

Além da utilização da estratégia da reformatação ter possibilitado a disseminação de informação e de conhecimento, o IBRAM (2014), nesse mesmo contexto, explica que o

resultado mais importante foi na mudança do processo de fabricação do suporte utilizado para a produção de livros e documentos:

[...] o resultado de maior impacto foi que, a partir da década de 1980, os livros e documentos passaram a ser produzidos com papéis de melhor qualidade, livres de ácidos e com requisitos que assegurassem maior durabilidade aos documentos. (IBRAM, 2014, p. 15).

Se por um lado o conhecimento científico tem contribuído para a durabilidade dos documentos em suporte papel, produzidos recentemente, os esforços em conservar o que já foi produzido e acumulado em arquivos se desdobram, na medida em que documentos de arquivos não se limitam aos produzidos em suporte papel.

As fotografias, como descritas no capítulo 5, dedicado ao acondicionamento, são peculiares devido aos diversos processos de fabricação, que incluem negativos e positivos em vidro, entre outros. E, nesse sentido, a perspectiva de Mosciaro (2009) sobre o diagnóstico de conservação compreende alguns esclarecimentos e aspectos, como por exemplo, a distinção entre o diagnóstico de conservação e o trabalho de descrição: “a apreciação intelectual e estética da imagem fotográfica é uma atividade diversa daquela realizada por quem irá planejar as estratégias para permanência da imagem” (MOSCIARO, 2009, p. 12).

Para o diagnóstico de conservação das fotografias é importante o domínio do vocabulário na identificação dos processos, formatos e danos na fotografia. Esse domínio contribui para a eficiência do diagnóstico. De acordo com a autora: “O diagnóstico de conservação deve ser realizado de forma contínua, rápida e objetiva” (MOSCIARO, 2009, p. 12).

Uma das formas de realização do diagnóstico é por meio de elaboração de fichas contendo campos a serem preenchidos. Para a elaboração dessas, a autora relata a importância de a instituição elaborar fichas específicas, que compreendam as demandas da instituição:

Não é recomendável utilizar integralmente uma ficha-diagnóstico padrão, adotado por outra instituição, se o acervo a ser examinado difere, por exemplo, em período e conteúdo. Se a coleção em questão foi produzida exclusivamente na segunda metade do século XX não é prático ter uma ficha repleta de campos com processos fotográficos do século XIX. (MOSCIARO, 2009, p. 12).

No entanto, Mosciaro (2009) considera que alguns elementos devem ser fundamentais em qualquer ficha de diagnóstico de conservação de fotografias, como:

- Identificação do objeto: nº de identificação, localização, nº de base de dados
- Material constituinte – processo fotográfico ou suporte do negativo

- Dimensões
- Danos observados
- Acondicionamento atual

Quando analisamos a finalidade do diagnóstico de conservação para os museus, sobre a ótica de Luiz Antônio Souza *et al* (2008), verifica-se que seus objetivos transcendem ao cuidado com o objeto, ampliando os seus espectros.

A visão mais abrangente do diagnóstico, para os autores, compreende a avaliação do ambiente, que eles entendem ser subdividido: “o ambiente físico é constituído pelas efetivas condições nas quais as coleções são guardadas, expostas e utilizadas. O ambiente organizacional inclui a missão, funções, recursos e atividades institucionais do museu” (SOUZA *et al*, 2008, p. 5). Dessa forma, para os autores, a percepção de um diagnóstico mais ampliado para os museus visa encontrar soluções para os fatores que contribuem para a deterioração dos acervos:

O objetivo dessa abordagem é o desenvolvimento de soluções apropriadas e sustentáveis para problemas criados pelo meio ambiente que afetam as coleções. A sustentabilidade das soluções propostas para a melhoria das condições ambientais das coleções dependerá, em grande parte, da adoção de boas práticas de administração que levem em consideração as coleções, o edifício, as políticas organizacionais e as atividades do museu. (SOUZA *ET AL*, 2008, P. 05).

Um diagnóstico de arquivo abrange outros objetivos, além do estado de conservação do documento. Essa ótica arquivística sobre o diagnóstico, para Adriane da Silva Gadelha (2017, p. 397), tem relação direta com a gestão de documentos, que pode fornecer indícios de ineficiência do funcionamento de um arquivo: “o conceito de diagnóstico está intimamente relacionado com a prática de gestão de documentos. As razões que impedem o funcionamento eficiente do arquivo são apontadas pelo diagnóstico [...]”.

Para a autora, o diagnóstico de arquivo deve identificar no acervo os aspectos que são “volume, gênero, natureza dos documentos, suporte, espécie, tipologia, nível de conservação e período cronológico” (GADELHA, 2017, p. 398). E, também, aspectos referentes ao estado de conservação que são “acondicionamento e armazenamento; condições ambientais de guarda” (LOPES, 2013 apud GADELHA, 2017, p. 410).

Mesmo não existindo um padrão para a realização de um diagnóstico de conservação, compreende-se o mesmo como uma ferramenta metodológica e, mediante a isso, ela deve ser uma facilitadora para o objetivo almejado, fornecendo informações em que seja possível

identificar as características, o estado de conservação dos documentos e o seu ambiente, assegurando a criação de uma estratégia de conservação.

6.1 O diagnóstico de conservação no arquivo da Instituição

O processo de diagnóstico de conservação no arquivo da Irmandade do Santíssimo da Candelária foi realizado utilizando fichas elaboradas especificamente para este processo. A pesquisa bibliográfica sobre o tema demonstrou que não existe um modelo a ser aplicado.

Contudo, ciente dos esforços e das pesquisas desenvolvidas por órgãos internacionais, com o objetivo de contribuir para os problemas de conservação, foi utilizada, inicialmente, como modelo de diagnóstico, a metodologia do RE-ORG elaborado pelo ICCROM e pelo Instituto Canadense de Conservação (CCI). O questionário elaborado com sistema de perguntas e respostas pré-estabelecidas, com uma escala de numeração, oferece, de acordo com a pontuação adquirida, após os somatórios das respostas, referenciais que atualizam sobre o estado de conservação das coleções, demonstrando, por meio da escala de pontuação, qual o grau de conservação do acervo.

Entretanto, como o próprio manual da metodologia explica “O método RE-ORG funciona como um guia passo-a-passo de todo o processo de planejamento e implementação de um projeto de reorganização da sua reserva técnica” (ICCROM, 2018, p. 5). A finalidade dessa metodologia está mais associada à reorganização de reservas técnicas de museus e não, necessariamente, aos arquivos e bibliotecas.

A aplicação dessa metodologia, mesmo sendo mais eficiente, não respondeu às expectativas dessa pesquisa, na medida em que muitas perguntas do questionário do RE-ORG estão direcionadas para questões típicas de museu, como o espaço para locomoção de peças de grandes tamanhos ou se existe controle de identificação das peças na reserva técnica.

Como o objetivo do diagnóstico no arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária seria verificar qual o estado de conservação dos documentos e, também, suas formas de acondicionamento, buscou-se referência no manual do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, publicado em 2014. O Manual não apresenta um modelo de ficha, mas as etapas que devem constituir o diagnóstico de conservação.

Outras fontes de informações que contribuíram para a elaboração das fichas de diagnósticos foram a bibliografia pesquisada sobre o tema acondicionamento e, também, as informações coletadas nas visitas técnicas em instituições responsáveis pela preservação da

documentação e da memória no Brasil: o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. Em síntese, podemos concluir que todo o trabalho de pesquisa desenvolvido para esse produto técnico-científico, que visa se configurar em um conjunto de melhorias para o arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, foi fundamental para a elaboração das fichas de diagnósticos.

Considerando a características do arquivo da instituição pesquisada, que é descentralizado e têm aproximadamente 800 metros lineares, o diagnóstico foi realizado em um dos edifícios onde está parte do arquivo da instituição, por meio de amostragem.

Nesse sentido, entendemos que os resultados obtidos pela aplicação do diagnóstico podem contribuir, de maneira geral, para a elaboração do plano de manutenção de preservação do arquivo da Irmandade da Candelária.

O diagnóstico de conservação foi realizado por etapas e utilizou como suporte as informações provenientes do tratamento da gestão do arquivo da instituição, que classifica os documentos, permitindo a sua localização de forma eficiente. O processo de tratamento também auxiliou na identificação das espécies documentais existentes no arquivo. Com base nessas informações e na bibliografia pesquisada foram desenvolvidas três fichas de diagnóstico.

A primeira ficha contém informações sobre a instituição e aborda alguns aspectos referentes à política de preservação. A segunda ficha foi elaborada para obter informações sobre o edifício onde se encontra o arquivo, como algumas de suas características e também informações sobre o controle no espaço onde se encontram arquivado os documentos. Por exemplo, se o acesso é restrito apenas aos funcionários responsáveis pelo setor, bem como informações sobre possíveis fatores no ambiente que podem contribuir de forma negativa para a conservação dos documentos.

As fichas-diagnóstico sobre os documentos foram elaboradas partindo da identificação dos gêneros documentais. A escolha pelo termo gênero foi considerada como apropriada após as visitas técnicas às instituições e, também, na bibliografia pesquisada, principalmente, quando se objetiva conservar processos fotográficos. Para auxiliar nesta etapa de pesquisa por gêneros e espécies documentais, foi utilizado como referência o Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística publicado pelo Arquivo Nacional (2005).

Identificados os gêneros e espécies documentais, fez-se o diagnóstico nos documentos por meio de uma amostragem. A ferramenta de gestão e de descrição de documentos utilizada no arquivo da instituição permitiu, por exemplo, identificar que no espaço selecionado para

realizar o diagnóstico existem muitas fotografias armazenadas em álbuns fotográficos (aproximadamente 44). Desse total mapeado, foram selecionados 8 álbuns para serem diagnosticados.

Nessas fichas, foram criados campos com informações sobre os níveis de acondicionamento dos documentos. Essas informações são consideradas fundamentais, tendo em vista que a proposta de melhorias visa apresentar uma metodologia adequada para acondicionar os documentos. Alguns exemplos de fichas-diagnóstico preenchidas poderão ser analisadas nos anexos desta pesquisa (apêndice A – G).

6.2 Relatório do diagnóstico

O diagnóstico realizado no Arquivo F. B. Marques Pinheiro demonstrou que o acervo encontra alguns obstáculos no que se refere à conservação dos documentos.

Nos quesitos referentes à política, verificou-se que a instituição não possui documentos normativos referentes à preservação dos seus acervos, que, além do arquivo, inclui uma biblioteca e um museu. Da mesma forma, a instituição não possui um espaço (laboratório) para a realização dos procedimentos de conservação e restauração.

O arquivo da instituição é descentralizado e está em diferentes espaços, em edifícios distintos. (Quadro 4).

Quadro 4 – Mensuração do Arquivo F.B. Marques Pinheiro

Local A:	247 metros lineares (aproximadamente)
Local B:	120 metros lineares (aproximadamente)
Local C:	433 metros lineares (aproximadamente)
Total:	800 metros lineares (aproximadamente)

Fonte: o autor (2020)

Parte do arquivo diagnosticado (local A) encontra-se no segundo pavimento de um edifício. Contudo, a localização física do arquivo permitiu identificar que o mesmo se encontra vulnerável a determinados agentes de degradação.

Essa vulnerabilidade fica comprometida quando se observa que o prédio onde está o arquivo é tombado e, portanto, qualquer adequação do ambiente para a preservação dos

documentos está atrelada à autorização e fiscalização de órgãos competentes sobre tombamento.

Localizado nas extremidades do edifício e em corredores que tem uma área aproximada de 60 metros quadrados, os aproximados 247 metros lineares de documentos no arquivo da instituição, que foi selecionado para o diagnóstico, estão muito próximos de áreas de grande movimentação de veículos.

Os espaços onde estão os arquivos são constituídos por janelas de madeira e por grades de ferro, que não estão cobertas e nem sempre ficam trancadas, permitindo a entrada de alguns agentes que podem contribuir para a degradação do acervo, como poluentes e insetos. Neste espaço, não existe a instalação de aparelhos de controle de temperatura e umidade.

Entretanto, verificou-se que os documentos do arquivo estão armazenados em armários de metal com portas, constituídos por prateleiras, medindo dois metros de altura, por um metro e vinte centímetros de largura e quarenta e cinco centímetros de profundidade, o que pode ser considerado como uma barreira de proteção. Todavia, o diagnóstico demonstrou que o arquivo teve problemas referentes à infestação por insetos. E que a medida referente à abertura das janelas nos espaços precisa ser revista. Nos quadros 5 e 6 estão descritos os gêneros e espécies documentais identificadas na parte do arquivo diagnosticada.

Quadro 5- Gêneros documentais identificados na mensuração do arquivo	Quadro 6- Espécies documentais identificadas
Documentos iconográficos (fotografias).	Documentos impressos
Documentos textuais	Documentos manuscritos
Encadernações	Documentos datilografados
	Fotografias à base de albumina
	Fotografias à base de gelatina
	Negativos de plásticos

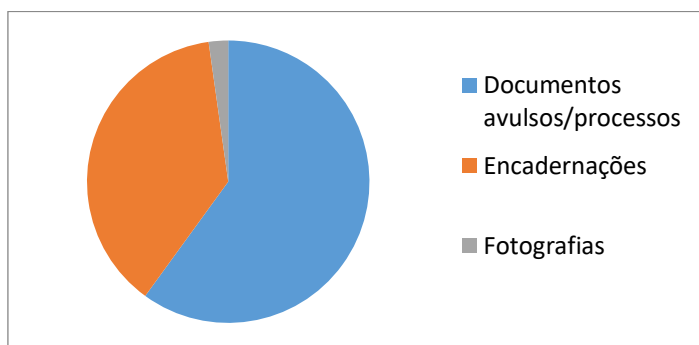
Fonte: autor (2020).

O diagnóstico mais aprofundado nos documentos constatou que o acervo é constituído por uma quantidade considerável de documentos em formato de encadernações. Dos 44

armários com documentos existentes no espaço diagnosticado, cerca de 11 são com documentos com esse tipo de formato.

A bibliografia especializada sobre conservação explica que esse tipo de documento contém o ambiente ideal para as brocas depositarem seus ovos, além de servirem como fonte nutrição. Nesse espaço, foi identificado um armário que em sua totalidade é constituído por fotografias avulsas. Os demais armários são constituídos por documentos avulsos, identificados como impressos e datilografados.

Figura 18 – Gráfico das espécies documentais



Fonte: Autor (2020).

Com base na identificação das espécies documentais, verificou-se que os documentos impressos e datilografados estão em nível de acondicionamento bastante seguro, constituído, em determinadas ocasiões, por um sistema que os mantém envolto em papel, por pastas em formato de cruz, por seguinte em caixas polionda, dentro de armários de metal. Porém, muitos documentos necessitam ser avaliados, a fim de eliminar alguns agentes que contribuam para sua deterioração, como grampos, cliques e a sujidade. Conclui-se que a padronização desses documentos em folhas de papel dos padrões A4 e ofício permite um acondicionamento mais adequado no sentido de proteção. Quanto à qualidade dos invólucros utilizados, não foi possível verificar com precisão se são papéis neutros ou com reserva alcalina.

Os documentos manuscritos encadernados e de tamanhos variados estão armazenados na posição vertical, nas prateleiras dos armários. Cada prateleira tem em média 42 encadernações. Os armários onde eles estão arquivados têm em média 120 documentos dessa espécie.

O diagnóstico verificou que não existe uma padronização para esses documentos, muitos estão armazenados diretamente nas prateleiras dos armários, enquanto alguns estão embalados em papel identificado como *craft*.

Figura 19 – Média de encadernação por prateleiras

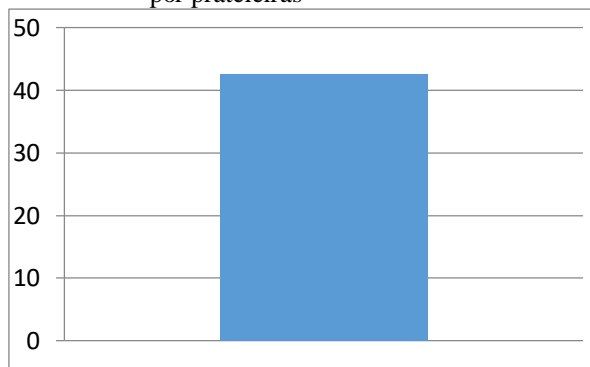
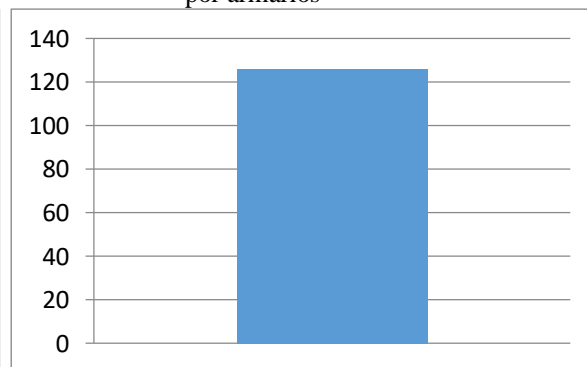


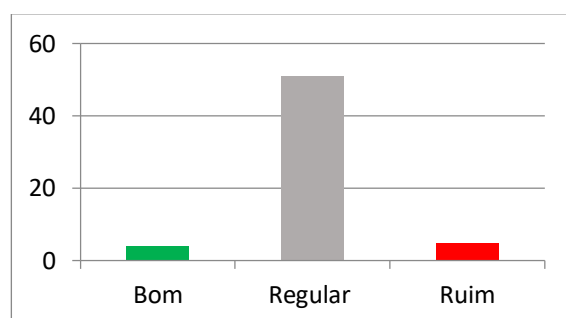
Figura 20 – Média de encadernação por armários



Fonte: autor (2020)

Como critério de seleção de avaliação do estado de conservação, optamos por selecionar 5 dos 17 armários que contêm somente essa espécie de documento no arquivo. Dos 5 armários escolhidos foram retirados 4 encadernações de cada prateleira, totalizando 12. O total de encadernações avaliadas foram 60.

Figura 21 – Avaliação do estado de conservação das encadernações



Fonte: autor (2020)

A ação da infestação por insetos foi identificada em quase todas as encadernações avaliadas. Da mesma forma foram identificadas a deterioração das suas respectivas lombadas e também a presença de sujidade (poeira). As encadernações que foram identificadas em bom

estado de conservação foram submetidas ao processo de restauração, que consistiu na substituição das encadernações danificadas.

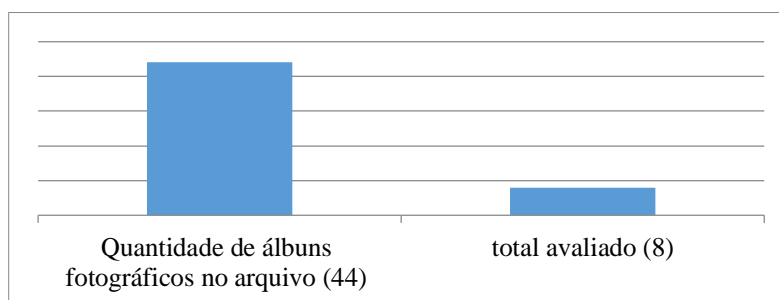
Os documentos fotográficos no arquivo são constituídos por diversos processos. As fotografias avulsas encontram-se organizadas em envelopes e armazenadas em caixas polionda. Nas fotografias selecionadas, quase não foram identificados problemas de conservação, como manchas, sujidades ou perda de suporte.

Entretanto, nas fotografias organizadas em álbuns, os problemas referentes à conservação são mais visíveis. Verificou-se que a forma com que os álbuns se encontram armazenados nas prateleiras pode contribuir para que haja ação dos poluentes e da infestação de insetos. Nos álbuns fotográficos, verificou-se a existência de fotografias à base de gelatina e albumina. Muitas fotografias estão manchadas, o que nos leva a concluir que há indícios de fungos. Dentro do universo das fotografias, verificou-se a existência de muitos negativos em envelopes de papel.

Em síntese, podemos concluir que os problemas referentes à conservação no arquivo da Irmandade da Candelária estão mais visíveis nos documentos que estão mais expostos: as encadernações e os álbuns fotográficos. Dessa forma, concluímos que aproximadamente 60 % do acervo encontra-se em bom estado de conservação e 40% em estado regular e ruim.

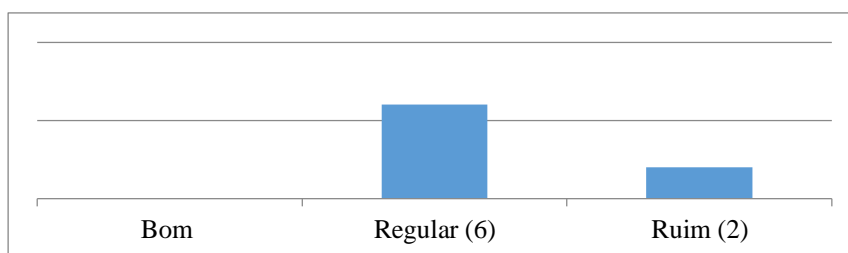
Nas figuras 20 e 21, abaixo, está a quantificação e o resultado estático do diagnóstico feito nas fotografias existentes em álbuns no arquivo da Irmandade. Os critérios utilizados para o diagnóstico também foram bom, regular e ruim. O critério bom foi utilizado, considerando o fato de não encontrar nenhum dano nos álbuns e nas fotografias. Já os critérios para identificar como regular ou ruim considerou fatores como forma de acondicionamento e armazenamento, danos encontrados nos álbuns e nas fotografias.

Figura 22 - Quantidade de álbuns fotográficos e álbuns diagnosticados



Fonte: autor (2020)

Figura 23 - Avaliação do diagnóstico dos álbuns fotográficos.



Fonte: autor (2020)

Os resultados do diagnóstico aplicado no espaço selecionado serviram de base para avaliar um segundo local de guarda de documentos da instituição, que tem aproximadamente 120 metros lineares de documentos e possui o mesmo sistema de armazenamento de documentos, ou seja, as encadernações são armazenadas diretamente nas prateleiras dos armários e os documentos em formatos A4 e ofício, em envelopes dentro de caixas polionda.

Esse segundo local, identificado como um edifício moderno é constituído por um sistema de dutos de ar condicionado, que o mantém em total isolamento, diminuindo a ação dos agentes externos nos documentos. A avaliação feita nas encadernações demonstrou quase não existir problemas referentes à perda de lombada ou infestação por insetos. Entretanto, ao avaliar os documentos armazenados em caixas polionda, verificou-se indícios de acidez nos acondicionados diretamente nas caixas.

Mediante o diagnóstico realizado, conclui-se serem necessárias algumas melhorias no arquivo da instituição.

7. O PRODUTO TÉCNICO CIENTTÍFICO: CONSERVAÇÃO PREVENTIVA: PROPOSTA DE MELHORIAS PARA O ARQUIVO DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA.

7.1 Apresentação

Este conjunto de melhorias foi desenvolvido com vistas a contribuir com a preservação dos documentos de guarda permanente da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária (ISSSC).

O Arquivo F. B. Marques Pinheiro, onde são mantidos os documentos da instituição, é responsável pela gestão e a preservação dos documentos produzidos e acumulados pela Irmandade e suas repartições, ao longo de séculos de existência. E também é responsável por preservar coleções de documentos doadas para a instituição.

Com base nas características da Instituição e no seu arquivo, que além de auxiliar a própria instituição nas atividades desenvolvidas, também é fonte de pesquisa externa, esse plano tem como foco a aplicação das ações preconizadas pela conservação preventiva.

As recomendações e procedimentos descritos nessa proposta tiveram como base um diagnóstico realizado no arquivo da instituição.

As recomendações descritas nessa proposta deverão ser avaliadas pela Diretoria da Irmandade, que, após aprovação, precisará acionar as atividades de tratamento técnico a serem realizadas nos documentos da instituição.

7.2 Recursos Humanos

Para realizar as atividades de conservação preventiva no arquivo, é fundamental que a instituição mantenha uma equipe de gestores e técnicos habilitados.

Da mesma forma, é recomendado que a instituição estimule os profissionais que trabalham no arquivo a realizarem cursos de aperfeiçoamento, reciclagens e participação em congressos, de maneira que esse aperfeiçoamento contribua para a revisão das práticas preconizadas e a adição de novos procedimentos de conservação de documentos e arquivos.

O aperfeiçoamento pode ser realizado por meio de treinamentos em instituições reconhecidas como referência na preservação de documentos e de bens culturais.

7.3 Higienização do acervo

Os documentos identificados como de guarda permanente da instituição - e que sejam transferidos para o Arquivo F.B. Marques Pinheiro - deverão ser avaliados para que seja identificada a presença de agentes que contribuam para a sua deterioração, como poeiras, grampos, cliques, adesivos, insetos, entre outros.

Para realizar as atividades de higienização, é fundamental que a instituição adquira equipamentos e materiais necessários para a realização dos procedimentos, como uma mesa higienizadora e os demais materiais para higienização.

Além de um espaço adequado para a atividade de higienização, é importante que a instituição adquira os Equipamentos de Proteção Individual (E.P.I) necessários para a proteção dos responsáveis em exercer a atividade. (Quadro 4)

Quadro 7 - Equipamentos necessários para execução do projeto científico

Materiais necessários para higienização de documentos	Materiais de uso para a proteção do durante a higienização
Mesa de higienização	Máscaras descartáveis
Trinchas	Respiradores PFF (Peças Faciais Filtrantes)
Escovas (vassourinhas)	Luvas
Espátulas	Toucas
	Óculos de proteção
	Guarda-pó

Fonte: autor (2019, apud IBRAM 2014)

A limpeza dos armários e dos espaços onde os documentos estão deverá ser realizada com uma solução de álcool diluído em água e utilizando pano úmido. Não é recomendado o uso de produtos químicos para a limpeza desses espaços.

É recomendável que sejam vedadas as janelas dos espaços onde se encontra o arquivo da instituição, a fim de evitar a ação da poluição e do ataque de agentes biológicos.

O responsável pela gestão do arquivo da instituição deverá solicitar ao setor responsável pela manutenção dos bens da instituição um laudo que avalie os sistemas elétrico

e hidráulico no setor, a fim de minimizar os riscos associados a problemas com luz, água e incêndio.

7.4 Acondicionamento dos documentos

Os documentos produzidos pela instituição deverão ser acondicionados em materiais de qualidade arquivística, que visam evitar a deterioração, contribuindo para a sua longevidade.

A escolha dos materiais para o acondicionamento deve obedecer a algumas especificações. Contudo, a literatura recomenda que os papéis mais adequados para o acondicionamento e embalagens de documentos são os papéis neutros e com reserva alcalina.

Por ser um material mais caro, o papel com reserva alcalina deve ser utilizado, preferencialmente, em documentos que foram submetidos a processos de restauração, complementando o processo de preservação desses documentos, que incluiu o seu restauro.

O uso de materiais para acondicionamento à base de plástico também é aplicável. Assim como os materiais à base de papel, os materiais à base de plástico devem obedecer a especificações. Recomenda-se o uso de poliéster. Entretanto, seu uso está mais direcionado ao acondicionamento de documentos individuais, como, por exemplo, no encapsulamento de fotografias, evitando o contato manual direto com o documento e preservando sua integridade.

Na tabela abaixo estão descritos alguns exemplos de papéis e plásticos recomendáveis para a conservação de documentos e sua aplicação (Quadro 5).

Quadro 8 - Materiais de plástico e papel recomendados para conservação e suas aplicações

TIPO DE PAPEL	APLICAÇÃO	GRAMATURA
Papel neutro	Envelopes; entrefolhamentos; revestimentos internos; pastas; guardas.	-
Papel alcalino	Envelopes, entrefolhamentos, revestimento interno, pastas, caixas.	-
Papel filifold documenta	Caixas, pastas, envelopes e guardas.	85 g/m ² , 120 g/m ² e 300 g/m ²
Papel cristal ou glacine	Envelopes	-
Papel Barrier	Pastas, envelopes, caixas.	-
Percalux	Caixas, pastas e encadernações.	-
Polipropileno Biorientado (BOPP)	Álbuns fotográficos.	

Poliéster	Invólucros para armazenagem de livros, documentos e fotografias; encapsulamento; jaquetas transparentes para livros; forração de gavetas; filmes fotográficos; base de microfilme e rolo.	
Tyvek	Revestimento interno e externo de caixas, fabricação de envelopes, pastas e entrefolhamentos como isolante.	
TNT	Proteção de rolos/tubos e no uso de transporte de objetos tridimensionais.	
Algodão (100%)	Revestimento e cadarços.	

Fonte: O autor (2019 apud BRITO, 2010).

O acondicionamento das fotografias no arquivo deverá seguir a seguintes recomendações:

As fotografias à base de gelatina devem ser acondicionadas individualmente em envelope de papel neutro.

As fotografias à base de albumina devem ser acondicionadas, individualmente, em poliéster em formato de jaquetas.

Com base no diagnóstico realizado, recomenda-se que as fotografias constituídas em álbuns sejam transferidas para embalagens (caixas-álbums) adequadas, com uso de materiais de qualidade arquivística. (Figura 24)

Figura 24 - Caixa-álbum



Fonte: arquivo pessoal do autor. (2020).

Na impossibilidade de retirada das fotografias dos álbuns, deve-se utilizar o recurso do entrefolhamento das páginas com papel neutro, com objetivo de minimizar os efeitos da acidez. Seu armazenamento deve ser em caixas de material neutro.

Os negativos à base de plástico devem ser acondicionados em envelopes de papel neutro.

As encadernações deverão ser inseridas dentro do sistema de acondicionamento dos documentos da instituição, por estarem mais suscetíveis aos problemas de infestação.

A fabricação e utilização de caixas elaboradas de acordo com as medidas de cada encadernação e com material de pH neutro está condicionada a um planejamento específico, mais elaborado, que deve considerar, por exemplo, a reorganização das encadernações nos armários, exigindo o remanejamento e a mudança de classificação das mesmas.

Para o arquivo da instituição, o sistema mais apropriado é o de empacotamento das encadernações.

Deve-se substituir o papel *craft*, utilizado para acondicionar as encadernações, por papel neutro, gramatura mínima de 200 gramas.

A instituição deve continuar usando os armários à base de metal para armazenamento de documentos.

A instituição deve continuar usando as caixas de polionda para o arquivamento dos documentos nos armários.

Para contribuir com o sistema de isolamento proporcionado pelo acondicionamento, deve ser inserido um sistema de proteção aos armários utilizados no armazenamento, por meio de fitas adesivas, diminuindo a entrada de poeiras e insetos pelas frestas dos armários. (Figuras 25 e 26).

Figuras 25 e 26 - Armários utilizados para armazenamento pela Instituição



Fonte: arquivo pessoal do autor. (2020)

7.5 Tratamento de conservação

Alguns documentos, devido às suas características, necessitam de um tratamento mais aprofundado. Considerando o fato de que a instituição não possui um laboratório para a realização desses procedimentos, é recomendado que a mesma, futuramente, possibilite a construção de um laboratório, onde poderão ser realizados os procedimentos de conservação e de restauração.

Além da construção de um laboratório, é fundamental a contratação de profissionais técnicos capacitados para o trabalho de restauração.

Na impossibilidade da instalação de um laboratório, é recomendado que a instituição faça convênios com instituições reconhecidas como referência em preservação de acervos.

As recomendações contidas nesta proposta devem ser revistas anualmente, a fim de que sejam inseridos novos procedimentos de conservação.

8 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como origem a constatação de seu autor sobre a necessidade em melhorar a preservação dos documentos da instituição pesquisada. Buscou-se, na aplicação da metodologia do diagnóstico de conservação, responder à questão formulada.

O pré-diagnóstico realizado no arquivo da instituição - e apresentado na introdução desta pesquisa - descreveu o arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária como descentralizado. Analisando o diagnóstico realizado no arquivo, a solução do remanejamento dos documentos para um local mais apropriado, que os afaste dos problemas referentes ao ambiente, foi descartada, devido ao fato de a instituição não disponibilizar de outros espaços, de forma que o arquivo ficasse centralizado em um ambiente adequado para a sua preservação. É, talvez, nesse sentido, que a solução referente ao acondicionamento possa ser apropriada, considerando a realidade descrita.

O capítulo da pesquisa dedicado a discutir sobre o tema conservação preventiva, que se desdobrou na discussão sobre o acondicionamento de documentos e, também, o conhecimento adquirido com as visitas técnicas nas instituições, foram fundamentais para o resultado obtido.

Verificou-se, na bibliografia consultada, que o acondicionamento de documentos está intrinsecamente relacionado a escolhas de materiais adequados, que visem à conservação do documento de acordo com a sua natureza.

E, somado ao diagnóstico realizado no arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, conclui-se que o arquivo da instituição necessita introduzir algumas práticas específicas de conservação preventiva em suas atividades de tratamento técnico. Mediante essa constatação, foram incluídas na proposta de melhoria soluções que não se limitaram à metodologia do acondicionamento, com uso de materiais de qualidade arquivística. É importante que sejam preconizadas outras atividades que, conseqüentemente, exigem a participação de profissionais habilitados para desenvolvê-las

A configuração desse produto técnico científico como proposta de melhoria está associada às atividades relacionadas às estratégias de preservação. Os aspectos políticos, como a elaboração de documentos normativos e alocação de recursos financeiros não foram contemplados no produto técnico científico. Entretanto, consideramos esses aspectos importantes no desenvolvimento de um programa de preservação e que podem ser, futuramente, tema de um novo estudo.

Contudo, as considerações finais de uma pesquisa não se limitam a descrever se a pergunta do problema foi respondida. Michel (2015, p.168) explica que “trata-se do espaço do autor do trabalho, na medida em que retrata o processo de amadurecimento [...] mostra o ganho (conhecimento) obtido com os esforços da leitura e da realização da tarefa”.

As páginas iniciais desta pesquisa foram dedicadas a apresentar o tema, o problema e as justificativas, mas também foram dedicadas aos esclarecimentos sobre os conceitos relacionados à preservação e a sua natureza, que inclui o caráter inter, multi e transdisciplinar.

Da mesma forma, se buscou compreender quais as finalidades de um arquivo. Delmas (2010), utilizado como referência, explica que os arquivos servem para provar, lembrar, compreender e identificar. Se as finalidades são múltiplas, a preservação deve compreender essas funções. É nesse sentido que defendemos, na Arquivologia, o aprofundamento das questões referentes aos conceitos de inter, multi e transdisciplinaridade, de maneira que o objetivo maior seja alcançado.

E, considerando a perspectiva de Pombo (2008), sobre o conceito de interdisciplinaridade, é importante que essa convergência entre Arquivologia e preservação seja mais aprofundada, deixando de lado as questões referentes às vaidades que, às vezes, podem configurar em discussão desnecessária sobre a quem deve a competência em preservar. O que se compreende é o foco no objetivo de preservar o bem documental.

Dessa forma, acreditamos que os esforços desenvolvidos pela Arquivologia em gerenciar e preservar os documentos, por meio das suas funções, deva convergir com as estratégias de conservação, que por seu caráter intrínseco inter e multidisciplinar já compreende a importância desse diálogo. A perspectiva de Froner (2015) sobre a transdisciplinaridade e a discussão iniciada no capítulo 5, sobre a relação dos documentos com o ambiente, demonstrou como exemplo os esforços da Fundação Casa de Rui de Barbosa para o controle de temperatura em seu acervo, o que também reforça a conclusão aqui apresentada.

A importância desse diálogo ficou mais evidenciada quando essa pesquisa buscou, nos objetivos gerais, contribuições para a justificativa e elaboração do produto técnico científico.

O histórico da preservação de documentos em suporte papel contribuiu para o entendimento sobre a evolução das suas formas de preservar. O uso da metodologia do acondicionamento ficou evidenciado quando a pesquisa demonstrou algumas dificuldades mediante os resultados do uso de algumas técnicas de restauração nos documentos. Da mesma forma que o clima tropical contribui para a proliferação de alguns agentes biológicos,

que, ao se instalarem nos arquivos, tendem a ocasionar danos irreversíveis aos documentos, impossibilitando o acesso à informação. O diagnóstico no arquivo demonstrou que os documentos menos protegidos estão mais suscetíveis a esse tipo de infestação.

E, dessa forma, já que algumas estratégias de conservação preconizadas se deparam com a realidade da sua aplicação, como, por exemplo, o uso do ar condicionado, o acondicionamento pode contribuir para minimizar a ação desses agentes e, ao mesmo tempo, diminuir as ações de degradação que tendem a ocorrer naturalmente, resultando em proteção e conservação, contribuindo para que a conservação preventiva seja instituída no arquivo da Irmandade.

O capítulo dedicado aos arquivos eclesiásticos demonstrou que, além de uma estreita relação dessa categoria com a gênese dos arquivos, os esforços em preservá-los perpassam, tanto pelas práticas arquivísticas, quanto pela estratégia de preservação, conforme demonstrou a leitura do documento “Carta Circular – A função pastoral dos arquivos eclesiásticos”, elaborado pelo Vaticano, demonstrando a importância do trabalho multidisciplinar.

Da mesma forma que o capítulo dedicado ao histórico da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária demonstrou a relevância do seu arquivo para a sociedade. Concluímos que esse capítulo tenha evidenciado alguns aspectos de uma política de preservação, considerando a perspectiva de Pinheiro *et al* (2014, p. 28) sobre a diferença entre uma política de preservação e uma estratégia de preservação. As diversas atividades desenvolvidas pela instituição reforçam a importância de gerenciar e preservar esses documentos. Parte da História da Saúde Pública do Brasil está no arquivo da Irmandade, considerando a atuação do hospital mantido por ela, que era especializado no tratamento da Hanseníase.

Mesmo que o tema dessa pesquisa não tenha contribuído de maneira significativa para a discussão sobre o tema conservação preventiva, na perspectiva de que as recomendações descritas no produto técnico já são preconizadas e consolidadas na área, a sua relevância pode ser reconhecida quando considerado que o objetivo é contribuir para a preservação do arquivo da Instituição pesquisada. Nesse sentido, acreditamos que esse trabalho seja relevante para a sociedade e que também possa ajudar aos demais interessados nos temas pesquisados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, José Paulo. A igreja e seus arquivos: história e normas, até 1983. *In: ROSA, Lurdes; FONTES, Paulo F. O. (coord). Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão.* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos da história religiosa: Lisboa, 2000.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo.* Rio de Janeiro: 2005.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Roteiro para Mensuração de Documentos Textuais.* Rio de Janeiro, 2012.
- BECK, Ingrid. Conservação e restauração de documentos em suporte papel. *In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; ROCHA, Claudia Regina Alves da (org.) Conservação de Acervos /Museu de Astronomia e Ciências Afins.* Rio de Janeiro: MAST, 2007. 205p. (MAST Colloquia, 9).
- BECK, Ingrid. Ferramentas de gerenciamento para a conservação preventiva de acervos. *Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró Memória.* v. 2. n. 2, p. 47-67, jul. 2003. Disponível em: https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_2.pdf. Acesso em: abr. 2019.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental.* Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BENCHIMOL, Jaime; ROMERO SÁ, Magali. *Adolpho Lutz obras completas volume I.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. *Revista brasileira da história da educação.* n. 10. p. 193-220, Jul/dez 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/index>. Acesso em: out. 2019.
- BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais.* São Paulo: Ática, 1986.
- BRASIL. LEI 11.520, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007. *Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas que atingidas pela hanseníase que foram submetidas ao isolamento e internação compulsória.* Brasília: 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11520.htm. Acesso em abr. 2019.
- BRASIL. LEI 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. *Dispõe sobre a política nacional dos arquivos públicos e privados e dá outras providências.* Brasília: 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em abr. 2019.

BRITO, Fernanda. *Confeção de embalagens para acondicionamento de documentos*. Associação dos Arquivistas de São Paulo- ARQ-SP, nov. 2010.

CAMPOS, Dijavan Mascarenhas. *Os arquivos como patrimônio cultural mundial: um estudo sobre o programa Memória do Mundo-UNESCO*. Trabalho final elaborado para a disciplina Paradigma Cultural. Fundação Casa de Rui Barbosa. Programa de Pós Graduação em Memória e Acervos, 2019.

CARTA CIRCULAR A Função pastoral dos arquivos eclesiásticos [documento anexo]. In: ROSA, Lurdes; FONTES, Paulo F. O (coord.) *arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos da História religiosa, 2000.

CARVALHO, Cláudia. *O espaço como elemento de representação dos acervos com suporte papel*. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_ClaudiaCarvalho_OEspaco_como_elemento_representacao_dosacervos_com_suporte_em_papel.pdf. Acesso em: out. 2019.

CASTRO, Aloíso Arnaldo Nunes de. A preservação documental no Brasil: notas para uma reflexão histórica. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. v. 23, n. 2, p. 31-46 jul/dez. 2010.

CASTRO, Aloíso Arnaldo Nunes de. *A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

CONWAY, Paul. *Preservação no universo digital*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

CLOONAM, Michèle V. Preservando documentos de valor permanente. In: *Correntes atuais do pensamento arquivísticos*. EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

CLUBE DE ENGENHARIA. *A intrigante história das fundações da Igreja de Nossa Senhora da Candelária do Rio de Janeiro*. Reportagem sobre palestra técnica: realizada no clube de Engenharia no dia 25 de abril de 2019. Disponível em: <http://portalclubedeengenharia.org.br/2019/05/24/fundacoes-da-igreja-da-candelaria-engenharia-e-historia-em-4-seculos/>. Acesso em nov: 2019.

CUNHA, George M. *Métodos de evaluación para determinar las necesidades de conservación en bibliotecas y archivos: Um estudio del RAMP*. Paris: Unesco, 1998.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DESLANDE, Suely Ferreira et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1994.

FREITAS, Antônio de Paulo. *Memória histórica sobre a fundação e construção da Igreja da Candelária*. Rio de Janeiro: Typ. E Lith. de Carlos Gaspar da Silva e Campos, 1898.

GARLICK, Karen; OGDEN, Sherelyn. *Planejamento e prioridades*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

GIL, Carlos. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

GONÇALVES, Yaci Ara Froner. A prática transdisciplinar da conservação preventiva: memórias institucionais. In: *Ciências do Patrimônio: horizontes transdisciplinares*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2015.

GUICHEN, Gael de. Intervenções em museus. [Entrevista cedida a] Teresa Coelho *Pedra e Cal*. n. 12 p. 20-22. outubro-dezembro 2001. Disponível em: http://www.gecorpa.pt/revista_edicao.aspx?idr=37. Acesso em: fev. 2019.

GUICHEN, Gael de. La Conservation préventive: un changement profond de mentalité. *Study Series*, Bruxelas, v. 1, n. 1, p. 4-6, 1995. Disponível em: http://icom.museum/study_series_pdf/1_ICOM-CC.pdf. Acesso em: mar. 2019.

GUSMÃO, Sebastião Silva. *História da medicina: evolução e importância*. Disponível em: <https://www.sbhmhistoriadamedicina.com/copia-primeira-intervencao-neurocir-8>. Acesso em out. 2019. Acesso em: nov. 2019.

GUTHS, Saulo. Conservação preventiva: ambientes próprios para coleções. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; ROCHA, Cláudia Alves da (org.) *Conservação de Acervos / Museu de Astronomia e Ciências Afins*. Rio de Janeiro: MAST, 2007. 205p. (MAST Colloquia, 9).

HOLLÓS, Adriana Cox. Fundamentos da preservação documental no Brasil. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 23, n. 2, p. 13-30, jul/dez. 2010.

HOLLÓS, Adriana Cox.; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. Gerenciamento de riscos: uma abordagem interdisciplinar. *Ponto de Acesso* v. 3, n. 1, p. 72-81, 2009. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici>. Acesso em: set. 2019.

HOWES, Robert; DUARTE, Zeny (org.) *A conservação e a restauração de documentos na era pós-custodial*. Apresentação de Robert Howes. Salvador: EDUFBA, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Manual de diagnóstico de conservação para acervos arquivísticos e bibliográfico*. Pesquisa e elaboração Ingrid Beck, Brasília, DF: IBRAM, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Manual de higienização e controle de pragas em acervos arquivísticos e bibliográficos*. Pesquisa e elaboração Ingrid Beck, Brasília, DF: IBRAM, 2014.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Arquivo F. B. Marques Pinheiro. *Manual de rotinas*. Jun. 2016 (não publicado).

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. Arquivo F. B. Marques Pinheiro. *Relatórios de atividades do setor 2003-2017*. (não publicado).

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. *Cronologia do Hospital Frei Antônio*. 2008 (não publicado).

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. *Cronologia do Educandário Gonçalves de Araújo*. 2015 (não publicado).

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. *Cronologia da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária*. 2007 (publicado).

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. *Igreja de Nossa Senhora da Candelária: 200 anos 1811-2011*. Folheto. Rio de Janeiro, 2011.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. *Regulamento do Hospital dos Lázarus da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária*. Rio de Janeiro: Papelaria Mendes – Rua do Ouvidor, 60,1936.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA: Arquivo F. B. Marques Pinheiro. *Relatórios de atividades do setor 2003-2017*. (não publicado).

IVASHITA, Simone Burioli. Preservação e conservação de arquivos escolares – Laboratório de ensino e pesquisa em história da educação-LEPHE-UEL. *Revista Poiesis pedagógicas*, v. 13, n. 1, p. 50-65, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/index>. Acesso em: out. 2019.

JOÃO ZAFERINO DA COSTA. *Biografia*. 2017 Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18782/zeferino-da-costa> Acesso em 19 maio 2019.

LEMOS, Felipe. *A questão epistemológica do pesquisador que pesquisa dentro da sua organização*. III INTERPROGRAMA – XVI SE COMUNICA. Diversidade e adversidade: O INCOMUM NA COMUNICAÇÃO. Universidade Católica de Brasília – DF, 21-22 set. 2017. Artigo disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/>. Acesso em set. 2019.

MACHADO, Arnaldo. *Candelária: aspectos históricos, arquitetônicos e artísticos*. Rio de Janeiro: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, 2017.

MICHEL, Maria Helena. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático*. São Paulo: Atlas, 2015.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista brasileira da história da educação*, n. 10 jul./dez. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/index>. Acesso em: out 2019.

MOSCIARO, Clara. *Diagnóstico de conservação fotográfica no Brasil*. Rio de Janeiro, Funarte: 2009.

MUSTARDO, Peter; KENNEDY, Nora. *Preservação de fotografias: métodos básicos de salvar as suas coleções*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

NASCIMENTO, Luana de Almeida. *A preservação da Organicidade da informação arquivística*, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2012. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/index.php/dissertacoes/2012>. Acesso em: ago. 2019.

NOGUEIRA, Maria Aparecida de França Miranda. *A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2006. Monografia de conclusão de curso (Pós-graduação *Lato Sensu* em História Moderna) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.

OGDEN, Sherely. *Armazenagem e manuseio*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001

OGDEN, Sherely. Planejamento para preservação. *In: Planejamento e prioridades*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, v. 30, p. 07-14. 2001.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

PAIVA, Celso Lago. Cupins e arquivos: abordagens ecológicas. *In: Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró Memória*, v. 2, n. 2, p. 68-80, Jul. 2003.

PENTEADO, Pedro. Arquivos de confrarias e irmandades: alguns pressupostos para o sucesso de uma intervenção arquivística. *In: ROSA, Lurdes; FONTES, Paulo F.O. (coord.) arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos da história religiosa, 2000.

PINHEIRO, F. B. Marques. *Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária e suas repartições: Coro, Caridade e Hospital dos Lázarus*. Volumes I e II. Rio de Janeiro, 1930. Typo. do Jornal do Commercio.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação. Algumas considerações. *In: GONÇALVES, Rubens Ribeiro (org.) Preservação digital: uma mensagem para o futuro*. Salvador: EDUFBA, 2012.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo; COELHO, Carla Maria Teixeira; WEGNER, Liene. Reflexões sobre o processo de elaboração da política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências da saúde da casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. *In: Revista CPC*, n. 17. p. 18-34, nov. 2013/abr. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc>. Acesso em: set. 2019.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. *Revista do Centro de Estudo e Letras da Unioeste*, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, Foz do Iguaçu, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>. Acesso em: set. 2019.

PÔRTO, Ângela; OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. *Edifício colonial construído pelos jesuítas é Lazareto desde 1752 no Rio de Janeiro*. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459701996000400009&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: nov. 2019.

PRAXEDES, Karina Veras. *Diretrizes para um programa de preservação e gestão de documentos arquivísticos nas organizações militares do comando da aeronáutica*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2013>. Acesso em: ago. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: set. 2019.

GALVÃO, Ramiz. *Biografia*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/ramiz-galvao-barao-de-ramiz-galvao/biografia>. Acesso em: abr 2019.

RE-ORG. *Um método para reorganizar reserva técnicas de museus*. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/RE-ORG_PRT_I_Workbook_PT.pdf. Acesso em out. 2019.

SANTOS, Cristian José dos. *Os arquivos das prelaças e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas de igreja católica*. Brasília, DF, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2228>. Acesso em out. 2019.

SHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SILVA, Alcivan Candido da; NASCIMENTO, Genoveva Batista do. *Gerenciamento de riscos no acervo do arquivo da Fundação Casa de José Américo na cidade de João Pessoa-PB*. *Archeion Online*, v. 3, n. 1, p. 25-44, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion>. Acesso em: set. 2019.

SILVA, Antônio Gonçalves da. A dificuldade de conservar bens culturais em países de bens tropicais: a experiência da Cidade do Rio de Janeiro. *Boletim eletrônico da ABRACOR*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 31-36, mar.2013.

SPINELLI JUNIOR, Jayme. *A conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda e emergência*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; FERREIRA, Elane Rodrigues da. Os arquivos eclesiásticos e a arquivísticas brasileira: uma análise dos artigos publicados nos periódicos arquivísticos

brasileiros. *Revista Ágora*, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 7-28, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/agora>. Acesso em: abr. 2019

TOLEDO, Franciza Lima. Controle ambiental e preservação de acervos documentais em trópicos úmidos, *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p. 71-76, jul./dez. 2010.

VAILLANT CALLOL, Milagros. *Biodeterioração do patrimônio histórico documental: alternativas para sua erradicação e controle*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

VAILLANT CALLOL, Milagros. Conservação preventiva para instituições cariocas que custodiam bens culturais. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.23, nº2, p.77-88, jul./dez. 2010.

**APÊNDICE A - FICHA DE DIAGNÓSTICO (01) – INFORMAÇÕES
INSTITUCIONAIS IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA
CANDELÁRIA**

1. ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO: Praça Pio X, s/n Centro – Rio de Janeiro

OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO:

“A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária é uma organização religiosa, católica apostólica romana, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Praça Pio X, s/nº (Igreja de Nossa Senhora da Candelária), na cidade do Rio de Janeiro”.

“A Irmandade tem finalidade religiosa, beneficente e de assistência social, educativa, cultural, instrutiva para atender a crianças, jovens e idosos carentes, sem discriminação de sexo, raça, cor, e credo político ou religioso”.

2. NATUREZA DA INSTITUIÇÃO:

PÚBLICA: () PRIVADA: (X)

3. QUAIS BENS CULTURAIS ABAIXO A INSTITUIÇÃO POSSUI?

ARQUIVO (X) BIBLIOTECA (X) MUSEU (X)

CENTRO DE MEMÓRIA ()

4. A INSTITUIÇÃO TEM ORÇAMENTO ESPECÍFICO PARA A PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS?

SIM () NÃO (X)

5. A INSTITUIÇÃO TEM UMA COMISSÃO FORMADA PELOS DIVERSOS PROFISSIONAIS DOS SETORES QUE ELABORAM UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO?

SIM () NÃO (X)

6. A INSTITUIÇÃO POSSUI DOCUMENTOS QUE NORTEIAM AS ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO?

SIM () NÃO (X)

7. OS SETORES RESPONSÁVEIS PELOS BENS CULTURAIS POSSUEM DOCUMENTOS COMO NORMAS OU MANUAIS DE/PARA USO E TRATAMENTO DAS COLEÇÕES/DOCUMENTAÇÃO?

ARQUIVO SIM (X) NÃO ()

BIBLIOTECA SIM (X) NÃO ()

MUSEU SIM () NÃO (X)

8. OS MANUAIS/NORMAS CONTÊM DIRETRIZES PARA PROCEDIMENTOS DE PRESERVAÇÃO (CONSERVAÇÃO PREVENTIVA, RESTAURAÇÃO, CONSERVAÇÃO)?

SIM () NÃO (X)

9. A INSTITUIÇÃO POSSUI UM LABORÁTÓRIO PARA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DOS BENS CULTURAIS?

SIM () NÃO (X)

APÊNDICE B - FICHA DE DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO (02)
EDIFÍCIO IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA

1.LOCALIZAÇÃO: O edifício onde está o arquivo da instituição encontra-se em uma das avenidas mais movimentadas do Rio de Janeiro (Avenida Presidente Vargas)

2.CARACTERÍSTICAS DA CONSTRUÇÃO (elementos constitutivos): Templo religioso com dois pavimentos, constituído por paredes, portas e janelas de grande tamanho.

3.QUAIS DOS ELEMENTOS EXTERNOS EXISTEM NO ENTORNO DO EDIFÍCIO?

AVENIDAS (X)	INDÚSTRIAS ()
ÁRVORES ()	RUAS (X)
MAR (X)	RIOS ()
ENCOSTAS/MORROS ()	

5.O EDIFÍCIO POSSUI LIMPEZA REGULAR?

SIM (X) NÃO ()

6.O EDIFÍCIO POSSUI CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE PESSOAS?

SIM () NÃO (X)

7.O EDIFÍCIO JÁ PASSOU POR ALGUM PROCESSO DE DESCUPINIZAÇÃO?

SIM (X) NÃO ()

8.LOCALIZAÇÃO DO ARQUIVO DENTRO DO EDIFÍCIO:

No segundo pavimento do edifício nas suas extremidades.

Obs: imagem excluída da versão final por questão de segurança

9.DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DA ÁREA:

Os espaços são constituídos por uma área em formato de corredor e têm

aproximadamente 60 metros quadrados:

Obs: imagem excluída da versão final por questão de segurança

10. A TEMPERATURA E A UMIDADE DO AMBIENTE SÃO CONTROLADAS?

SIM () NÃO (X)

11.É REALIZADA LIMPEZA DIÁRIA NO ESPAÇO ONDE SE ENCONTRA O ARQUIVO?

SIM (X) NÃO ()

12.A ILUMINAÇÃO NO AMBIENTE

ARTIFICIAL (X) NATURAL ()

13.O ACESSO AO ARQUIVO É CONTROLADO?

SIM (X) NÃO ()

14.APRESENTA RISCO DE INCÊNDIO POR CARGAS ELÉTRICAS?

SIM () NÃO (X)

15.EXISTEM RISCOS DE INFILTRAÇÕES?

ENCANAMENTO () GOTEIRAS () SISTEMA DE AR CONDICIONADO ()

16. O AMBIENTE EM QUE SE ENCONTRA O ARQUIVO É TOTALMENTE VEDADO? (SEM EXISTÊNCIA DE PORTAS E JANELAS)

SIM () NÃO (X)

16. FOI IDENTIFICADA A PRESENÇA DE AGENTES BIOLÓGICOS?

ROEDORES () INSETOS () MICRORGANISMO ()

17. JÁ FOI REALIZADO ALGUM TRATAMENTO DE CONSERVAÇÃO NO

ARQUIVO?

SIM (X) NÃO ()

18. QUAL/QUAIS TRATAMENTOS DE CONSERVAÇÃO?

A. Anóxia

B. Restauração (em alguns documentos)

C. _____

D. _____

19. GENÊROS DOCUMENTAIS EXISTENTE NO ARQUIVO

DOCUMENTO AUDIOVISUAIS ()

DOCUMENTO BIBLIOGRÁFICOS ()

DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS ()

DOCUMENTOS FILMOGRÁFICOS ()

DOCUMENTOS ICONOGRÁFICOS [FOTOGRAFIAS] (X)

DOCUMENTOS TEXTUAIS (X)

ENCADERNAÇÕES (X)

APÊNDICE C - FICHA DE DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO (03-A)
LEVANTAMENTO DO ACONDICIONAMENTO E DANOS NOS DOCUMENTOS
IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA

1. ESPÉCIES DOCUMENTAIS:

DOCUMENTOS DATILOGRAFADOS ()
DOCUMENTO IMPRESSOS ()
DOCUMENTOS MANUSCRITOS ()
ENCADERNAÇÕES (X)

NÍVEL 1:

2. QUAIS OS NÍVEIS DE ACONDICIONAMENTO DAS ENCADERNAÇÕES

EMBALADO/EMPACOTADO (X) ENVELOPE () CAIXA ()
ENCAPSULADO () SEM INVÓLUCRO (X)

3. QUAL MATERIAL UTILIZADO?

PAPEL (X) PASTAS () PLÁSTICOS ()

4. QUAL O TIPO DE MATERIAL UTILIZADO PARA O ACONDICIONAMENTO?

R: Papel craft

5. QUAL O TIPO DE PASTA UTILIZADA NO ACONDICIONAMENTO?

R:

6. QUAL O TIPO DE PLÁSTICO UTILIZADO?

R:

NÍVEL 2

7. AS ENCADERNAÇÕES ENCONTRAM-SE ACONDICIONADAS:

EM CAIXAS () EM PRATELEIRAS (X)

8. EM QUE TIPO DE CAIXA OS DOCUMENTOS ESTÃO ACONDICIONADOS?

R:

NÍVEL 3

9. AS ENCADERNAÇÕES ENCONTRAM-SE ARMAZENADOS:

ARMÁRIOS (X) PRATELEIRAS ()

10. CARACTERÍSTICAS DO MOBILIÁRIO:

MADEIRA () METAL (X)

11. EXISTE ALGUM SISTEMA DE VEDAÇÃO NAS FRESTAS DOS ARMÁRIOS ?

SIM () NÃO (X)

APÊNDICE D - FICHA DE DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO (03 -B)
LEVANTAMENTO DO ACONDICIONAMENTO E DANOS NOS DOCUMENTOS
IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA

1. ESPÉCIES DOCUMENTAIS:

DOCUMENTOS DATILOGRAFADOS ()
DOCUMENTO IMPRESSOS (X)
DOCUMENTOS MANUSCRITOS ()
ENCADERNAÇÕES ()

NÍVEL 1:

2. QUAIS OS NÍVEIS DE ACONDICIONAMENTOS DOS DOCUMENTOS IMPRESSOS?

EMBALADO/EMPACOTADO (X) ENVELOPE ()
ENCAPSULADO () SEM INVÓLUCRO ()

3. QUAL MATERIAL UTILIZADO?

PAPEL (X) PASTAS (X) PLÁSTICOS ()

4. QUAL O TIPO DE PAPEL UTILIZADO PARA O ACONDICIONAMENTO?

R: Papel neutro (?)

5. QUAL O TIPO DE PASTA UTILIZADA NO ACONDICIONAMENTO?

R: Pasta em cruz

6. QUAL O TIPO DE PLÁSTICO UTILIZADO?

R:

NÍVEL 2

7. OS DOCUMENTOS IMPRESSOS ENCONTRAM-SE ACONDICIONADOS EM:

EM CAIXAS (X)

EM PRATELEIRAS ()

8. EM QUE TIPO DE CAIXA OS DOCUMENTOS ESTÃO ACONDICIONADOS?

R: Caixas poliondas

NÍVEL 3

9. OS DOCUMENTOS IMPRESSOS ENCONTRAM-SE ARMAZENADOS:

ARMÁRIOS (X)

PRATELEIRAS ()

10. CARACTERÍSTICAS DO MOBILIÁRIO:

MADEIRA ()

METAL (X)

11. EXISTE ALGUM SISTEMA DE VEDAÇÃO NAS FRESTAS DOS ARMÁRIOS?

SIM ()

NÃO (X)

12. QUAIS OS DANOS/ELEMENTOS ENCONTRADOS NO DOCUMENTO?

A. Grampos

B. Clips

13. FOTOGRAFIA:



APÊNDICE E - FICHA DE DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO (03-C)
LEVANTAMENTO DO ACONDICIONAMENTO E DANOS NOS DCUMENTOS
IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA

1. ESPÉCIES DOCUMENTAIS

DOCUMENTOS DATILOGRAFADOS ()
DOCUMENTO IMPRESSOS ()
DOCUMENTOS MANUSCRITOS (X)
ENCADERNAÇÕES ()

NÍVEL 1:

2. QUAIS OS NÍVEIS DE ACONDICIONAMENTO DOS DOCUMENTOS MANUSCRITOS?

EMBALADO / EMPACOTADO (X)
ENVELOPE ()
SEM INVÓLUCRO ()

3.QUAL MATERIAL UTILIZADO?

PAPEL (X) PASTAS () PLÁSTICOS ()

4. QUAL O TIPO DE PAPEL ULITLIZADO PARA O ACONDICIONAMENTO?

R: Papel branco (neutro)?

5. QUAL O TIPO DE PASTA UTILIZADA NO ACONDICIONAMENTO?

R:

6. QUAL O TIPO DE PLÁSTICO UTILIZADO?

R:

NÍVEL 2

7. OS DOCUMENTOS MANUSCRITOS ENCONTRAM-SE ACONDICIONADOS EM:

EM CAIXAS (X) EM PRATELEIRAS ()

8. EM QUE TIPO DE CAIXA OS DOCUMENTOS ESTÃO ACONDICIONADOS?

R: Caixa poliondas

NÍVEL 3

9. OS DOCUMENTOS MANUSCRITOS ENCONTRAM-SE ARMAZENADOS:

EM ARMÁRIOS (X) EM PRATELEIRAS ()

10. CARACTERÍSTICAS DO MOBILIÁRIO:

MADEIRA () METAL (X)

11. EXISTE ALGUM SISTEMA DE VEDAÇÃO NAS FRESTAS DOS ARMÁRIOS?

SIM () NÃO (X)

12. QUAIS OS DANOS ENCONTRADOS NO DOCUMENTO?

- | | |
|----|----|
| A. | D. |
| B. | E. |
| C. | F. |
-

13. FOTOGRAFIA DO DOCUMENTO



APÊNDICE F - FICHA DE DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO (04- A)
LEVANTAMENTO DO ACONDICIONAMENTO E DOS DANOS NAS
FOTOGRAFIAS

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA

1. PROCESSOS FOTOGRÁFICOS EXISTENTES NO ARQUIVO:

FOTOGRAFIA À BASE DE ABULMINA (X)
FOTOGRAFIA À BASE DE GELATINA (X)
NEGATIVOS DE PLÁSTICO (X)
NEGATIVOS DE VIDRO ()

2. DE QUE FORMAS ESSAS FOTOGRAFIAS ESTÃO ORGANIZADAS NO ARQUIVO?

ÁLBUM (X) AVULSAS () INDIVIDUAIS ()

NÍVEL 1:

3. QUAIS OS NÍVEIS DE ACONDICIONAMENTO DAS FOTOGRAFIAS NOS ÁLBUNS:

EMBALADO/EMPACOTADO (X) CAIXA ()

4. QUAL MATERIAL UTILIZADO?

PAPEL (X) OUTRO TIPO DE MATERIAL ()

5. QUAL O TIPO DE PAPEL UTILIZADO PARA O ACONDICIONAMENTO?

R: Papel craft

NÍVEL 2

6. OS ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS ENCONTRAM-SE ARQUIVADOS EM:

CAIXAS () EM PRATELEIRA (X)

7. EM QUE TIPO DE CAIXA OS DOCUMENTOS ESTÃO ACONDICIONADOS?

8. OS ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS ENCONTRAM-SE ARMAZENADOS EM:

ARMÁRIOS () PRATELEIRAS ()

CARACTERÍSTICAS DO ARMÁRIO/OU DA PRATELEIRA:

MADEIRA () METAL ()

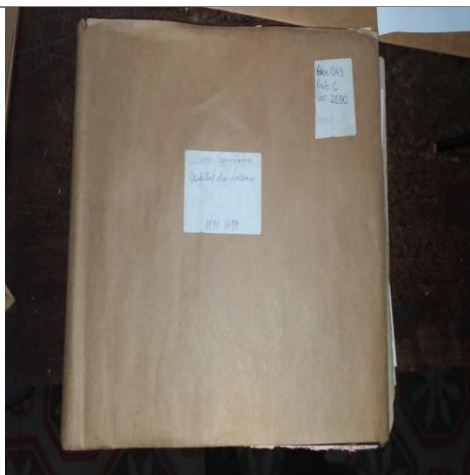
9. EXISTE ALGUM SISTEMA DE VEDAÇÃO NAS FRESTAS DOS ARMÁRIOS?

SIM () NÃO ()

10. QUAIS OS DANOS ENCONTRADOS NAS FOTOGRAFIAS E NOS ÁLBUNS

A. Sujidade	E.
B. Manchas (fungos)	F.
C. As folhas do álbum estão craqueladas	G.
D. Lombar deteriorada	H.

11. FOTOGRAFIA DO DOCUMENTO:





APÊNDICE G - FICHA DE DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO (04-B)
LEVANTAMENTO DO ACONDICIONAMENTO E DOS DANOS NAS
FOTOGRAFIAS

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA

1. PROCESSOS FOTOGRÁFICOS EXISTENTES NO ARQUIVO:

FOTOGRAFIA À BASE DE ALBUMINA (X)
FOTOGRAFIA À BASE DE GELATINA (X)
NEGATIVOS DE PLÁSTICO (X)
NEGATIVOS DE VIDRO ()

2. DE QUE FORMAS ESSAS FOTOGRAFIAS ESTÃO ORGANIZADAS NO ARQUIVO?

ÁLBUM () ALVULSAS (X) INDIVIDUAIS ()

NÍVEL 1:

3. QUAIS OS NÍVEIS DE ACONDICIONAMENTOS DAS FOTOGRAFIAS AVULSAS:

EMBALADO/EMPACOTADO () ENVELOPE (X)

4. QUAL MATERIAL UTILIZADO?

PAPEL (X) PLÁSTICO ()

5. QUAL O TIPO DE PAPEL UTILIZADO PARA O ACONDICIONAMENTO?

R: Papel alcalino/neutro?

6. QUAL O TIPO DE PLÁSTICO UTILIZADO NO ACONDICIONAMENTO?

R:

NÍVEL 2

7. AS FOTOGRAFIAS AVULSAS ENCONTRAM-SE ARQUIVADAS EM:

CAIXAS (X) EM PRATELEIRA ()

8. EM QUE TIPO DE CAIXA AS FOTOGRAFIAS ESTÃO ACONDICIONADAS?

R: Caixa poliondas

NÍVEL 3

9. AS FOTOGRAFIAS AVULSAS ENCONTRAM-SE ARMAZENADAS EM:

ARMÁRIOS (X) PRATELEIRAS ()

CARACTERÍSTICAS DO ARMÁRIO/OU DA PRATELEIRA:

MADEIRA () METAL (X)

10. EXISTE ALGUM SISTEMA DE VEDAÇÃO NAS FRESTAS DOS ARMÁRIOS?

SIM () NÃO (X)

11. QUAIS OS DANOS ENCONTRADOS NAS FOTOGRAFIAS AVULSAS

A. Sujidade D.
B. Manchas E.
C. F.

12. FOTOGRAFIAS:



**ANEXO A - MEMORANDO COM AUTORIZAÇÃO DO VICE-PROVEDOR
AUTORIZANDO A PESQUISA NO ARQUIVO DA INSTITUIÇÃO**



Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2018.

144

Memorando Interno

De: Dijavan Mascarenhas – Arquivo

Para: Dr. Rodrigo Gastalho Moreira – Vice Provedor

Assunto: solicitação

Prezado Vice Provedor,

No início do presente ano comecei uma pós-graduação na Fundação Casa de Rui Barbosa (Mestrado Profissional em Memória e Acervos). Como trabalho final eu vou precisar entregar uma dissertação.

Como tema da dissertação, decidi estudar o trabalho de organização/conservação preventiva realizado no Arquivo da Irmandade (Arquivo F.B. Marques Pinheiro).

O meu objetivo é pesquisar como esse trabalho é realizado; seu histórico, que teve início quando a Irmandade decidiu contratar a Arquivista Celina Coelho de Jesus para organizar o Arquivo e que também sempre teve a consciência quanto à conservação dos documentos, focando especificamente nessas práticas. E apresentar melhorias, de maneira que o acervo que é composto por documentos datados desde o século XVIII possam continuar a servir a instituição, como também aos pesquisadores externos. Hoje, esse trabalho continua, tendo também como parte integrante a minha atuação enquanto Arquivista do setor.

Por isso, venho por meio deste memorando solicitar, de maneira formal, com o aval pela responsável pelo Arquivo Celina Coelho de Jesus autorização ao Vice Provedor para realizar as pesquisas internas necessárias.

de acordo,


IRMANDADE DO SS.S. DA CANDELÁRIA

RODRIGO GASTALHO MOREIRA
CPF: 726.085.447-20
VICE PROVEDOR

